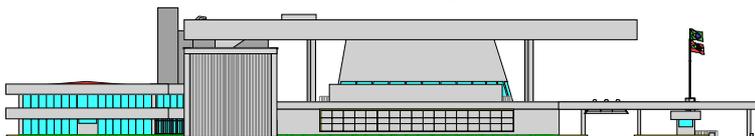


PALÁCIO BARRIGA VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXI

FLORIANÓPOLIS, 5 DE SETEMBRO DE 2012

NÚMERO 6.462

**MESA**

Gelson Merisio  
**PRESIDENTE**

Moacir Sopelsa  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Nilson Gonçalves  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Jailson Lima  
**1º SECRETÁRIO**

Reno Caramori  
**2º SECRETÁRIO**

Antonio Aguiar  
**3º SECRETÁRIO**

Ana Paula Lima  
**4ª SECRETÁRIA**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**

Edison Andrino

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**  
Líder: Silvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Aldo Schneider

**PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO**  
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA  
BRASILEIRO**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL**  
Líder: Angela Albino

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**  
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**  
Líder: Sargento Amauri Soares

**COMISSÕES PERMANENTES**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente  
Adilor Guglielmi - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Silvio Dreveck  
Serafim Venzon  
José Nei Alberton Ascari  
Dirceu Dresch  
Volnei Morastoni  
Edison Andrino

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E  
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Valmir Comin - Presidente  
Manoel Mota - Vice-Presidente  
Angela Albino  
Jean Kuhlmann  
Mauro de Nadal  
Pe. Pedro Baldissera  
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE PESCA E  
AQUICULTURA**

Pe. Pedro Baldissera - Presidente  
Adilor Guglielmi  
Altair Guidi  
José Milton Scheffer  
Darci de Matos  
Aldo Schneider  
Manoel Mota

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E  
POLÍTICA RURAL**

Manoel Mota - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
Narcizo Parisotto  
Mauro de Nadal  
Dirceu Dresch  
Adilor Guglielmi  
José Nei Alberton Ascari

**COMISSÃO DE TRABALHO,  
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO  
PÚBLICO**

Elizeu Mattos - Presidente  
Silvio Dreveck - Vice-Presidente  
Altair Guidi  
Jorge Teixeira  
Angela Albino  
Manoel Mota  
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE DEFESA DOS  
DIREITOS DA PESSOA COM  
DEFICIÊNCIA**

José Nei Alberton Ascari - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
Dado Cherem  
Luciane Carminatti  
Dirce Heiderscheidt  
Carlos Chiodini  
Angela Albino

**COMISSÃO DE FINANÇAS E  
TRIBUTAÇÃO**

Marcos Vieira - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Gilmar Knaesel  
Sargento Amauri Soares  
Valmir Comin  
Manoel Mota  
Luciane Carminatti  
Neodi Saretta  
Aldo Schneider

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Gilmar Knaesel - Presidente  
Sargento Amauri Soares - Vice-Presidente  
Kennedy Nunes  
Marcos Vieira  
Mauricio Eskudlark  
Dirce Heiderscheidt  
Volnei Morastoni

**COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA,  
TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA**

José Milton Scheffer - Presidente  
Angela Albino - Vice-Presidente  
Jorge Teixeira  
Carlos Chiodini  
Edison Andrino  
Dirceu Dresch  
Adilor Guglielmi

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO  
AMBIENTE**

Neodi Saretta - Presidente  
Altair Guidi - Vice-Presidente  
Gilmar Knaesel  
Valmir Comin  
Jorge Teixeira  
Edison Andrino  
Dirce Heiderscheidt

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO  
PARLAMENTAR**

Jean Kuhlmann - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Pe. Pedro Baldissera  
Narcizo Parisotto  
Joares Ponticelli  
Elizeu Mattos  
Carlos Chiodini  
Gilmar Knaesel  
Ismael dos Santos

**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS  
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Serafim Venzon - Presidente  
Dirce Heiderscheidt - Vice-Presidente  
Jorge Teixeira  
Manoel Mota  
Pe. Pedro Baldissera  
Sandro Silva  
Valmir Comin

**COMISSÃO DE DIREITOS E  
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE  
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Luciane Carminatti - Presidente  
Ismael dos Santos - Vice-Presidente  
Dirce Heiderscheidt  
Dado Cherem  
Angela Albino  
Silvio Dreveck  
Romildo Titon

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA  
E DESPORTO**

Carlos Chiodini - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Joares Ponticelli  
Ismael dos Santos  
Mauro de Nadal  
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO  
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO  
MERCOSUL**

Adilor Guglielmi - Presidente  
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente  
Kennedy Nunes  
Jorge Teixeira  
Elizeu Mattos  
Edison Andrino  
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
PARTICIPATIVA**

Angela Albino - Presidente  
Manoel Mota - Vice-Presidente  
Silvio Dreveck  
José Nei Alberton Ascari  
Romildo Titon  
Pe. Pedro Baldissera  
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE SAÚDE**

Volnei Morastoni - Presidente  
Carlos Chiodini - Vice-Presidente  
Serafim Venzon  
Joares Ponticelli  
Jorge Teixeira  
Sargento Amauri Soares  
Mauro de Nadal

**COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL**

Kennedy Nunes - Presidente  
Aldo Schneider - Vice-Presidente  
Manoel Mota  
Dirceu Dresch  
Angela Albino  
Mauricio Eskudlark  
Marcos Vieira

<p><b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b></p> <p><b>Coordenadoria de Publicação:</b> Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p><b>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:</b> Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p><b>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</b></p> <p><b>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:</b> Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p><b>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</b></p> <hr/> <p><b>EXPEDIENTE</b></p> <hr/>  <p><b>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina</b> <b>Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves</b> <b>Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC</b> <b>CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500</b> <b>Internet: <a href="http://www.alesc.sc.gov.br">www.alesc.sc.gov.br</a></b></p> <p><b>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXI</b> <b>NESTA EDIÇÃO: 32 PÁGINAS</b> <b>TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</b></p>	<p><b>ÍNDICE</b></p> <p><b>Plenário</b> Ata da 092ª Sessão Ordinária realizada em 04/09/2012..... 2 Ata da 093ª Sessão Ordinária realizada em 04/09/2012..... 9 Ata da 015ª Sessão Extraordinária realizada em 04/09/2012..... 14 Ata da 024ª Sessão Especial realizada em 04/09/2012, às 19h ..... 19</p> <p><b>Atos da Mesa</b> Ato da Mesa DL..... 23</p> <p><b>Publicações Diversas</b> Ata de Comissão Permanente... 23 Aviso de Resultado..... 23 Emendas Constitucionais..... 23 Ofícios ..... 24 Portarias..... 24 Projeto de Decreto Legislativo ... 26 Projetos de Lei..... 26 Projeto de Resolução..... 32</p>
---	---	---

## P L E N Á R I O

# ATA DA 092ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 04 DE SETEMBRO DE 2012

### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Cesar Souza Junior - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

#### SUMÁRIO

##### Partidos Políticos

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** - Comenta os números divulgados que confirmam SC na liderança nacional de transplantes de órgãos.

**DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK** - Fala da inauguração da fábrica *Gran Maestri*, produtora dos queijos tipo *grana padano*, em Guaraciaba.

**DEPUTADO VOLNEI MORASTONI** - Relata sua participação em eventos voltados ao setor da saúde.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (aparte) - Cumprimenta o deputado Volnei Morastoni por

sua representação da Unale nos eventos da saúde.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** (pela ordem) - Elogia a atuação do deputado Joares Ponticelli à frente da Unale.

**DEPUTADO GILMAR KNAESEL** - Narra a inauguração do teatro de São Lourenço do Oeste.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** (pela ordem) - Registra a presença nesta Casa da direção da Feapes.

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** - Comenta os índices do Enem; elogia a iniciativa da RBS em colocar o tema da educação em questão.

##### Explicação Pessoal

**DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS** - Parabeniza o governador pelo programa Pacto por Santa Catarina; aborda a realização de audiência pública em Morro da Fumaça.

**DEPUTADO JAILSON LIMA** - Informou o encaminhamento de documento ao TCE requerendo que seja vedada a atuação do procurador Márcio Rosa como procurador-geral; rebate artigo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Destaca a assinatura dos editais de licitação de recuperação e melhoria de 1,3 mil km de rodovias.

**DEPUTADO NEODI SARETTA** - Reporta-se à participação no Congresso de Prevenção 2012 e Fórum Comunitário Latinoamericano e do Caribe de Prevenção a Aids, hepatites e DSTs.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Pronuncia-se acerca do esquema de internações falsas praticados por unidades hospitalares particulares contra o SUS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

Na ausência de representantes do PSDB, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e comunidade catarinense.

(Passa a ler.)

“Há poucos dias tomei conhecimento de que o registro brasileiro de transplantes publicado pela Associação Brasileira de Transplantes de Órgãos - ABTO - confirma que Santa Catarina está na liderança nacional do ranking dos estados no número de doadores de órgãos por milhão de pessoas da população.

Nosso estado alcançou o índice de 26,9 doadores por milhão, número que é maior do que o alcançado em 2011, quando Santa Catarina tinha 25,2 doadores por milhão de pessoas.

Para quem não conhece estatística sobre transplantes, pode acreditar que esse é um número bastante significativo, superior ao alcançado em muitos países mais desenvolvidos que o Brasil e ainda mais significativo quando comparado aos demais estados brasileiros.

São dados que refletem o êxito de um trabalho conjunto, em especial da SC Transplantes, que envolve também agentes de saúde, hospitais, a própria Secretaria de estado da Saúde, o pessoal do Samu, os agentes de segurança pública e os catarinenses em geral, pois é a nossa população, em última instância, que cada vez mais assimila a importância dos transplantes para salvar vidas e para melhorar a condição de vida das pessoas que precisam da doação de órgãos.

São os catarinenses que entendem que ser doador de órgãos é uma posição de vida em favor do próximo, que isso representa ser mais solidário. São as famílias de vítimas de acidentes que têm morte encefálica e que têm a coragem de superar momentos de dor e se posicionar em favor da doação de órgãos. São servidores da área da saúde, desde psicólogos, enfermeiros, até médicos, que conseguem sensibilizar para o ato de doação que favorecerá outras pessoas tão necessitadas.

Vejam que em Santa Catarina, somente no último mês de junho, chegamos a 35 notificações de morte encefálica e a 14 doações efetivadas de órgãos daqueles potenciais doadores, sendo que dos 21 não doadores, em 12 casos houve resistência de familiares à doação de órgãos, em quatro casos contra-indicações clínicas e em outras cinco situações os motivos foram outros, com um índice de aproveitamento de 33% das notificações que resultaram em órgãos transplantados.

Esses índices foram mais significativos em março e maio, quando das notificações de morte encefálica, embora em menor número, 48% dos casos resultaram em transplantes de órgãos bem sucedidos.

Como já disse, a taxa de sucesso em transplantes depende de uma combinação favorável entre a disponibilidade de doadores e a concordância de doação de órgãos e a sinalização de morte cerebral ou notificação de paradas cardiopulmonares, somadas à agilidade das equipes de captação de órgãos e das equipes responsáveis pelos procedimentos cirúrgicos.

Note-se que, no final de julho, entre pessoas que aguardam por transplantes de coração, fígado, rim, pâncreas, ossos, medula óssea e córnea, estavam listados em Santa Catarina 1.399 pacientes à espera de doação de órgãos. Mais da metade, ou seja, 764 eram pacientes, aguardam córneas, 410 esperam por doação de rins, 100 pacientes esperam por doação de fígados e 48 por medula óssea.

Quando falamos de equipes de transplantes, temos em Santa Catarina centros de referência como o Hospital Santa Isabel, de

Blumenau, para casos de transplantes de fígado e rim; o Hospital São José, de Joinville, para casos de transplantes de rim; o Hospital de Caridade, aqui em Florianópolis, para transplantes ósseos; o Hospital Regional de Chapecó; o Hospital Governador Celso Ramos, conhecido popularmente como Hospital dos Servidores, em Florianópolis; o Hospital Universitário da UFSC, que faz transplantes de fígado, e o Cepon, que atua em transplantes de medula.

Ainda quando falamos em transplantes, temos centros de referência em transplante de córnea e esclera, como o Hospital de Olhos Sadalla Amin Ghanem, de Joinville; o Celso Ramos, de Florianópolis; o Hospital São José, de Joinville; o Centro Integrado de Oftalmologia de Florianópolis, bem como o Hospital Marieta Konder Bornhausen de Itajaí, para citar apenas os principais.

Vejam então que Santa Catarina tem uma bagagem considerável na questão de transplantes, que envolve muitas pessoas. Desde abnegados que atuam nas instituições de saúde, até familiares de vítimas, que em meio à dor da perda de um ente querido pensam no bem do próximo.

Mas há mais! Há uma cultura disseminada por todo o nosso estado acerca da necessidade de as pessoas incorporarem a questão da doação como uma política pública para o bem, para avançar na saúde, pois assim como nos colocamos na condição de potenciais doadores, poderemos noutro momento ser candidatos à doação.

Por isso, colegas deste Parlamento, é muito importante falarmos sobre os transplantes, sobre os expressivos índices que temos em Santa Catarina no quesito doadores, na experiência que acumulamos em nossos hospitais e clínicas, na boa organização que do sistema de transplantes. E é claro, por trás de tudo isso está o trabalho competente da secretaria da Saúde, do dr. Dalmo Claro de Oliveira e a vontade dos catarinenses de se doarem ao próximo.

Está de parabéns Santa Catarina, estão de parabéns os catarinenses!”

Nós, catarinenses, somos solidários e um exemplo é o povo do planalto norte, de Canoinhas e região, que tem o maior doador de sangue do mundo, o sr. Orestes Golanovski, e também uma entidade que realiza um excelente trabalho na área, a Adosarc.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital.

Estamos retornando depois de um período de licença com uma grande alegria por voltar a esta Casa. Saúdo todos os deputados e a população do estado de Santa Catarina.

Tivemos, nesse período, um fato muito importante no extremo oeste catarinense, ou seja, a inauguração da Gran Mestri, uma empresa de laticínios, de queijos, de propriedade do grande cidadão e empresário Acari Menestrina.

Estivemos na inauguração com boa parte dos empresários do estado, juntamente com o presidente da Fiesc, Glauco Corte, com Luciano Hang, da Havan, com Wandêr Weege,

da Malvee, e com muitos outros empresários. O deputado Serafim Venzon também esteve presente à inauguração daquela grande empresa do município de Guaraciaba, que é o maior produtor de leite do estado de Santa Catarina. Estavam presentes ainda os senadores Luiz Henrique da Silveira e Casildo Maldaner, o governador Raimundo Colombo e outras autoridades diante da importância dessa nova empresa para a economia do estado e para o desenvolvimento da região.

Eu iria discorrer sobre essa indústria, sobre sua capacidade de produção, sobre a previsão de faturamento anual R\$ 150 milhões, sobre a capacidade de armazenamento de um milhão de quilos de queijo da mais alta qualidade, produzidos dentro da mais alta tecnologia. Mas tomo a liberdade de fazer a leitura de um artigo que foi escrito pelo senador Luiz Henrique da Silveira a respeito desse projeto para o estado de Santa Catarina.

Assim se pronunciou o senador Luiz Henrique da Silveira:

(Passa a ler.)

“O visionário Menestrina e os queijos de qualidade.

Como um Bugsby, que enxergou a futura Las Vegas no deserto de Nevada, e Beto Carrero, que vislumbrou uma Disney brasileira num descampado do então pobre município de Penha, Acari Menestrina viu no extremo oeste catarinense o lugar ideal para a criação do gado leiteiro. Importou de Lages os primeiros animais e passou a disseminar a atividade naquela região, a 800km do litoral. Filho de família humilde do Rio dos Cedros, manteve-se fiel à natureza do povo vêneta, em sua longa história de migrações, que começou há uns 1.300 anos, quando estabeleceu no norte da Itália, vindo da região russa do Alto Volga em busca de terras mais quentes.

Os vênets estão em todo lugar. Migraram para os Estados Unidos, a Austrália, a Nova Zelândia, a América Latina. No século XIX, vieram para Santa Catarina, estabelecendo-se, sobretudo, nos vales do Itajaí-Açu e Itajaí-Mirim. Acari fez a sua migração vêneta no norte do extremo oeste de Santa Catarina, com o diploma de técnico agrícola e a condição de extensionista da Acaresc (Ave, Glauco Olinger!).

Acari percebeu que a atividade produtora de gado de leite seria mais promissora do que a suinocultura e a avicultura, já que o alimento básico na bovinocultura é o pasto verde, que o produtor tem disponível em sua propriedade, enquanto que a criação de aves e suínos depende dos grãos colhidos predominantemente no Brasil central e em outras regiões distantes.

Não demorou para que deixasse o serviço público e abrisse o seu próprio negócio, de que resultaram as seis fábricas do laticínio Cedrense, que ele vendeu há dois anos para dedicar-se exclusivamente à fabricação de queijos de alto valor agregado, como o *grana padano*, o *parmegiano regiano* e, agora, o *pecorino sardo*.

Incentivei-o e ele aceitou o desafio de disseminar a criação de ovelha de leite, com o qual são feitos queijos do mais alto valor comercial, como o português *Serra da Estrela*, o Azeitão, o francês *roquefort* e o italiano *pecorino*.

Hoje, no extremo oeste, já há uma produção razoável de leite de ovelha, que tende a ser predominante porque é mais barato e muito mais nutritivo que o de vaca.

Acari acaba de inaugurar a nova fábrica de seus queijos/boutique: a Gran Mestri, que está instalada em Guaraciaba, com a melhor tecnologia mundial, oriunda da terra

de seus ancestrais, o norte da Itália. Com os parceiros italianos, importou da Europa os melhores equipamentos e desenvolveu uma indústria de qualidade máxima, cujos queijos ressaltam o cuidado e o esmero de sua produção.

Quando eu era governador, servi o *grana padano* Gran Mestri ao ministro da Agricultura da Itália, Paolo Di Castro. Ele não acreditou que não fosse o queijo original produzido na sua pátria.

Este é o Acari Luiz Menestrina, inventando o futuro e fazendo, sempre, coisas de alta qualidade!"[sic]

O Acari chegou ao extremo oeste há aproximadamente 35 anos e como técnico agrícola da Acaresc teve a visão, na época em que todos teimavam em explorar a plantação de milho e de outros produtos, de levar o gado leiteiro para a região. Naquela ocasião, a produção da região era de 1.000 litros de leite diários. Hoje, chega a 3.000.000 litros. Então, houve uma transformação, os agricultores e os produtores acreditaram e isso é muito importante para a economia do estado de Santa Catarina.

Faço esse registro e essa homenagem ao grão-mestre Acari e a toda a sua família pela coragem, pelo desprendimento e pelo grande investimento que fez e que proporciona atendimento a milhares de famílias.

Estivemos há poucos dias no município de Paraíso e o *Laticínio Paraíso*, já com quase cem funcionários, tem como fornecedores de matéria-prima quase mil famílias. Por esses dados dá para se ter uma ideia do que a produção de gado leiteiro representa para a economia de nosso estado, especialmente para o extremo oeste. E esse produto que vem para a mesa de todos os catarinenses e de todos os brasileiros é um produto com qualidade para exportação. Mas o objetivo inicial da empresa é a venda no mercado nacional, produzindo, então, a mesma qualidade que encontramos no queijo importado.

Fica aqui o nosso registro, a nossa homenagem, os nossos parabéns ao grão-mestre que, inclusive, foi objeto dessa manifestação do ex-governador Luiz Henrique da Silveira, do governado Raimundo Colombo e de tantas destacadas autoridades.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, sr. deputado.

Dentro ainda do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente e srs. deputados, quero fazer um breve relato de cinco atividades de que participei nos últimos dias sempre em nome desta Casa e da comissão de Saúde, todas relacionadas com a saúde.

Em Belo Horizonte estive representando esta Casa, designado pelo presidente deputado Gelson Merisio e pelo presidente da Unale, deputado Joares Ponticelli, no Encontro Nacional dos Presidentes das Comissões de Saúde das Assembleias Legislativas do Brasil, para tratar sobre o andamento do movimento por mais verbas para a saúde, ou seja, o Movimento Saúde mais Dez, que pleiteia que a união aplique no mínimo 10% das suas receitas brutas correntes, 10% do seu Orçamento, 10% de toda a arrecadação de impostos do Brasil, em saúde.

Esse movimento nacional tem uma forte participação das Assembleias Legislativas do Brasil, além da OAB, da Associação Médica Brasileira, da CNBB e de mais de uma centena de instituições.

O encontro foi bom para medir como está a situação no plano nacional, embora tenha sido marcado um próximo encontro para o dia 29 de novembro, em Vitória, no Espírito Santo, para termos realmente um balanço nacional mais efetivo, uma vez que no início do ano que vem, em fevereiro ou março, quando o Congresso Nacional inicia suas atividades, vamos fazer um grande ato público em Brasília. Com certeza será um dos maiores atos públicos em defesa do SUS, em defesa do financiamento da saúde no Brasil.

Srs. deputados, todos sabemos que o SUS se ergue em cima de quatro pilares fundamentais: o gerenciamento, o financiamento, os recursos humanos e o controle social. Estamos falando de um dos pilares mais importantes, que é o financiamento. Como os municípios têm que aplicar no mínimo 15% dos impostos que arrecadam - e aplicam muito mais do que isso -, como os estados têm que aplicar no mínimo 12% dos impostos que arrecadam - e cada vez mais estamos exigindo que o estado realmente cumpra essa obrigação constitucional -, queremos que a união também aplique um valor fixo que possa ser visualizado e medido com mais facilidade, que são 10% do Orçamento nacional.

Estive também há uma semana participando, em Joinville, do Encontro dos Secretários Municipais de Saúde do nosso estado, onde fiz referência a essa reunião de Belo Horizonte, conclamando as secretarias municipais de Saúde, deputado Serafim Venzon, a engajarem-se efetivamente nessa maratona de coleta de assinaturas. São assinaturas qualificadas, de acordo com lei federal, que precisam ter o nome do cidadão, seu endereço e o número do título de eleitor.

Esta foi uma das orientações que recebemos em Belo Horizonte, ou seja, colher o maior número possível de assinaturas, inclusive durante o período eleitoral, pois com tato e bom senso podemos aproveitar a mobilização da sociedade nessa época para alcançar as necessárias 50 mil assinaturas em Santa Catarina.

Então, esta Casa está engajada, estamos num fórum estadual, com a presença do Guga, que também apóia esse movimento.

Estive ainda em Porto Alegre participando de um encontro dos três estados do sul sobre as políticas integrativas e complementares na saúde, a partir da experiência que tive como prefeito de Itajaí de implantar na rede pública um centro de práticas integrativas e complementares.

Agora o ministério da Saúde colocou no seu plano estratégico até 2015 que cada vez mais os estados e municípios devem implementar essas práticas na rede pública do SUS, que é justamente a implantação da homeopatia, da acupuntura, das plantas medicinais, da massoterapia e do termalismo, que têm baixo custo e alta resolutividade, alto grau de satisfação para os usuários. Basta ver que estamos em época de eleições municipais e os programas dos candidatos encamparam, nas propostas para a saúde, a implantação das práticas integrativas e complementares.

Estive, sr. presidente, em Brasília participando de uma reunião nacional conclamando, em primeira chamada, todos os estados e municípios, e depois, toda a sociedade civil, com o objetivo de fazer uma avaliação do Plano Nacional de Enfrentamento

das Doenças Crônicas não Transmissíveis: câncer, diabetes, doenças cardiovasculares e respiratórias. Trata-se do mesmo plano que o Brasil defendeu na ONU no ano passado, de cuja reunião tive a honra de participar compondo a comitiva do governo brasileiro, para combater essas doenças que o mundo inteiro enfrenta e que no Brasil representam 72% das mortes anuais e no mundo inteiro cerca de 60% a 72%, além dos problemas sociais e o forte peso econômico sobre as economias dos países. E agora, além do plano nacional para o enfrentamento dessas doenças, também pedimos os planos estaduais e municipais para uma conjugação muito mais forte no combate ao câncer, ao diabetes, às doenças cardiovasculares e respiratórias crônicas, cuja raiz está na má alimentação, no excesso de sal, no açúcar, nas gorduras e no sedentarismo.

Estamos em época de eleições municipais e renovo aqui a necessidade de debater os problemas da cidade no que se refere às questões de propiciar à população a oportunidade de fazer frente ao sedentarismo, propondo políticas públicas, como praças, equipamentos esportivos e discutindo meios para executar obras, como, por exemplo, calçadas para que as pessoas possam caminhar e implantando academias.

Portanto, esses temas sobre políticas nacionais e estaduais estão fortemente ligados com as políticas públicas municipais e o momento é propício, pois estamos em época de eleições e os candidatos e partidos estão apresentando propostas para os municípios. Temos que analisar a cidade que temos e a cidade que queremos, inclusive para fazer frente às doenças crônicas não transmissíveis.

Por último, srs. deputados, participei, em Balneário Camboriú, na semana passada, de um encontro importante realizado pela secretaria estadual da Saúde onde se tratou das doenças crônicas não transmissíveis, o que, na verdade, está em sintonia com o ministério da Saúde.

Realmente, não há como fugir desse debate e das políticas públicas estaduais. Inclusive, a secretaria estadual da Saúde tem que começar a entrar em sintonia com essas importantes políticas públicas nacionais que o ministério da Saúde está comandando, trazendo-as para o nosso estado, para os nossos municípios.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Volnei Morastini, gostaria de cumprimentá-lo e agradecer, não apenas em nome do nosso Parlamento, mas também em nome da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, porque v.exa. tem-se dedicado muito a essa causa, envolvendo os parlamentos de todo o Brasil. V.Exa. tem falado em nome da instituição e há uma expectativa muito grande no Brasil inteiro em torno desse grupo de trabalho. Esperamos iniciar 2013 com esse encaminhamento, que é o anseio de todos os estados da federação.

Parabéns pelo trabalho que v.exa. vem desempenhando!

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Obrigado, deputado Joares Ponticelli.

Gostaria de dizer que é com muita honra e alegria que desempenho essa função, essa responsabilidade que v.exa. me outorgou como presidente da Unale. Antes disso eu já era convidado para essas importantes reuniões

como representante da Unale em vários Parlamentos do Brasil, a fim de levar esse importante debate relacionado à saúde. Quero continuar fazendo esse trabalho com todo o rigor e compromisso, porque v. exa. merece e tem cada vez mais se destacado como presidente da Unale.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Quero somente corroborar com as palavras do deputado que utilizou a tribuna agora e também deixar registrado o meu regozijo por ter conosco o deputado Joares Ponticelli, que é motivo, neste momento, de orgulho para todos nós pelo seu desempenho na presidência da Unale.

Eu sou fã de carteirinha desse rapaz pela forma como ele age defendendo esta Casa e agora os Legislativos de todo o país, e gostaria que ficasse registrada a minha admiração e respeito pelo colega.

Quero também aproveitar o ensejo para registrar o 14º Congresso das Apses de Santa Catarina, que acontece em Joinville. Foi aberto na noite de ontem e à tarde ocuparei a tribuna para tecer comentários mais alongados sobre esse evento.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Gilmar Knaesel, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, colegas deputadas, srs. deputados, imprensa e público que acompanham a nossa sessão, na verdade ocupo o espaço do PSDB para dar os cumprimentos à cidade de São Lourenço do Oeste, através do prefeito Tomé Francisco Etges, do vice-prefeito João Carlos Ecker e da Câmara de Vereadores.

No sábado à noite estive naquela cidade participando da inauguração do teatro, que é uma complementação do seu centro de eventos. Talvez muitos - e isso é até normal - façam a seguinte pergunta: "Mas São Lourenço do Oeste precisava de um equipamento dessa magnitude"? E eu diria: E por que não?!

Primeiramente, vejam a ousadia do prefeito Tomé ao apresentar a proposta de ser construído na cidade um centro de eventos, dentro do planejamento viabilizado no governo passado, sob a liderança do governador Luiz Henrique da Silveira, para o qual pudemos contribuir como secretário de Turismo, Cultura e Esporte instituindo a política de dotar o nosso estado de equipamentos, de centro de eventos para termos a possibilidade da realização de eventos, como congressos e feiras na área de turismo, e também para que na área de esporte e cultura as comunidades locais tivessem espaços dignos, sendo que nesses espaços ainda poderiam ser realizados grandes espetáculos nacionais e até internacionais.

O centro de eventos de São Lourenço do Oeste agora faz parte da estrutura de 15 centros de eventos que foram construídos e dos dez teatros novos que também foram entregues em nosso estado, praticamente um novo teatro a cada ano.

Esse projeto arquitetônico, que foi idealizado por engenheiros e arquitetos da cidade, com certeza é um dos mais bonitos em

termos de arquitetura e um dos mais bem estruturados em termos funcionais. Com isso a cidade se prepara para uma nova fase, e não somente a cidade, mas a região noroeste de Santa Catarina, que muitas vezes dependia do estado do Paraná para ter acesso à cultura e a grandes espetáculos. Agora ela será o centro das atenções daquela região, inclusive podendo ser inserida dentro do contexto de visitaçao do estado vizinho.

Mas quero cumprimentar especialmente o prefeito Tomé, e eu dizia no meu discurso, no sábado à noite, que os homens públicos se dividem sempre assim: os corajosos, os visionários e os que ficam na mesmice. Os corajosos e os visionários estão à frente do seu tempo, muitas vezes enfrentando barreiras e incompreensões, que foi o caso específico. Ele teve que convencer a sua equipe, a sua gente e uma série de pessoas que colocaram barreiras para a construção do centro de eventos. Mas, ao mesmo tempo, teve essa visão de futuro para que sua cidade possa desenvolver-se nesse aspecto.

Quero também dizer que o governo Raimundo Colombo, através do então secretário Cesar Souza e do seu substituto, deputado José Natal Pereira, liberou mais R\$ 4 milhões neste ano para complementação dos recursos necessários. Para se ter uma idéia, foram R\$ 16 milhões do governo do estado, mais R\$ 4 milhões de recursos próprios da prefeitura municipal, numa área de 11 mil metros quadrados construídos.

Isso mostra a grandeza que é esse centro de eventos. Mas isso não teria acontecido se não fosse essa visão estratégica do prefeito de aderir a esse momento e fazer com que se criasse esse clima, também com a parceria do governo do estado em dois momentos, com Luiz Henrique e Raimundo Colombo.

Mas eu quero dizer também que foram homenageadas duas pessoas importantes da cidade, Albano Menegatti, que recebeu, através da Câmara de Vereadores, a distinção de seu nome para o centro de eventos, e o professor Ardo Etges, pai do nosso prefeito, recentemente falecido, recebeu a homenagem do teatro assim denominado.

Mas o importante nesse contexto é homenagear pessoas da cidade que tiveram participação ativa no meio empresarial, social, educacional e político, pois ambos foram vereadores da cidade e tiveram esse reconhecimento. E lembro a alegria das duas famílias que se sentiram lisonjeadas. Quero cumprimentar a Câmara de Vereadores por esse gesto, porque muitas vezes na hora de se dar o nome a alguma obra da cidade buscam-se pessoas ou nomes que nada têm a ver com a história da cidade, o que não foi o caso.

O mais importante, mais uma vez, é cumprimentar o prefeito Tomé Etges, que termina o seu segundo mandato com inúmeras obras na área de infraestrutura, na área de saúde, de educação, e tudo o que foi feito na sua gestão será eternizado. Disse isto sábado à noite: o município de São Lourenço do Oeste escreve uma nova fase da sua história com a administração do prefeito Tomé Etges, história esta que será dividida entre o antes e o após a construção do centro de eventos.

Na oportunidade o prefeito foi ovacionado por mais de mil pessoas presentes à inauguração. Senti a alegria daquele povo que lá estava ao cumprimentar o prefeito e dar-lhe os parabéns por aquela obra.

Então, em nome da minha bancada, externo a alegria de ter Tomé Etges como correligionário. E como se trata de um jovem,

com certeza ainda terá muito espaço na política de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(COM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero com muita honra registrar a presença nesta Casa de Iburici Fernandes, presidente da Feapesc - Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas de Santa Catarina -, de Alcides Peretti, do município de Videira, primeiro-secretário da Feapesc, e de Agostinho Estilquete Schiochetti, presidente da Associação de Aposentados e Pensionistas de Concórdia, que estão prestigiando o Parlamento na manhã de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - É uma honra recebê-los aqui. Sintam-se à vontade nesta Casa e contem conosco sempre.

Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. Deputadas, o assunto que me traz a esta tribuna no dia de hoje está em evidência nos últimos dias e é um debate que merece toda atenção não só da população catarinense, mas também do Brasil, especialmente as lideranças políticas, empresariais e os líderes de segmentos, deputado Darci de Matos.

Refiro-me, sr. presidente, à educação. Nós vimos, deputado Reno Caramori, que algumas escolas se destacaram na última avaliação nacional. Posso citar, por exemplo, uma escola de São Bento do Sul, a Escola Municipal Presidente Castelo Branco. Posso referir-me também ao Colégio Estadual São Bento, que foi notícia nacional através dos órgãos de imprensa e teve destaque pela qualidade da educação.

Hoje de manhã pudemos ver que um pequeno município lá do extremo oeste, São João do Oeste, é destaque na educação, entre outras escolas e municípios que se destacaram no cenário catarinense e até no cenário nacional. Isso é muito bom!

Mas tenho que louvar, srs. deputados, a iniciativa do Grupo RBS, que abriu um grande debate sobre esse tema. Enalteço a iniciativa desse grande meio de comunicação de aprofundar o debate sobre a educação.

Tivemos alguns avanços a partir da década de 90, principalmente na questão do acesso à escola, pois muitas crianças brasileiras que não tinham acesso à educação formal passaram a tê-lo. É bem verdade que nessa questão avançamos, já que aumentou o número de vagas e a oportunidade de os menos favorecidos terem acesso ao ensino público. Mas no que diz respeito à qualidade, no contexto geral, a situação ainda é muito ruim.

O Brasil é uma economia que vem-se destacando cada vez mais e hoje já é a sexta economia do mundo. Entretanto, quando vamos avaliar a nossa educação, vemos que o nosso país está na octogésima posição no ranking mundial, o que é muito triste. E não é só uma questão de recursos, não! O dinheiro é importante, mas é preciso reavaliar a educação no conjunto e não apenas no repasse dos recursos, não apenas na questão da estrutura

física. Os computadores, os mais diversos instrumentos tecnológicos são importantes, mas o essencial é o bom professor. Além de um mestre bem qualificado e valorizado, é preciso que o Brasil estabeleça metas a curto, médio e, principalmente, a longo prazo. Precisa também ter uma política padronizada de educação, a fim de que os responsáveis, sejam os municípios, os estados ou a própria união, tenham um plano unificado voltado à qualidade.

Isso não se faz do dia para a noite! É necessária, sim, a união de todas as lideranças do governo federal, estadual e municipal e tem início na educação infantil e no ensino fundamental e médio, sendo que este último é um sério problema no Brasil. E volto a dizer: enquanto não tivermos qualidade na educação, dificilmente o Brasil subirá no ranking dos países desenvolvidos, pois o instrumento necessário para que isso aconteça está no conhecimento, na educação.

É importante que esse tema não seja apenas lembrado por poucos dias, é preciso que seja constante e permanente esse debate, para que ações façam evoluir a nossa educação. O momento é oportuno, estamos em época de eleições municipais, mas é preciso que, como eu disse, além dos municípios, também o estado e a união façam educação de qualidade.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado! Parabéns por sua explanação porque Santa Catarina precisa muito melhorar a qualidade da sua educação.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PCdoB.

Na ausência de representantes desse partido, passaríamos à Ordem do Dia. No entanto, como não há matéria a ser deliberada, passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark.

(Pausa)

Na sua ausência, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, é uma satisfação poder retornar à tribuna da Assembleia Legislativa no reinício das nossas atividades, para registrar um pouco da nossa caminhada, em especial aquela relacionada aos investimentos do governo do estado de Santa Catarina em diferentes regiões do estado.

Eu principio parabenizando o governador Raimundo Colombo pelo projeto Pacto por Santa Catarina, ontem apresentado às entidades de classe da região de Blumenau: Acib, CDL, Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho de Desenvolvimento da Itoupava Central e Associação de Micro e Pequenas Empresas de Blumenau.

O Pacto por Santa Catarina apresentado ontem, em Blumenau, pelo governador Raimundo Colombo prevê um investimento de R\$ 719 milhões nos próximos meses, numa parceria com o BNDES, cuja contrapartida do estado é de R\$ 108 milhões. Numa primeira etapa será priorizada a implantação do sistema de prevenção e mitigação de desastres na bacia do rio Itajaí-Açu e ações de prevenção à seca no oeste do estado. Além disso, recursos serão investidos na recuperação de 1.200km de estradas de várias regiões.

Portanto, é uma boa notícia para todos nós, catarinenses, pois esses investimentos trarão desenvolvimento à economia catarinense, em especial à infraestrutura estadual.

Registro, sr. presidente, srs. deputados, a nossa caminhada também ao longo desses últimos dias em algumas ações específicas da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas, em especial a concorrida audiência pública que tivemos no município de Morro da Fumaça, com a presença de mais de 300 estudantes do ensino médio. Na oportunidade pudemos ouvir a comunidade estudantil da região e também as autoridades locais: Promotoria de Justiça, Polícia Militar, Polícia Civil. Foi um debate enriquecedor e contribuiu muito para as propostas da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas.

Por falar nisso, em nosso contato com o governador Raimundo Colombo na última semana, mais uma vez sua excelência ratificou sua disposição de encampar essa ação, chamando as secretarias da Saúde, da Justiça e Cidadania, de Assistência Social, Trabalho e Habitação e de Segurança Pública para irmamos viabilizarmos o projeto de financiamento público de vagas em comunidades terapêuticas.

Vamos aguardar as próximas tratativas, comandadas agora pelo secretário João José Cândido, que a pedido do sr. governador coordenará toda essa ação, a fim de que, a partir de janeiro de 2013, possamos iniciar os primeiros contratos entre o governo do estado e as organizações não-governamentais, visando criar até mil vagas financiadas pelo governo estadual em mais de 100 comunidades terapêuticas espalhadas pelo território catarinense.

Lamentavelmente, não obstante a nossa luta, a nossa batalha com relação ao combate e à prevenção do uso de drogas, acompanhamos, deputado Jailson Lima, notícias como esta: "Juiz autoriza o Instituto da Maconha em Santa Catarina." Isso é lamentável que um magistrado tenha deferido o pedido de um grupo de universitários de Santa Catarina que solicitou ao cartório o direito de operar como entidade social. Isso não traz absolutamente nenhum benefício para Santa Catarina, muito menos para a nossa população, sobretudo para os nossos jovens e adolescentes. Como disse o editorial do *Diário Catarinense*, há o risco da flexibilização no que diz respeito à questão das drogas no Brasil, pois "[...] a proposta sugere que a posse de entorpecentes para uso próprio por até 10 dias, assim como o plantio para uso individual, se tornem infrações administrativas e não crime, como prevê a legislação atual."

Nós somos contra uma proposta que, infelizmente, já foi aprovada por um grupo de juristas do Senado Federal e que vai passar a tramitar: se o usuário for pego com uma quantidade de droga que represente apenas, segundo a sua justificativa, o seu próprio consumo de até dez dias, isso não se traduzirá em crime.

Infelizmente, temos aí a proposta de um candidato a vereador pelo PSDB da capital - eu até omito o seu nome porque não merece ser citado - que tem como proposta maior a liberação da maconha. Este é o título que está no seu "santinho", que de santo não tem nada, eu diria que é "diabinho".

Está aí, infelizmente, a propaganda de quem defende a liberação da maconha, esquecendo-se de que ela é a porta de entrada para as drogas pesadas, em especial para o

*crack*, que vicia já nas primeiras experimentações, transformando seus usuários em verdadeiros zumbis, arruinados física e mentalmente, provocando a desagregação de suas famílias e fomentando o crime no estado, no país e no mundo.

Mas vamos falar de coisas boas. Gostariamos, srs. deputados, de colocar à disposição de v.exas. - e depois estarei entregando com muito carinho a última obra que lançamos recentemente: *Percursos do Processo Educativo* - uma proposta que tenta avaliar o cenário da educação no Brasil de forma histórica, buscando analisar a questão dos pais, dos profissionais, pois, de forma geral, todos somos educadores, desde a dona de casa, passando pelo professor e até o parlamentar.

Escrevemos esse livro buscando sinalizar algumas ferramentas de aprendizado, lembrando sempre, como dizia Sócrates, que se a vida não foi mudada, a lição não foi ensinada. Esta é a proposta que trazemos nesse pequeno livro, os percursos do processo educativo, as pegadas históricas da educação, os métodos pedagógicos, os avanços e descaminhos da educação, as tendências contemporâneas, buscando também traçar um perfil de um educador eficaz, desde o domínio do conteúdo, ao entusiasmo com aquilo que ensina, à criatividade do método, à valorização das potencialidades do educando, ao planejamento das diferentes etapas do ensino e, sobretudo, à capacidade para instruir com o próprio estilo de vida.

Essa é a proposta que condensamos em poucas páginas nesse livro publicado pela Editora Nova Letra: *Percursos do Projeto Educativo*, que com muito carinho faremos chegar às mãos dos srs. deputados.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra o Sr. deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, funcionários, primeiramente quero ressaltar a importância que tem o Ministério Público. Nesta Casa salientamos em todos os momentos a importância que tem tanto o Ministério Público quanto o Tribunal de Justiça. No entanto, há o questionamento de que alguns órgãos ainda não têm o portal da transparência e que alguns usaram de subterfúgios para não deixar claro ao povo catarinense para que serve esse portal.

Então, fica aqui o nosso registro de indignação.

Outra questão abordada por nós diversas vezes foi o chamado "mistério" Público do Tribunal de Contas do Estado, aquele Ministério Público existente lá, que é uma excrescência pública. Foi feita uma auditoria e nos foi negada a informação do relatório do Tribunal de Contas, que estamos requerendo como deputado, judicialmente, onde há as mazelas do sr. Márcio Rosa.

Estou dizendo isso porque o procurador daquele Ministério, no dia 8 de agosto, foi nomeado pelo governador como procurador-geral do Ministério Público, sendo um procurador da Procuradoria da Fazenda. No dia 17 de setembro tomará posse, mas já tomou algumas ações: instalou o ponto eletrônico com cartão-ponto. Parabenizo-o, porque agora vai ter que mostrar que trabalha, pois terá que aparecer no serviço. Mas isso nem sempre se resolve, porque aqui há muitas pessoas apertando o dedo e não aparecendo, como mostrou a imprensa outro dia.

Então, o deputado Dirceu Dresch e eu estamos encaminhando uma carta ao presidente do Tribunal de Contas solicitando o seguinte:

(Passa a ler.)

“Senhor presidente,

O Tribunal de Contas é órgão que atua no auxílio da Assembleia Legislativa” (parece que nem sempre eles sabem disso lá).“ O controle externo exercido pelo Poder Legislativo será, por isso, tão aprimorado quanto for a atuação da Corte de Contas. Junto ao Tribunal atua o Ministério Público Especial, cuja atuação influencia diretamente as decisões relacionadas ao controle externo.

Considerando o noticiado pela imprensa de que o procurador-geral nomeado neste ano pelo governador do estado não é membro daquele Ministério Público, mas procurador da Fazenda, ou seja, profissional que atua na defesa dos interesses exclusivos da Fazenda e não nos interesses da sociedade, mantendo relação de subordinação ao chefe do Poder Executivo estadual (art. 1º, Lei n. 5660/79);

Considerando que a relação de subordinação ao Governador é incompatível com a independência funcional que deve nortear a atuação dos membros do Ministério Público;

Considerando também que o referido procurador nunca se submeteu a concurso público, nem mesmo para o cargo de procurador da Fazenda;

Considerando que a Constituição Brasileira ordena que o ingresso nas carreiras do Ministério Público far-se-á mediante concurso público de provas e títulos (art. 129, § 3º);

Considerando que as funções do cargo para o qual foi nomeado o procurador agora conduzido ao cargo de procurador-chefe do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas são distintas daquelas que devem ser exercidas por aquele Ministério Público;

Considerando que há membros do Ministério Público Especial que atendem aos requisitos da Constituição;

Considerando que cabe a vossa excelência coordenar os serviços das sessões plenárias do Tribunal de Contas, onde são deliberados os processos de controle externo da Corte;

Os deputados infra firmados vêm respeitadamente perante vossa excelência requerer que nas sessões do Tribunal de Contas atue exclusivamente procurador que atenda aos requisitos constitucionais para o cargo, sendo vedada, conseqüentemente, a atuação do senhor Márcio de Sousa Rosa.

Aproveitando para reiterar votos de apreço e consideração,

Atenciosamente,

(a) Jailson Lima

(a)Dirceu Dresch” [sic]

Sr. presidente, estou falando isso porque a Constituição é para ser cumprida, não é para fazer de conta, assim como o salário tem teto constitucional e é para ser cumprido, e esta Casa está cumprindo.

É com esse intuito que estamos encaminhando esse documento ao presidente do Tribunal de Contas do Estado, até mesmo para que nós, deputado Dirceu Dresch, cumpramos o nosso papel. Porque, logicamente, depois das eleições, não tenham dúvida, estaremos com a cópia da auditoria do Tribunal de Contas naquele “mistério” Público, que não é nenhum mar de rosas, muito pelo

contrário, tem muito que explicar para o povo catarinense.

Não entendo como o governador, uma figura tão democrática, não vê esse ato como inconstitucional, não vê tamanha excrecência pública.

Nós, como deputados, parecemos garotos de recados, pois nem nos respeitam, não respeitam um documento aprovado em plenário pela maioria deste Parlamento. Então, logicamente, que esse embate vai continuar. E nós, com muita transparência, em breve teremos um parecer do Supremo sobre essa questão. Porque aí, finalmente, acho que eles vão convencer-se do debate que realizamos nesta Casa.

No mais, quero aqui fazer uma ponderação sobre um artigo escrito esta semana por Fernando Henrique Cardoso, deputado Neodi Saretta, falando da pesada herança que a presidente Dilma Rousseff recebeu do presidente Lula.

Logicamente, temos que cumprir a nossa presidente, deputado Dirceu Dresch, que ontem deu uma resposta à altura, dizendo que feliz de um presidente que recebe um país que não tem mais intervenção do Fundo Monetário Internacional; feliz de um presidente que recebe um país gerando mais de dez milhões de empregos com carteira assinada; feliz de um presidente que recebe um país cujo presidente anterior coloca na classe média 40 milhões de brasileiros!

Portanto, a nossa presidente Dilma Rousseff fez uma defesa enfática do governo do presidente Lula, mostrando claramente os caminhos que este país tomou, pois até o ex-presidente Bill Clinton veio ao Brasil na semana passada para dar uma palestra aos empresários e falou do brilhantismo econômico e da condição em que este país se encontra perante a comunidade internacional.

Por isso, parabeno novamente a nossa presidente Dilma Rousseff, uma presidente que no estado de Santa Catarina tem índice de aprovação superior à do nosso governador.

No mais, o nosso embate continua e um abraço ao sr. Márcio Rosa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Antônio Aguiar.

(Pausa)

Na ausência do deputado Antônio Aguiar, concedemos a palavra ao deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Saúdo o sr. deputado Reno Caramori, que neste momento preside esta sessão; cumprimento todos os deputados e deputadas e todos que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital, bem como toda a equipe de colaboradores desta Casa.

Quero, deputado Jailson Lima, cumprimentá-lo e parabenizá-lo pela fala e dizer que não vamos parar de exercer o nosso direito de fiscalizar e de acompanhar as entidades públicas, principalmente, neste momento, o Ministério Público, que v.exa. chama de mistério público, junto ao Tribunal de Contas.

Mas quero, sr. presidente, nesta manhã, trazer a esta Casa informações sobre o grande ato ocorrido na última sexta-feira, no extremo oeste de Santa Catarina, mais precisamente em São Miguel d'Oeste, que

contou com a presença de inúmeras lideranças, inclusive a nossa ministra Ideli Salvatti e o superintendente estadual do DNIT, João José, destinado à assinatura dos editais de licitação das obras de duplicação das seguintes BRs: 163, 282, 280, 470, 153 e 158, num total de 1,3 mil quilômetros.

Esses editais de licitação são muito importantes para Santa Catarina, para o desenvolvimento do nosso estado, para a melhoria da segurança e, principalmente, para a melhoria das condições de acesso aos municípios, principalmente os trevos de acesso às cidades de Guarujá do Sul, Guaraciaba, São José dos Cedros, Dionísio Cerqueira e São Miguel d'Oeste. Então, essas obras são as primeiras obras licitadas pelo Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), através do DNIT de Santa Catarina.

O RDC tem como objetivo ampliar a eficiência nas contratações e a competitividade entre os licitantes, promover a troca de experiências e tecnologias em busca da melhor relação entre custo/benefício, incentivar a inovação tecnológica, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

O lançamento dos editais de licitação aconteceu no dia 31 de agosto, às 15h, no CTG Porteira Aberta, de São Miguel d'Oeste. Trata-se das seguintes obras:

ü Duplicação da BR-163, de São Miguel d'Oeste a Dionísio Cerqueira, com 62km, num valor estimado de R\$ 194,2 milhões, e ü Restauração e estruturação da pista e acostamento - Crema etapa 2, numa extensão de 1.275km, com valor estimado de R\$ 692 milhões.

Descrição dos lotes a serem licitados:

➤ü Lote 1, BR-282, com 214,5km, e BR-116: R\$ 3 milhões;

➤Lote 2, BR-280, com 155,1km: R\$ 100 milhões;

➤Lote 3, BR-470, com 305,4km: R\$ 149,7 milhões;

➤Lote 4, BR-153, BR-282, BR-470, com 297km: R\$ 167,5 milhões;

➤Lote 5, BR-282, BR-158, BR-163, com 303,5km: R\$ 158,7 milhões.

As BRs do nosso estado estão todas em bom estado, muitas delas em ótimo estado, como nunca estiveram. Mas vamos trabalhar muito para que logo se conclua todo o processo do repasse da BR-280, no trecho Porto União/Canoinhas, que precisa ser reestruturado. Está sendo ultimado o repasse para o DNIT desse trajeto, que se encontra numa situação bastante crítica, porque estava nas mãos do estado de Santa Catarina.

Além disso, vamos continuar nossa luta na questão das ferrovias, que é outra grande demanda que o estado tem. Inclusive, a presidente Dilma Rousseff lançou, dias atrás, o projeto de ligação do estado do Mato Grosso à cidade de Mafra e também de Mafra ao Rio Grande do Sul, o que, com certeza, beneficiará muito o nosso estado.

Também temos outros desafios pela frente. Amanhã acontece em Brasília um seminário sobre as ferrovias do país e felizmente está havendo grandes investimentos em infraestrutura, pois nosso modal de transporte estava totalmente abandonado, sucateado. Mas o presidente Lula e agora a presidente Dilma Rousseff deram especial atenção ao setor, pois essa é uma das principais reclamações da nossa população.

Os investimentos estão acontecendo dentro do possível, dentro das condições do nosso país, dentro das condições do estado, mas também está-se buscando apoio da iniciativa privada para fazer as grandes obras tão necessárias para alavancar o nosso desenvolvimento. E aí não se fala somente em ferrovias e rodovias, mas também em portos, em transporte aéreo, em transporte marítimo.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, estimados catarinenses, gostaria de utilizar este espaço para falar de importante evento de que participei na semana passada, em função da sua importância e também como forma de prestar contas à população.

Estivemos participando do Congresso Brasileiro de Prevenção às DSTs e a Aids, um congresso sobre saúde, que envolveu diversos eventos e que teve o seguinte tema: Sistemas de Saúde e Redes Comunitárias.

O evento foi promovido por diversas entidades, como o ministério da Saúde, as secretarias de estado da Saúde, as entidades da sociedade civil, o Unicef, etc. O grande enfoque foram ações na área da prevenção e houve uma série de conferências paralelas, que realizaram debates dos quais participaram os principais atores envolvidos com a saúde no Brasil, na América Latina e no Caribe, já que um dos componentes era o Fórum Comunitário Latino Americano e Caribe em HIV, Aids e DST. Ocorreu também o Congresso Brasileiro de Prevenção das Hepatites Virais, de Prevenção às DSTs.

Tivemos a oportunidade de contar com a participação de representantes de segmentos de todas as esferas de governo. Houve, inclusive, alguns anúncios importantes, como o do governo federal informando que até o final do ano vai incorporar na rede básica de saúde a vacina para a hepatite A, que é uma questão da qual a saúde pública depende muito. Esse investimento está sendo feito agora em áreas de saneamento básico para evitar a proliferação da doença, pois o governo pretende, até o final do ano, incorporar a vacina para a hepatite A também na rede pública do SUS, que teve, em janeiro de 2011, ampliada a faixa de idade da vacina para a hepatite B de 20 para 24 anos, sendo depois ampliada, em janeiro deste ano, para 29 anos.

Entendemos que no caso da hepatite B temos que caminhar para possibilitar a vacina para todas as faixas de idade, porque ficou demonstrado, mais uma vez, e todos os debates focaram isto, que a prevenção é o melhor caminho para evitar maiores problemas na área da saúde.

Foi um painel importante porque uma das grandes questões são exatamente os custos da quebra de patentes, da produção no mercado nacional. Enfim, foi um tema importante que mobilizou muitas pessoas. E quero destacar justamente a grande representatividade do evento, dizer da importância da participação e reforçar a minha convicção de que devemos atuar muito na divulgação de ações preventivas. Nós, como parlamentares, temos que ter esse tema presente. Eu mesmo apresentei projetos de lei na área de tratamento das hepatites virais.

Santa Catarina é um estado que nos preocupa pela alta incidência de hepatites. No caso da região oeste, é a hepatite B, que hoje está em níveis equiparáveis aos da Amazônia. Já no litoral há uma alta incidência de hepatite C e de outras DSTs que preocupam os governos. Acho que temos que atuar com mais firmeza na área da prevenção, da divulgação dos riscos, com ações que possam melhorar a vida dos catarinenses e brasileiros.

Também tive oportunidade de ver experiências do esforço que alguns municípios fazem para levar informação à população. Acompanhamos algumas experiências, tomamos conhecimento de alguns projetos de lei, de algumas leis de estados que tratam desse tema.

Entendo que foi importante e proveitosa a nossa participação e espero retribuir com ações neste Parlamento e em eventos. Houve grandes discussões a respeito dos investimentos que os governos devem fazer em saúde. É urgente e necessário que haja mais recursos, principalmente voltados para a prevenção, para as campanhas de vacinação, sem esquecer, é claro, a área curativa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Ana Paula Lima, prezados amigos catarinenses, certamente muitos assistiram, no domingo à noite, ao programa *Fantástico*, do qual destaco uma reportagem sobre as clínicas, sobre os hospitais privados que prestam atendimento ao SUS, prática seguramente condenada por todos os brasileiros, pois é uma forma de desviar recursos do SUS através de atos ilícitos.

Quero destacar que em Santa Catarina grande parte dos atendimentos médico-hospitalares é feita por hospitais da rede privada, por hospitais ditos filantrópicos. Temos aproximadamente 200 hospitais que fazem atendimento pelo SUS. Se cada um de nós analisar os hospitais da sua região, verá que cada um deles todo mês solicita recursos à prefeitura local. Há prefeituras, inclusive, que já fazem regularmente a transferência de R\$ 200 mil ou R\$ 300 mil por mês e mesmo assim os hospitais estão no vermelho.

E isso acontece, srs. deputados, no meu hospital, o Azambuja, um hospital centenário, que possui profissionais com nível técnico equivalente aos da nossa capital, mas que tem um déficit mensal que ultrapassa R\$ 250 mil. E como o padre vai buscar R\$ 250 mil? Vai pedir ao prefeito, à comunidade, através da rádio, vendendo rifas, fazendo a Festa de Azambuja, ou seja, arruma uma porção de maneiras para conseguir os recursos necessários à manutenção das portas do hospital abertas à população, porque a cidade não pode, de maneira nenhuma, abrir mão desse atendimento.

A verdade, sr. presidente, é que os hospitais teriam que receber, no mínimo, recursos suficientes para cobrir os custos, não importa se o paciente está na UTI ou fazendo tratamento clínico. Aliás, há um grande número de procedimentos considerados de urgência e emergência que são muito mais caros do que aqueles com diagnóstico, os chamados procedimentos eletivos. Mas a grande maioria desses hospitais filantrópicos atende apenas os casos de urgência e emergência e, assim, as contas ficam em aberto. Ou seja, o paciente dá entrada no hospital com uma dor abdominal

que pode não ser nada de muito sério ou permanecer 15 dias internado na UTI e receber, três ou quatro meses depois, uma conta no valor de R\$ 300,00 por aquela internação, valor de uma AIH.

Ora, a grande maioria dos hospitais recorre às rifas, aos jantares beneficentes, lança campanhas, pedágios na cidade para complementar os recursos mensais, ainda mais quando se aproximar o fim do ano, sr. presidente, quando, com certeza, vou ter que comprar uns três blocos de rifa de três hospitais da minha cidade que prestam extraordinários serviços e que apenas sobrevivem graças à benevolência das pessoas. Por que eles fazem as rifas? Porque eles não querem recorrer àquilo que algumas clínicas, alguns hospitais do Brasil fazem maquiagem e que virou alvo de notícias no *Fantástico*, que são as chamadas internações fantasmas: o hospital não consegue pagar as despesas nem comover a sociedade para fazer jantares, rifas, pedágios para buscar recursos e a única forma encontrada é fazer internações fantasmas para buscar recursos junto ao SUS, ato que abominamos, mas que deve merecer a reflexão de todos.

Ouvimos hoje pelo menos três ou quatro deputados fazendo pronunciamentos sobre a necessidade de maiores investimentos na saúde e que o governo federal deveria aplicar de 10% da sua arrecadação na área.

Quando fui deputado federal - e vejam que faz tempo, deixei de ser deputado em 2004 - busquei junto à assessoria legislativa da Câmara dos Deputados a análise da lei do SUS. Naquela época todos os secretários nacionais e municipais de Saúde do Brasil entendiam, juntamente com os prefeitos e até os governadores, que a tabela do SUS era imexível, que o procedimento realizado pelo SUS somente podia ser pago pelo governo federal por aquele valor.

Então, justamente busquei na assessoria legislativa um parecer dizendo que o SUS paga R\$ 300,00 pela AIH agora, mas não impede que o prefeito pague mais R\$ 200,00 e que o governo do estado pague mais R\$ 200,00, R\$ 300,00 ou R\$ 500,00, como, inclusive, está fazendo agora. O secretário da Saúde anunciou hoje pela manhã que, por autorização do governador Raimundo Colombo, agora os procedimentos eletivos em urologia, ortopedia, ginecologia e vários tipos de cirurgias eletivas que até agora não estavam acontecendo por várias razões, mas uma delas é justamente a remuneração aviltante do SUS, que é um valor muito pequeno, haverá uma complementação da tabela. Além daquele valor da AIH pago pelo governo federal, o governo do estado vai pagar mais R\$ 500,00 justamente para estimular os hospitais e os profissionais.

Então, essa decisão de pagar mais R\$ 500,00 por esses procedimentos eletivos é uma forma de estimular tanto os hospitais quanto os profissionais da saúde a atenderem esses pacientes. A grande maioria não fez o seu procedimento por falta de recursos, porque eles não têm como pagar. E tanto os hospitais como os profissionais, por recursos aviltantes que estavam sendo pagos, não tinham estímulo para realizar esses procedimentos.

Parabéns ao governador e ao secretário que tomaram a iniciativa de melhorar o bônus para essas cirurgias eletivas. Espero que no futuro isso passe a ser uma prática em que o procedimento pelo SUS possa ser pago pela união, pelo estado e pelos municípios, para assim melhorar o atendimento a toda população.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para hoje, à hora regimental, com a

seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 093ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 04 DE SETEMBRO DE 2012

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Cesar Souza Junior - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

#### SUMÁRIO

##### Partidos Políticos

**DEPUTADO MAURO DE NADAL** - Reporta-se ao hospital regional de Chapecó e suas necessidades.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** - Registra a abertura de congressos da Apae, em Joinville.

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** - Manifesta-se sobre os 162 anos de Blumenau

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Aborda problemas da segurança pública.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** - Posiciona-se favorável que as eleições sejam de quatro em quatro anos.

**DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK** - Reporta-se à questão de investimentos nas rodovias de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Esta Presidência vai suspender a presente sessão até as 15h para que os deputados que estão reunidos na comissão de Trabalho possam concluir sua jornada.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos ao horário dos Partidos Políticos.

Hoje, terça-feira, o primeiro horário está destinado ao PMDB.

Com a palavra o sr. Deputado Mauro de Nadal, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, srs. deputados, quero ressaltar, nesta tarde, um importante ato que ocorreu, dias atrás, no município de Chapecó, onde

tivemos a presença do governador do estado de Santa Catarina, do secretário de estado da Saúde, de vários parlamentares estaduais, federais.

Na ocasião o governo catarinense apresentou, dentro das metas de aplicação e saúde para o estado de Santa Catarina, projetos importantes direcionados à região oeste e extremo oeste do estado catarinense.

Todo mundo sabe da importância do Hospital Regional de Chapecó para a vida, para a saúde do povo que vive naquela região. Mas esse hospital vem enfrentando algumas dificuldades por falta de espaço físico. Temos bons profissionais, temos uma equipe de administradores de excelência. Frisei, naquela noite, e torno a ressaltar a equipe que faz uma administração de forma a fazer com que o hospital não gere prejuízo para Santa Catarina e possa prestar um trabalho à altura da dignidade do povo catarinense.

Naquela ocasião, o governo apresentou a aplicação de R\$ 31,7 milhões que serão investidos na ampliação dessa unidade hospitalar. Será o maior hospital público do estado de Santa Catarina atendendo especificamente a demandas que, muitas vezes, obrigam os nossos pacientes a migrarem do extremo oeste catarinense para encontrar tratamento na capital. A famosa e conhecida ambulancioterapia que fazia com que pacientes, principalmente de quimioterapia e radioterapia, terminassem se deslocando de lá, da grande região do extremo oeste, para os centros maiores da região litorânea. Mas para nossa felicidade esse investimento vem em boa hora, vem fazer com que o governo cumpra com aquilo que foi compromisso que assumimos na caminhada eleitoral, de colocar em primeiro lugar as pessoas do nosso estado de Santa Catarina.

Também cabe aqui destacar o projeto conforme apresentado pelo nosso secretário de estado da Saúde, que tem como objetivo ampliar algumas especialidades, que passamos a apresentar no telão.

(Procede-se à projeção de slides.)

Inicialmente, vemos o prédio com a sua nova forma de edificação. É moderna e com capacidade para ampliar o sistema de radioterapia, sendo que no primeiro pavimento será concentrado o ambulatório de quimioterapia e radioterapia. No segundo pavimento teremos a ala para universidades.

Em relação a isso, ontem protocolei nesta Casa um pedido ao governo do estado de Santa Catarina e ao reitor da Udesc, para que coloque no município de Chapecó a implantação do curso de Medicina, tendo em vista a demanda de alunos daquele território para buscar conhecimento na Universidade Federal, no litoral catarinense e em outros estados do nosso país.

Agora, com essa ampliação, daremos a possibilidade de oferecer aos nossos estagiários, às pessoas que estarão cursando Medicina, a possibilidade de no Hospital Regional de Chapecó buscar a complementação de seu curso e a especialização dentro das mais variadas áreas.

Por isso, ontem requeremos ao nosso governo do estado que junto com a Udesc faça a implementação desse curso no extremo oeste catarinense, até porque com essa ampliação preenchemos todos os requisitos necessários para propiciar a implantação do curso de Medicina.

Vemos agora o terceiro pavimento onde está localizado o laboratório e o centro de distribuição de medicamentos. No quarto pavimento temos o centro cirúrgico, passando de sete para 19 salas cirúrgicas.

Isso é uma enorme oferta de trabalho, de recuperação da saúde das pessoas não só do extremo oeste, pois teremos pacientes que virão do Rio Grande do Sul, do Paraná e também do litoral de Santa Catarina.

No quinto pavimento teremos a unidade vascular. No sexto pavimento são UTIs com 63 leitos. Passaremos de 16 para 36 leitos de UTI geral, dez novos leitos de UTI pediátrica, sete novos leitos de UTI coronária, dez leitos de UTI neonatal que já estão implantados.

Então, com isso houve um ganho. E toda a comunidade comemora, aplaude o investimento que deve sair do papel nos próximos dias, porque naquela noite o governador autorizou o processo licitatório. Assim, esses investimentos na nossa região já passam a ser basicamente realidade e vêm trazer um conforto e uma possibilidade de tratamento às pessoas próximo de suas casas e de seus familiares.

No sétimo pavimento teremos 42 leitos para a oncologia. No oitavo andar teremos 53 leitos para quimioterapia, e no nono pavimento haverá um heliporto para o resgate aéreo, feito pelo sistema Samu.

Trata-se de uma ampliação que atende aos padrões de da modernidade. Hoje, como frisei, o hospital vem cumprindo um papel extraordinário e de excelência, e com essa ampliação todos nós catarinenses ganhamos. Com a ampliação, o Hospital Regional do Oeste passará dos atuais 319 para 475 leitos, tornando-se o maior hospital público de Santa Catarina. Os investimentos estão estimados em R\$ 31,7 milhões.

Esse fato tem que ser comemorado por todos nós, principalmente ressaltando novamente a importância da sensibilidade do governador Raimundo Colombo e do secretário Dalmo, que conseguem com esses investimentos levar a saúde do estado de Santa Catarina mais próxima do cidadão.

Nós acompanhamos no ano passado inúmeros investimentos por parte da secretaria de estado da Saúde em todos os municípios deste estado. Nesta ocasião, além de o governador estar anunciando essas ampliações, também anunciou um novo projeto, que é a construção de policlínicas. E serão contemplados, somente no extremo oeste catarinense, os municípios de São Miguel d'Oeste e Chapecó.

Quero ressaltar outro importante acontecimento que ocorreu em São Miguel d'Oeste, no dia 31 do último mês, quando tivemos a felicidade de contar com a presença da ministra Ideli Salvatti. Estiveram conosco também a deputada Luciane Carminatti, os deputados Padre Pedro Baldissera e Dirceu Dresch, o deputado federal Celso Maldaner. Naquela ocasião a ministra tornou público o edital licitatório para a reestruturação e restauração da BR-163 e anunciou vários outros editais que nos próximos dias estarão à disposição das empresas interessadas em participar do certame licitatório que se refere ao Crema 2ª etapa, que prevê investimentos em várias rodovias do estado, e citamos a BR-282, BR-280, BR-470, BR-153 e BR-158.

A BR-163 que foi o específico ato, naquela ocasião, atende àquilo que foi um trabalho realizado pela comissão dos Transportes desta Casa.

Estivemos no município de Maravilha, em meados de outubro do ano passado, e no mesmo dia estivemos no município de São Miguel d'Oeste, discutindo com toda a nossa sociedade representativa da região, principalmente vereadores, prefeitos, associações empresariais, cooperativas, comerciais, população em geral, quais seriam as prioridades para levarmos ao nosso ministro dos transportes, Paulo Sérgio, referentes às rodovias federais que cortam o estado catarinense, mas de uma forma toda especial as rodovias 282, 158 e 163.

Nessa ocasião, nesse ato, então, o ministro Paulo Sérgio cumpre com aquilo que foi o compromisso assumido conosco em audiência em Brasília, ainda no início deste ano, quando ele afirmava o início do processo licitatório da BR-163 para o mês de julho e agosto deste ano.

Então, chegamos ao final do mês de agosto com a publicação do edital dessa obra que vai levar segurança a todos que dependem da rodovia 163. E sabemos que essa rodovia é importante, ligando o estado de Santa Catarina ao Paraná, ligando com o Rio Grande do Sul, ligando também com o Mato Grosso do Sul. Então, por essa rodovia passam muitos grãos. Ela também é um acesso turístico para quem vem de países vizinhos, a exemplo do Paraguai, da Argentina, para acessar as belezas naturais que o nosso estado catarinense proporciona.

Então, essa rodovia vai trazer segurança, vai permitir o escoamento da produção com mais tranquilidade, vai ser construída a terceira pista, serão melhorados os trevos nos perímetros urbanos dos municípios de São José do Cedro, Guarujá do Sul. Também não está previsto, nesta primeira etapa, mas foi compromisso assumido pela ministra, de juntos trabalharmos em Brasília com a bancada catarinense para que consigamos recursos financeiros e orçamentários para implementar o contorno viário no município de São Miguel d'Oeste, que se faz importante e necessário neste momento, tendo me vista o número significativo de veículos e transportes de cargas que se utilizam daquela rodovia.

Também foi posicionamento da própria ministra, acompanhada do João José, diretor do DNIT de Santa Catarina, de que vários quesitos levantados naquela audiência que tivemos em Brasília, fruto da comissão de Transportes do Parlamento catarinense, serão atendidos, a exemplo do trevo da 158 com a 282, trevos de acessos às universidades do município de Pinhalzinho e recuperação da 282, a retomada dos trabalhos em Xanxerê e também a melhoria do trecho que liga a 282 até o vizinho estado do Rio Grande do Sul, com algumas modificações em trevos de acesso aos municípios.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados e senhores telespectadores que nos acompanham pela TVAL neste momento, ontem, em Joinville, tivemos a abertura do XIV Congresso Estadual das Apaes, o V Fórum de Autodefensores e o 1º Encontro de Presidentes das Apaes, ou seja, neste momento, em Joinville, está acontecendo esse congresso de presidentes de Apaes de toda Santa Catarina.

Para que os senhores tenham ideia da grandiosidade desse evento em Joinville, vou citar algumas das autoridades que estavam presentes, além evidentemente da sra. Heloisa Walter Pereira, presidente da Apae de Joinville. Aliás, é importante que se faça aqui menção de respeito e de admiração pela tenacidade com que essa mulher buscou a realização desse congresso. Houve momentos em ela teve de quase desistir, por falta de condições financeiras de realizá-lo, mas finalmente aconteceu no dia de ontem.

Tivemos lá na noite de ontem a presença do dr. Julio César de Aguiar, presidente das Apaes de Santa Catarina, a alta cúpula das Apaes em nível federal, a presença do senador Luiz Henrique da Silveira, do senador Paulo Bauer, do conselheiro e ex-companheiro nesta Casa Julio Garcia, do deputado estadual José Nei Ascari, presidente da comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Tivemos a presença também do deputado Darci de Matos, que fez parte inclusive da mesa de trabalhos, do deputado Kennedy Nunes, que deu uma trégua na sua campanha, e a presença que considero especial, do meu ídolo, nosso ídolo, do Guga Kuerten.

A abertura do evento, sr. presidente e srs. deputados, foi alguma coisa de muito especial. Nós tivemos a apresentação do Balé Bolshoi. E, finalmente, para o encerramento daquelas apresentações tivemos a apresentação do Balé Bolshoi junto com jovens com deficiência, ou jovens especiais, ou os nossos excepcionais, interagindo com eles nas danças e no fechamento daquele espetáculo. Foi uma coisa de especial e de espetacular.

A presença, srs. deputados, do nosso conselheiro Julio Garcia dá uma exata dimensão da importância daquele evento. Ele hoje é conselheiro do Tribunal de Contas, foi deputado aqui, presidente por duas vezes nesta Casa, eleito por unanimidade. Depois, se tornou conselheiro do Tribunal de Contas, eleito também pela unanimidade desta Casa. E é dele a autoria da lei que concede 1% do orçamento do Fundo Social para as Apaes de Santa Catarina. Não é uma solução, mas é uma

maneira de pelo menos esse segmento ter mais tranquilidade para gerenciar os seus problemas mensais.

Estava lá o nosso conselheiro Julio Garcia. Estava lá também aquele que só não foi presidente da República, pois já foi de tudo, o nosso senador Luiz Henrique da Silveira, que enquanto governador do estado sancionou a lei que beneficia os nossos excepcionais.

Há muitos anos eu tinha dias especiais voltados ao esporte. No domingo quando tinha o Ayrton Senna eu me preparava para acompanhar as corridas dele. Então, tínhamos um ritual antes, preparávamo-nos e depois com silêncio total acompanhávamos o Ayrton Senna. Depois passei a ter o mesmo comportamento em relação ao Guga. Cada partida do Guga era um preparativo. E naquela vez em que o Guga ganhou o Roland Garros e deitou-se não chão com seus braços abertos, acho que não foi só eu que deitei na sala de braços abertos. Acho que muitos brasileiros também deitaram em suas salas de braços abertos para comemorar e perpetuar o nosso Guga como um dos grandes ídolos deste país.

O Guga no dia de ontem com toda sua simplicidade fez uma palestra até porque tem um conhecimento muito melhor do que todos nós do problema dos excepcionais. Enfim, tivemos uma noite, deputado Darci de Matos, especialíssima no dia de ontem. Estiveram lá todos os presidentes das Apaes, conversando, trocando experiências, interagindo, para melhorar o trabalho que fazem as Apaes de Santa Catarina.

Eu gostaria de sugerir aos que me assistem e aos deputados que estão presentes, se não leram, que coloquem na sua pauta de leitura *Guardião de Memórias*. Não sei se alguns dos senhores já tiveram a oportunidade de ler esse livro. É uma história muito comovedora que fala exatamente sobre a questão dos nossos excepcionais. Tenho certeza de que vão gostar.

Quero dizer apenas que os chamávamos de deficientes e hoje os chamamos de excepcionais. E quero lembrar que deficientes somos nós, que muitas vezes não temos a devida sensibilidade para entender a sensibilidade dos nossos excepcionais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - O que me traz à tribuna sr. presidente, srs. parlamentares, povo que nos assiste pela TVAL e pela Rádio Digital, é para enaltecer o aniversário de minha cidade, Blumenau, que completou 162 anos no último dia 2 de setembro, domingo passado, quando pudemos acompanhar um ritual de festejos que começamos muito cedo. Fizemos nossas referências no mausoléu onde estão os restos mortais do fundador dr. Hermann Bruno Oto Blumenau e sua família. E logo após, na rua XV de Novembro, como já é tradição na cidade, tivemos o desfile onde é possível enaltecer o que há de mais belo na nossa cidade, que é o nosso povo trabalhador, o nosso povo desbravador, o nosso povo carinhoso, através dos desfiles das nossas escolas, bandas e fanfarras, dos nossos clubes de caça e tiro, das entidades sociais sem fins lucrativos que fazem um trabalho belíssimo na nossa cidade, da Rede Feminina de Combate ao Câncer, de entidades sociais, de clubes de mães, todos,

todos os anos, há muito tempo, isso é tradição na nossa cidade, e a população de Blumenau e os nossos turistas se encantam com esses desfiles.

(Passa a ler.)

“São 162 anos de Blumenau marcados pela força, pela determinação, pelo trabalho da nossa gente. Somos conhecidos e reconhecidos nacional e internacionalmente, porque trazemos gravados no coração e nas mãos a força desbravadora dos nossos antepassados.

Blumenau é reconhecida pela nossa influência germânica; Blumenau também é abraçada e adotada por milhares de pessoas que aqui nasceram ou que aqui escolheram para viver. Temos o grande mérito de encantar pelas nossas riquezas culturais, pela nossa natureza abundante que nos cerca e pela força daqueles que daqui fazem o seu lar e que aqui se aconchegam.

Eu tenho a felicidade, srs. parlamentares, e muito orgulho de viver em Blumenau. Nesta cidade eu tenho as minhas raízes, a minha família e vivo com meu marido Decio Lima, ao lado dos nossos filhos. E aqui na Assembleia Legislativa, além de fazer as leis para o estado de Santa Catarina, para todos os catarinenses, eu tenho o imenso privilégio de representar o meu município, o município de Blumenau.

Blumenau é uma cidade carinhosa, uma cidade acolhedora, uma cidade empreendedora, uma cidade criativa, artística e linda. Os nossos trabalhadores são disputados em todo o Brasil pela sua competência e dedicação. Os nossos produtos, não desmerecendo ninguém, e nenhuma cidade do estado de Santa Catarina e também do nosso Brasil, mas os produtos de Blumenau são disputados, pela alta qualidade, pelos nossos serviços executados com maestria e por ter o selo de Blumenau, que é sim a garantia de qualidade.

A nossa cidade encanta pelo seu povo ordeiro, trabalhador, um povo imensamente corajoso. É um povo guerreiro e orgulhoso de seus feitos, orgulhoso da sua história. É um povo que respeita os credos e também as etnias. A diversidade cultural de Blumenau é demonstrada através da sua extraordinária receptividade. Ao completar os 162 anos de fundação, Blumenau também é lembrada e com muita justiça pela sua extraordinária capacidade de recomeçar, de se superar, de enfrentar situações de absoluta tristeza, de destruição da nossa terra, mas ela é capaz de se recuperar e surpreender a todos com a sua força, com o seu trabalho e com a sua solidariedade.

Assim como ocorreu em diversas enchentes que assolaram a nossa cidade, desde a época do seu descobrimento, lá em 1850, em 1952 já ocorreu a primeira enchente, porque era uma área alagadiça, e ali viviam os nossos índios xoklengs, caingangues e botocudos, como eram chamados. Mas quando o dr. Blumenau chegou àquela terra, com os seus 17 imigrantes, ali também já vivenciou uma enchente.

Logo após, em 1911, ocorreu uma grandiosa enchente, sendo que as mais recentes com que eu convivi foram as de 1983 e 1984, as quais assolaram a nossa cidade, e também a de 2008, que provocaram deslizamentos causando muita destruição e sofrimento à nossa gente. Foram transformadas as lágrimas em solidariedade.

Em 1983, após aquela grande enchente que nos assustou muito, mas assustou também o povo de Santa Catarina e

do nosso Brasil, a população encontrou forças para festejar os laços que uniram nos momentos tão difíceis, através do surgimento de uma das maiores festas da nossa cidade conhecida inclusive internacionalmente, que é a Oktoberfest.

Já na enchente de 2008, com a ajuda do governo federal e da solidariedade de milhares de brasileiros e estrangeiros, nós nos unimos com força que somente a fé e a esperança proporcionam e erguemos a cabeça para reconstruir as centenas de casas destruídas.

Ainda existem obras a ser concluídas, mas seguimos trilhando os caminhos para que as imagens dessa tragédia sejam apagadas definitivamente da memória dos blumenauenses.

Temos ainda muito que aprimorar na nossa bela Blumenau. Assegurar segurança pública aos nossos cidadãos, ampliar e melhorar o atendimento médico e hospitalar, investir ainda mais em educação, com escolas que atendam em contraturno.

Assim é Blumenau e sua gente!

Outra característica daquela cidade é a diversidade das empresas e serviços que de forma heterogênea abrigam seu polo industrial e comercial.

Por outro lado, a conservação e o respeito às suas tradições não somente germânicas, através de festas, danças folclóricas e gastronomia, demonstram a inesgotável alegria de seu povo. É a certeza de um futuro bem alicerçado nas raízes culturais que emprestam qualidades magníficas aos jovens, para que sigam o caminho desbravado pelos antepassados.

Que possamos sempre ter o cuidado e o amor que são necessários para tratar a nossa Blumenau como ela merece: com carinho, com promoção do desenvolvimento e implementação de políticas públicas voltadas ao bem estar de todos.

É preciso honrar e cuidar daquela cidade através do incremento econômico e do zelo pela rica história daqueles que construíram Blumenau e dos que hoje herdaram a grandiosa honra de conduzir o município rumo ao desenvolvimento.”

Quero aqui dizer que todos são importantes na nossa cidade: cada trabalhador, cada trabalhadora, cada empresário, cada comerciante, cada instituição.

Blumenau não foi, srs. deputadas e srs. deputados, foi construída por uma só pessoa, não foi presidida por um só prefeito, foi presidida e governada por várias pessoas, por vários prefeitos, mas o importante em nossa cidade são as pessoas que lá vivem. Foram elas, foram os trabalhadores, os nossos empresários, as nossas instituições que fizeram a grandiosidade da nossa cidade.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, srs. deputadas, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, policiais da Polícia Militar aqui presentes, o assunto que tenho para tratar é muito importante e precisaria de mais tempo para poder abordá-lo com a precisão e profundidade necessárias, no entanto, vamos fazer referência a ele, até

porque não poderia deixar de ser dessa forma, nesta primeira sessão do mês de setembro.

No ano passado elogiamos várias vezes desta tribuna atitudes do governo na medida em que estava contratando mais policiais civis e militares, bombeiros militares, agentes penitenciários e peritos para o IGP. Dizíamos à época que o governo poderia tomar outras medidas que inclusive teriam um efeito mais rápido e direto em benefício da população, como o descongelamento da carreira, especialmente dos praças, e a anistia daqueles que haviam sido punidos inclusive com a exclusão da Polícia Militar, além de debater e rediscutir a questão salarial.

No final do ano passado o governo encaminhou a esta Assembleia a anistia a todos os praças por aquele movimento de 2008, e ficaremos sempre gratos por isso. Encaminhou também o projeto que promoveu mais de mil soldados a cabo, numa única data, no último mês de janeiro, além da data base que foi aprovada para todos os servidores estaduais e da incorporação dos abonos mesmo que seja até 2014.

Com isso e a partir disso passamos a dizer, inclusive com essas palavras, em audiências públicas pelo estado a fora e também nesta tribuna, que o governador Raimundo Colombo estava nos surpreendendo positivamente nas questões relativas à segurança pública; mesmo com críticas que tínhamos em outras secretarias, na Educação, na Saúde, como citei há alguns meses, mas na Segurança estava nos surpreendendo positivamente.

Deputada Angela Albino, parece que era para queimar a nossa língua, porque neste último mês em que estivemos meio que em calendário especial, o grupo gestor do governo do estado, os quatro secretários que cuidam do cofre, mandou dizer para todas as secretarias do estado, inclusive para a secretaria de Segurança Pública, que se respirar custa algum dinheiro, parem de respirar. E o resultado disso é que temos o congelamento de todas as medidas positivas que estavam sendo tomadas desde o ano passado. Mas diretamente para se ter ideia do impacto disso no ânimo, na motivação, na valorização dos policiais e bombeiros, de forma concreta e absoluta, para não deixar nenhuma chance de dúvida, foi mandado cancelar - e o verbo utilizado foi adiar, mas sabemos que esse adiamento é pelo menos até o fim do ano, ou seja, até o ano que vem -, adiar, congelar a realização do curso para cabo, sargento e de aperfeiçoamento de sargento, cujos editais já estavam na praça e, aliás, a seleção para a maioria das etapas já estava feita. O novo curso para cabo para a Polícia Militar começaria essa semana.

Evidentemente que esse é um recado absolutamente claro por parte do governo: não vamos gastar mais com segurança pública! E aí se tínhamos a perspectiva de começar a melhorar - e eu disse que estávamos melhorando pelo estado a fora e aqui desta tribuna - e estabelecer um longo caminho de volta até chegarmos à situação da década de 1980, então, se essa era a frase utilizada há um mês ou dois, a frase, infelizmente, precisa ser mudada e estou mudando, por ora.

Então, se começávamos a melhorar, já voltamos a piorar, porque é essa a realidade, não dá para fazer milagre na Segurança Pública, não dá para mobilizar sem que haja perspectiva de otimismo. Há áreas no serviço público que não há como cortar. O governador Raimundo Colombo precisa saber que a miséria economizada com o congelamento da carreira dos policiais e bombeiros militares será um prejuízo enorme na segurança da sociedade, e

não adianta fazer propaganda dizendo que vai melhorar, porque o povo sente lá na ponta que está piorando e o governo precisa prestar atenção nisso.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, aniversariante da semana, assim como o deputado Elizeu Mattos no dia 6 de setembro, véspera de aniversário da minha mãe, e o deputado Moacir Sopelsa no dia 7 de setembro.

O cartão de aniversário da deputada Dirce Heiderscheidt também já assinei, e aproveito este momento para antecipar o meu desejo de vida longa e saúde aos colegas parlamentares e à minha mãe que sempre me acompanha através da TVAL.

Gostaria, ainda, de falar sobre a nossa alegria em voltar durante esta semana de esforço concentrado por conta do calendário eleitoral, há muitos anos implementado, deputado Angela Albino, desde que cheguei nesta Casa, uma forma que a Assembleia encontrou de não prejudicar o andamento das suas atividades no ano e permitir também, e é preciso que essa discussão seja feita claramente, que os parlamentares que exercem atividades políticas no dia a dia possam participar das campanhas políticas.

Nós construímos aqui em Santa Catarina um modelo que não compromete as atividades do Parlamento e permite-nos cumprir a missão democrática, cada um com os seus partidos, com os seus projetos, nessa caminhada eleitoral.

Agora, deputado Moacir Sopelsa, o que não dá mais é para continuarmos com as eleições de dois em dois anos.

Eu não tenho dúvidas de que esse estresse, esse esgotamento, deputado Silvio Dreveck, v.exa. que tem abordado esse assunto em diversas oportunidades, já não é mais problema de quem tem que compartilhar com esse projeto, mas também do eleitor. O que percebemos é que já há uma apatia, deputada Dirce Heiderscheidt, por parte do eleitor que já começa a se sentir cansado, importunado, porque de dois em dois anos todo o processo se repete. E o que é pior, a caminhada política, a campanha, é a melhor fase, acredito, não fosse aquela dificuldade enfrentada por todos no que se refere às perguntas sobre a estrutura. E a estrutura? E a estrutura? Aliás, temos falado muito sobre isso.

Então, é chegado o momento de termos uma discussão muito séria e de começarmos a colocar pressão no Congresso Nacional, porque ninguém mais suporta eleições de dois em dois anos. Não dá mais para suportar isso. Mal saímos de uma campanha com muitos custos, que não caem do céu como um maná, a estrutura tem que vir de algum lugar, você tem que buscar, e depois todos saem da campanha com compromissos pendentes, e já começa outra, com novos compromissos.

Conversamos muito sobre isso nos corredores, deputado Moacir Sopelsa, e às vezes não temos a coragem suficiente para trazer esse assunto à discussão pública. Está na hora de começarmos a fazer isso, porque há um estresse geral, pois o eleitor, o apoiador, o investidor, todos se estão estressando com esse processo.

É muita campanha, muita demanda, muita eleição! E o que é pior, deputado Sandro Silva, e v.exa. está há pouco tempo aqui, é que o processo político, ao se repetir de dois em dois em dois anos, para a máquina pública. A máquina pública, deputado Carlos Chiodini, funciona no tempo líquido dois anos em cada mandato, porque no ano da eleição municipal as máquinas estadual e federal também são comprometidas, pois os impedimentos da lei dificultam o funcionamento.

No ano da eleição estadual e nacional, deputada Ana Paula Lima, as máquinas municipais param. Então, temos de tempo líquido, na realidade, tanto na esfera nacional quanto estadual e municipal, dois anos de mandato. Não dá mais. Não é possível. Eu não consigo compreender por que nós não conseguimos começar e terminar esses mandatos juntos.

Nós temos um modelo de votação no Brasil que é exemplo para o mundo. Ele é o melhor sistema de votação eletrônica do mundo, confiável. O eleitor pode, sim, votar desde o vereador até o presidente da República. Ele tem condições para isso e em pouco mais de um minuto faz isso. E podemos iniciar os processos políticos juntos.

A deputada Ana Paula Lima quer ser prefeita de Blumenau e tem na presidente Dilma Rousseff uma grande aliada. Mas se ela for eleita prefeita, deputado Moacir Sopelsa, vai encontrar dois anos de mandato da Presidência. E aí irá parar todo o processo de novo, porque virá uma nova eleição nacional. Imaginemos a realidade de ela começar e terminar o mandato junto, deputado Padre Pedro Baldissera. Com certeza o cidadão ganharia mais, porque os processos iniciariam e terminariam juntos e nós iríamos eleger desde o vereador até o presidente da República.

Eu defendo mais: mandatos de cinco anos e sem reeleição. Aí v.exa. pode me perguntar por que eu apoio candidatos a prefeito do meu partido em reeleição? Porque essa é a regra vigente. Mas eu penso que mandato de cinco anos sem reeleição, começando e terminando juntos, seria o ideal para consolidarmos esse processo importante que vive a democracia no país. Não dá mais para ficar parando de dois em dois anos para isso. Nós precisamos rever isso.

Deputado Nilson Gonçalves, honestamente eu não acredito mais que uma legislatura normal possa fazer essa reforma. Eu já começo a pensar que temos, sim, num determinado momento, que eleger uma Constituinte específica, um grupo de 40 ou 50 parlamentares - eu não sei qual o número - com um mandato específico de dois ou três anos e com quarentena, deputado Moacir Sopelsa, de ficarem proibidos de disputar as próximas duas ou três eleições para que não coloquem lá nenhuma regra que lhes possa favorecer. E que também se marque já a data em que vamos ter a unificação. Porque vai chegar o momento em que vamos ter que ou dar seis anos de mandato para prefeitos e vereadores ou para governadores, presidentes, senadores, deputados estaduais e federais. Isso não pode ser num arranjo e não pode ser numa prorrogação pura e simples, porque daí irá cheirar golpe. Mas tem que se marcar a data para dizer que daqui a dois ou quatro anos vamos eleger mandatos específicos para seis anos de duração para depois disso, num determinado momento, coincidir as eleições, unificar as eleições, fazer uma só eleição, porque esse processo de eleição de dois em dois anos está cansando para todos.

Eu quero voltar a esse tema porque acho que temos que começar de baixo para cima essa pressão para que essa reforma definitivamente seja priorizada, pautada e que aconteça.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. Deputadas, público que nos assiste pela TVAL, nós tivemos nesse final de semana que passou boas notícias do governo federal na questão de investimentos nas rodovias de Santa Catarina. Hoje até o deputado Dirceu Dresch se manifestou sobre algumas rodovias com novo procedimento e dispensa de licitação.

Nós precisamos que as entidades empresariais, comerciais e que até a própria associação de engenheiros acompanhem a aplicação desses recursos.

Tivemos em algumas rodovias, especialmente na BR-282, nos últimos dias, pistas recém-recuperadas, com investimentos do governo federal, de alto valor, porque infelizmente a qualidade executada pelas empreiteiras apresentaram danos e condições de trânsito bastante prejudicado. Até tivemos o caso de um empresário, da associação empresarial, que entrou com uma denúncia junto ao DNIT pedindo que houvesse a intervenção desse órgão, para que o pagamento dessa empreiteira não fosse realizado.

Não podemos entrar nessa farra de obras públicas e de verbas públicas sem que haja uma efetiva fiscalização da boa aplicação dos recursos públicos.

Então, temos visto reformas constantes, que são necessárias, mas muitas vezes causando transtornos ao trânsito, ao cidadão, que depois de concluído o mesmo trecho passa a receber uma nova recuperação. Sendo assim, temos que ter, através do DNIT, através dos órgãos que fiscalizam essas obras, uma efetiva fiscalização. E para se ver que nesse caso da BR-282 foi a própria sociedade civil, através de um cidadão, que discordou da qualidade da obra executada e entrou com um requerimento, com uma representação. E o diretor do DNIT disse que aquela obra ainda não estava paga pelo governo federal e que não seria paga, se não houvesse por parte da empresa que executou a restauração.

Então, vemos o país se preparando para a Copa do Mundo, com muitas obras sendo executadas. E nas rodovias não é de maneira diferente. Existem muitas obras.

Agora, foi anunciada a liberação de R\$ 194 milhões para a execução da BR-163, entre São Miguel d'Oeste e Dionísio Cerqueira, o que equivale a quase R\$ 3 milhões por quilômetro naquela rodovia. É um valor muito alto, já que não vai haver duplicação, apenas alguns ajustes, alguma recuperação, e a construção de terceira pista em alguns locais. Mas é efetivamente um gasto muito elevado; são R\$ 194 milhões para recuperar 63, 64km de rodovia.

Então, temos que ter essa preocupação, temos que ter a efetiva fiscalização do poder público na execução das obras e também a própria participação da sociedade organizada,

através das entidades empresariais e através da comunidade.

Isso é importante que se execute, que se trabalhe. Então, esse é um alerta que tenho acompanhado através da mobilização das entidades profissionais.

Também ficamos contentes, porque participamos nos últimos dias das comemorações dos 50 anos das entidades de corretores de imóveis, em nível de Brasil.

Foram vários eventos, com várias Câmaras de Vereadores fazendo essas comemorações. Inclusive, o Congresso Nacional homenageou os corretores de imóveis em nível de Brasil.

Os corretores conseguiram reunir em Brasília quase quatro mil profissionais, quando lá, inclusive, foi anunciado pelo ministro das Cidades o aumento do valor do financiamento do Minha Casa, Minha Vida, de acordo com as regiões metropolitanas, um ato altamente positivo tanto para a economia nacional quanto para o cidadão, aquele cidadão que quer adquirir, que quer comprar a sua casa e que depende do projeto Minha Casa, Minha Vida.

Gostaria de parabenizar todos os corretores por essas homenagens que foram prestadas no estado de Santa Catarina, inclusive uma delas aqui, na Assembleia Legislativa, e pela sensibilidade do ministro em fazer esse aumento que beneficia o estado de Santa Catarina. Parabenizo-os também pela lei aprovada nesta Casa que estendeu a todos os municípios de Santa Catarina a participação em alguma região metropolitana do nosso estado.

Tínhamos 94 municípios em Santa Catarina não incluídos em alguma região metropolitana. E estavam com limite do financiamento habitacional Minha Casa, Minha Vida em R\$ 80 mil. Mas com a inclusão e a aprovação da lei na Assembleia Legislativa já houve essa correção e todos esses municípios passaram a ter um limite de R\$ 130 mil.

Portanto, foi importante a aprovação da lei e a sua imediata aplicação. E tanto o ministério das Cidades quanto o IBGE foram rápidos no ajuste dessa lei em nível de Santa Catarina, e hoje todos os municípios estão atendidos.

Sabíamos que na época havia algumas contestações, porque nem todas seriam cidades de regiões metropolitanas no nosso estado. Mas entendíamos nós, quando propusemos essa lei, que se o governo federal flexibilizou o entendimento de região metropolitana, tinha como objetivo estender a mais municípios do nosso estado esses benefícios, ou seja, os benefícios do aumento do financiamento habitacional, da ligação telefônica a custo local dentro da região metropolitana, em toda a área da região metropolitana, benefícios para a infraestrutura, para transporte integrado e outras verbas que o governo federal faz especificamente para beneficiar as regiões metropolitanas. São avanços através da legislação que beneficiam todos os cidadãos catarinenses.

Então, era esse o nosso registro, sr. presidente. E aproveite para parabenizar essa classe, já que não pude estar na sessão que homenageou os corretores de imóveis do estado de Santa Catarina, pois estava licenciado. Transmito aqui o nosso abraço e reconhecimento por essa classe tão importante que movimenta uma grande parte do PIB nacional e que traz a realização de sonhos para muitas pessoas.

Não é a compra e venda de imóveis apenas; na verdade, tem que estar junto o espírito de realizar a felicidade e a alegria das pessoas.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está suspensa a sessão por três minutos, até as 16h, conforme acordo regimental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio)(Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0271/2012, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 10.413, de 1997, que declara de utilidade pública a Associação Joinvilense de Obras Sociais, no município de Joinville.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0273/2012, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 12.722, de 2003, que declara de utilidade pública a Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, em Joaçaba.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0274/2012, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 5.333, de 1977, que declara de utilidade pública a Sociedade de Integração Educacional e Social de Sombrio (SIESS), com sede e foro na cidade de Sombrio.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0275/2012, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 2.985, de 1961, que declara de utilidade pública a Paróquia Evangélica de Rio do Teste.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno da Proposta de Emenda Constitucional n. 0002/2012, de autoria do deputado Elizeu Mattos e outros, que revoga o parágrafo único do art. 70 da Constituição do Estado de Santa Catarina (licença para o governador e vice-governador do estado).

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(A votação será nominal por processo eletrônico.)

(Procede-se à votação.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA JUNIOR	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH abst.	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SANDRO SILVA	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 31 srs. deputados.

Temos 30 votos "sim" e uma abstenção.

Está aprovada em primeiro turno.

Discussão e votação da Proposta de Emenda à Constituição n. 0010/2011, de autoria do deputado Marcos Vieira e outros deputados, que acrescenta o § 3º e 4º ao art. 107 da Constituição do Estado de Santa Catarina, que trata da carreira jurídica da Polícia Militar.

À proposta foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.  
Em votação.  
Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.  
A votação será nominal por processo eletrônico.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER sim  
DEPUTADA ANA PAULA LIMA sim  
DEPUTADA ANGELA ALBINO sim  
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR sim  
DEPUTADO CARLOS CHIODINI sim  
DEPUTADO CESAR SOUZA JUNIOR sim  
DEPUTADO DADO CHEREM  
DEPUTADO DARCI DE MATOS sim  
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT sim  
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI  
DEPUTADO DIRCEU DRESCH sim  
DEPUTADO EDISON ANDRINO sim  
DEPUTADO ELIZEU MATTOS sim  
DEPUTADO GELSON MERISIO sim  
DEPUTADO GILMAR KNAESEL  
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS sim  
DEPUTADO JAILSON LIMA sim  
DEPUTADO JOARES PONTICELLI sim  
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA sim  
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER sim  
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI sim  
DEPUTADO KENNEDY NUNES sim  
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI  
DEPUTADO MANOEL MOTA sim  
DEPUTADO MARCOS VIEIRA sim  
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK  
DEPUTADO MAURO DE NADAL sim  
DEPUTADO MOACIR SOPELSA sim

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO sim  
DEPUTADO NEODI SARETTA sim  
DEPUTADO NILSON GONÇALVES sim  
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA  
DEPUTADO RENO CARAMORI  
DEPUTADO ROMILDO TITON sim  
DEPUTADO SANDRO SILVA sim  
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES não  
DEPUTADO SERAFIM VENZON  
DEPUTADO SILVIO DREVECK sim  
DEPUTADO VALMIR COMIN  
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI  
Está encerrada a votação.  
Votaram 29 srs. deputados.  
Temos 28 votos "sim", um voto "não" e nenhuma abstenção.  
Aprovada.  
Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0153/2012, de autoria do deputado Dóia Guglielmi, que altera a alínea "b" do inciso III do art. 19, da Lei n. 10.297, de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.  
Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.  
Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.  
Em votação.  
Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.  
Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0243/2012, de autoria do deputado Aldo Schneider, que altera dispositivos da Lei n. 14.201, de 2007, que dispõe sobre o Programa de Incentivo à Instrução e Educação Escoteira e adota outras providências.  
Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.  
Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.  
Em votação.  
Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.  
Aprovado.  
O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.  
O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Elizeu Mattos.  
O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Sr. presidente, hoje, aprovamos na comissão especial a questão da Agesan. E gostaria de saber se entrará na Ordem do Dia.  
O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Não, deputado. Entrará na Ordem do Dia de amanhã.  
Esta Presidência antes de encerrar a presente sessão convoca outra, extraordinária, para as 16h06, destinada à discussão e votação em segundo turno das matérias constantes da pauta da Ordem do Dia.  
Está encerrada a sessão.

# ATA DA 015ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

## DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 04 DE SETEMBRO DE 2012

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 16h06, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Cesar Souza Junior - Dado Chereim - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

#### SUMÁRIO

##### Ordem do Dia

**DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER** - Discute a Moção n. 0049/2012.

##### Explicação Pessoal

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Reporta-se aos cortes dos recursos para a segurança pública, para outros serviços essenciais e para todas as secretarias do governo do estado.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** (pela ordem) - Registra a presença no plenário do professor Gilmar de Almeida Gomes, da Udesc de Pinhalzinho.

**DEPUTADA ANGELA ALBINO** - Manifesta-se a respeito da conferência da ONU sobre os direitos da mulher.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Reporta-se à agregação de valor das pequenas agroindústrias familiares.

**DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER** (aparte) - Solidariza-se com o deputado Dirceu Dresch.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** - Defende os fumicultores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição n. 0002/2012, de autoria do deputado Elizeu Mattos e outros, que revoga o parágrafo único do art. 70 da Constituição do Estado de Santa Catarina (licença do governador e vice-governador do estado).

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER sim  
DEPUTADA ANA PAULA LIMA sim  
DEPUTADA ANGELA ALBINO sim  
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR sim  
DEPUTADO CARLOS CHIODINI sim  
DEPUTADO CESAR SOUZA JUNIOR sim  
DEPUTADO DADO CHEREM  
DEPUTADO DARCI DE MATOS sim  
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT sim  
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI Abst.  
DEPUTADO DIRCEU DRESCH  
DEPUTADO EDISON ANDRINO sim  
DEPUTADO ELIZEU MATTOS sim  
DEPUTADO GELSON MERISIO sim  
DEPUTADO GILMAR KNAESEL  
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS sim  
DEPUTADO JAILSON LIMA  
DEPUTADO JOARES PONTICELLI sim  
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA sim  
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER  
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI sim  
DEPUTADO KENNEDY NUNES sim  
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI  
DEPUTADO MANOEL MOTA sim  
DEPUTADO MARCOS VIEIRA sim

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK		Está encerrada a votação.	0788/2012, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0789/2012, 0790/2012, 0791/2012, 0793/2012, 0794/2012, 0795/2012, 0796/2012, 0797/2012, 0798/2012, 0799/2012, 0800/2012 e 0801/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0802/2012, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0803/2012, 0804/2012 e 0805/2012, de autoria do deputado Darci de Matos; 0806/2012, de autoria do deputado Jorge Teixeira; 0807/2012, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0808/2011, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0809/2012, 0810/2012, 0811/2012, 0812/2012, 0813/2012, 0814/2012 e 0815/2012, de autoria do deputado Reno Caramori.
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim	Votaram 29 srs. deputados no painel eletrônico.	Requerimento n. 0784/2012, de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita aos gerentes das operadoras da TIM, Oi, Claro e Vivo, a instalação de torre de telefonia móvel no distrito de Rio Novo, município de Angelina.
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim		Em discussão.
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim	Temos um voto "não" e 29 votos "sim". Aceito o voto do deputado Aldo Schneider fora do painel eletrônico.	(Pausa)
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim		Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim	Está aprovada a matéria.	Em votação.
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim	Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0153/2012, de autoria do deputado Dóia Guglielmi, que altera a alínea "b" do inciso III do art. 19, da Lei nº 10.297, de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.	Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim		Aprovado.
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim		Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0243/2012, de autoria do deputado Aldo Schneider, que altera dispositivos 14.201, de 2007, que dispõe sobre o Programa de Incentivo à Instrução e Educação Escoteira e adota outras providências.
DEPUTADO SANDRO SILVA	sim		Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim		Em discussão.
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim		(Pausa)
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim		Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim		Em votação.
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim		Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
		Está encerrada a votação.	Aprovado.
		Votaram 28 srs. deputados.	Moção n. 0048/2012, de autoria do deputado Serafim Venzon, a ser enviado ao presidente do Senado, da Câmara dos Deputados e ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, apelando pela aprovação em regime de urgência do projeto de lei que concede isenção do IPI incidente sobre veículos para transporte coletivo de estudantes, quando adquiridos por prefeituras municipais e pelo Distrito Federal, bem como por profissionais autônomos e suas cooperativas habilitadas e dedicadas exclusivamente ao transporte escolar.
		Temos 27 votos "sim" e uma abstenção.	Em discussão.
		A matéria está aprovada.	(Pausa)
		Discussão e votação em segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição n. 0010/2011, de autoria do deputado Marcos Vieira e outros, que acrescenta o § 3º e 4º ao art. 107 da Constituição do Estado de Santa Catarina (Polícia Militar).	Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
		Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.	Em votação.
		Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.	Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.
		Em discussão.	(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)
		Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.	DEPUTADO ALDO SCHNEIDER
		Em votação.	sim
		Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.	DEPUTADA ANA PAULA LIMA
		(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)	sim
		DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
		DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
		DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
		DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
		DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
		DEPUTADO CESAR SOUZA JUNIOR	sim
		DEPUTADO DADO CHEREM	sim
		DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
		DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
		DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
		DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
		DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
		DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
		DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
		DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
		DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
		DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
		DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
		DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
		DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
		DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
		DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
		DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
		DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
		DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
		DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
		DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
		DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
		DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
		DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
		DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
		DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
		DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
		DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
		DEPUTADO SANDRO SILVA	sim
		DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	não
		DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
		DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
		DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
		DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim
			Esta Presidência comunica que a votação das redações finais dos projetos aprovados ficará para amanhã.
			Passo a Presidência para o deputado Nilson Gonçalves que concluirá a segunda etapa da Ordem do Dia.
			O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0368/2012, de autoria do deputado Gelson Merisio; 0369/2012, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0370/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0371/2012 e 0372/2012, de autoria do deputado Jailson Lima; 0373/2012, de autoria do deputado Jorge Teixeira; 0374/2012, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0375/2012, de autoria do deputado Mauro de Nadal e 0376/2012 de autoria do deputado Ismael dos Santos, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.
			Esta Presidência comunica também que defere os Requerimentos n.s.: 0785/2012 e 0786/2012, de autoria do deputado Aldo Schneider.
			Pergunto ao deputado Aldo Schneider se permite que a deputada Ana Paula Lima coassine o seu requerimento.
			(O deputado acoisces.)
			O deputado autoriza, sra. deputada Ana Paula Lima.
			Igualmente, esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s.: 0787/2012, de autoria do deputado Ciro Roza;

caminho para fazer a averbação da reserva legal, para cumprir a lei, porque os órgãos ambientais em nível nacional não regulamentaram a lei que foi criada. E não dá mais para esperar.

Essa questão do Código já foi longe, está prejudicando a sociedade catarinense, a sociedade brasileira, e essa moção tem o objetivo de pedir o apoio aos srs. deputados para ser corrigida uma distorção do Código Ambiental brasileiro, regulamentando o cadastro ambiental rural, permitindo assim que os agricultores e o sistema financeiro possam fazer as operações de custeio e investimento rural, presidente.

Era isso.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0050/2012, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, a ser enviada ao governador do estado manifestando apoio à manutenção e à forma do convênio firmado com a Fundação Catarinense de Educação Especial.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. e srs. deputados, povo que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Digital, quero continuar o debate que eu estava fazendo no horário reservado aos Partidos Políticos, porque com cinco minutos não tive tempo de fazer uma abordagem relativamente contemplativa da gravidade da situação.

Eu falava nos cortes dos recursos para a segurança pública como o corte de recursos para outros serviços essenciais para todas as secretarias do governo do estado. Aliás, também acho e teria diversas sugestões de locais, estruturas, onde seria possível se cortar recursos, a citar as 36 secretarias regionais. Se diminuir 20, deixando apenas 16, ainda assim não se precisa andar nem 100 quilômetros para chegar na primeira.

Dezesseis secretarias de Desenvolvimento Regional e ninguém precisa se deslocar mais do que 100km para chegar na primeira. Aliás, na grande maioria dos casos não chega a 100 quilômetros de distância até a primeira secretaria regional, se deixarmos 16. Portanto, dá para cortar 20, para todos terem a oportunidade de ir de bicicleta até a secretaria de Desenvolvimento Regional. Mas temos 36, uma a cada 30 quilômetros. Tem SDR acavalada à SDR.

Outro lugar que o governo pode economizar, e permitam entrar numa questão talvez nevrálgica, é no Fundo Social, que, aliás,

de Fundo Social não tem quase nada. O nome desse fundo deveria ser fundo eleitoral, porque serve para pavimentar candidaturas em diversos níveis, através de subvenção social.

Até 5% da receita do governo do estado que deveriam entrar na conta única, para serem aplicados em educação, saúde, segurança, assistência para os agricultores, assistência social, não vai para a conta única do governo do estado e sim para outra conta, que é o fundo eleitoral, aliás, digo, Fundo Social.

O governador em pessoa com a sua equipe de governo e o seu estafe de apoio é que decide aonde vai aplicar todo o recurso do Fundo Social, e são milhões ou bilhões de reais do Fundo Social.

Então, eu citei dois exemplos, as SDRs e o Fundo Social, que servem para fazer obra para agradar prefeito, servem para subvenção social, ajudar causas legítimas e outras, permitam-me dizer, nem tanto. Mas o governo do estado não tem dinheiro para realizar o curso de cabo cujo edital já estava lançado, cuja seleção já havia sido feita. E pelo andar da carruagem, o governo do estado vai parar de fazer concurso para contratar servidores para a área da Segurança Pública. E nós estávamos, como já falei anteriormente, inclusive elogiando o governo pela sua atitude na área da Segurança, avaliando que nesse caminho, a prosseguir esse caminho por mais dez anos, dez anos, sim, não existe milagre em segurança pública, não dá para resolver o problema daqui para o ano que vem, e muito menos daqui para o mês que vem ou para a semana que vem.

Para fortalecer a Segurança Pública, a estrutura da Segurança Pública, com um projeto de estado para a segurança da sociedade, precisamos pensar num período mínimo de dez anos. E mantida a posição, a política incrementada pelo governo Raimundo Colombo no ano passado e neste ano de contratação de efetivo, de criar possibilidade de mobilidade funcional dentro da carreira, de valorização efetiva do efetivo, política, que, repito, eu vinha elogiando continuamente nesta tribuna e em outros lugares do estado, tem que continuar essa política por dez anos. Continuando por dez anos, teríamos daqui a dez anos a situação de estabilidade na Segurança Pública catarinense que tínhamos na década de 80. Por que por dez anos? Porque por cinco anos ainda vamos ter uma quantidade grande de servidores da Segurança Pública que irão se aposentar, que irão para a reserva. Somos todos nós que entramos na década de 1980, portanto, nesta década todos nós vamos para a reserva, inclusive de forma compulsória, todos nós vamos para a reserva ou seremos aposentados.

Depois, na década de 90 até o ano 2002, não entrou praticamente ninguém na Polícia Militar, na Polícia Civil e nos Bombeiros, não entrou praticamente ninguém, de forma que quando terminar essa onda de policiais antigos, quando policiais pararem de ir para a reserva, também vai ficar lá dez anos, 12 anos com muita pouca gente se aposentando.

Portanto, se continuar essa política de contratação de mil policiais por ano ao longo de dez anos, passaremos os primeiros cinco anos correndo atrás do prejuízo, e os cinco anos seguintes vamos sim começar a recuperar efetivo e ter condições de dar respostas efetivas para o problema de segurança pública.

Então, era essa a possibilidade que estávamos elogiando, essa política do governo de contratação de investimentos, de mobilidade funcional. Quanto à anistia, sim, sempre

seremos gratos evidentemente, mais o descongelamento da carreira dos policiais e bombeiros militares.

Agora, a ordem do palácio é não gastar nada, cancelar cursos que já estavam com data marcada para começar. E se isso prevalecer, evidentemente que o governo, nos anos de 2013 e 2014, não vai contratar ninguém para o serviço de segurança pública. E aí começaremos a voltar para o prejuízo, começaremos a ter um decréscimo de efetivos, porque a quantidade que vai para a reserva é muito grande, e vai justamente para a reserva porque perde a expectativa de crescimento na carreira, porque há outras contrainformações, aquela informação de bastidores de que outros cortes de direito virão para a segurança pública. Com isso o pessoal vai acabar aumentando a quantidade de pedidos de reserva nos próximos meses ainda deste ano, o que havia diminuído em registros anteriores.

Estamos fazendo esse discurso, e alguém pode imaginar que o deputado Sargento Amauri Soares está aproveitando a oportunidade para fazer crítica, porque ele gosta de ser oposição e gosta de criticar. Pelo contrário, gostaríamos de ter muitos motivos para continuar falando bem, elogiando a política de governo na área de segurança pública. Mas, infelizmente, parece que os elogios que fizemos até agora estão fazendo queimar a língua, deputado Dirceu Dresch, porque a ordem agora é assim: se custar dinheiro respirar, não respira. Portanto, vamos começar a perder novamente a expectativa de melhorar a segurança no estado.

Não estou fazendo este discurso porque gosto, porque estou achando motivo para fazer oposição. É com tristeza, com lamento, porque estávamos efetivamente numa expectativa de otimismo. Estou fazendo este discurso inclusive para alertar em pessoa o governador que os números gelados do grupo gestor não podem ser tudo na administração de um estado, não podem determinar o miolo, o coração da política de um governo de estado.

Os serviços essenciais também na saúde, na educação, na assistência social, na assistência técnica aos agricultores não podem sofrer prejuízo, não podem ser balizados por uma conta do governo do estado que não pode mexer lá no quinhão de aliados políticos das SDRs! Então, vamos mexer aonde? No Fundo Social. Não pode, governador! Não pode ser dessa forma!

A miséria que vai conseguir economizar na Segurança Pública mandando congelar a carreira novamente foi descongelada mês passado, foi descongelada há nove meses. A miséria que vai economizar mandando congelar de novo a carreira nas instituições militares do estado com certeza não se compara nem de longe aos enormes prejuízos para a sociedade em termos de perda da segurança...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero registrar a presença, nesta tarde, do professor Gilmar de Almeida Gomes, da Udesc de Pinhalzinho, coordenador de curso, que nos está prestigiando com a sua presença.

Estamos conversando com ele sobre a instalação do laboratório de análise de leite na universidade daquele município.

Então, quero agradecer a presença do professor na Assembleia, na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Angela Albino, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, na verdade vou usar a maior parte do meu tempo da tribuna para falar sobre um tempo muito caro às mulheres, que é a conferência da ONU sobre os direitos da mulher, que aconteceu em Beijing no dia de hoje, em 1995. Mas antes quero fazer uma pequena reflexão partilhada com o deputado Joares Ponticelli, do tema que trouxe hoje sobre o sistema político brasileiro, pois quem defende a democracia, quem defende o fortalecimento das instituições democráticas em nosso país precisa debruçar-se muito sobre esse tema. E quero parabenizá-lo, deputado, pela pauta que trouxe, mostrando a tragédia que é para a democracia brasileira ano sim ano não termos outro processo eleitoral. Isso de fato torna o próprio ambiente político muito instável, permeável por desejos de construção de bases e de construção de política futura. E compartilho da convicção do deputado Joares Ponticelli que precisamos refletir melhor sobre isso e avançar para eleições gerais e também defendo que seja de vereador a presidente, num único processo eleitoral, que é caro para o país sobre vários aspectos, inclusive caro no uso da estrutura da Justiça eleitoral e também no que custa ao país, no sentido do que deixa de ser feito no ano eleitoral em função das restrições necessárias constantes na lei eleitoral.

Quero agregar outro ponto, além desse que o deputado Joares Ponticelli mencionou, que é a questão do financiamento público de campanha. Enquanto convivemos com um ambiente político que precise do dinheiro privado para fazer a campanha, não teremos independência na nossa campanha.

Jovens que estão aqui presentes, vocês que estarão logo administrando este país, é preciso que possamos construir uma legislação que autorize financiamento público de campanha, pois elas estão cada vez mais profissionalizadas, cada vez mais dependentes de estruturas econômicas. E permitirmos que interesses privados financiem as campanhas será sempre um dano à democracia. A reforma política que o povo brasileiro espera inclui certamente termos períodos mais longos entre uma eleição e outra, ou seja, eleições gerais, talvez com mandatos maiores ou menores, apontando para o futuro. Não precisa ser logo, mas precisamos rumar para isso. Mas o financiamento público de campanha é parte estrutural de um país que queremos ver, ou seja, com mandatos independentes.

Muitas vezes no Brasil temos criticado amargamente a classe política, com muita razão, mas esquecemos de uma questão muito básica: no nosso país só tem mandato quem ganhou voto. Portanto, somos nós, o povo, que determinamos quem serão os detentores de mandato no Brasil. É preciso que assumamos também a responsabilidade de construção da democracia, portanto, da construção de um futuro melhor para o Brasil.

Mas como falei no início, gostaria de mencionar hoje a conferência da ONU sobre os direitos humanos, que foi aberta em 1995, no dia de hoje, em Pequim, na China, chamada de Conferência de Beijing, que reuniu 35 mil mulheres de 185 países diferentes. Foi um marco na luta pelo direito das mulheres, especialmente na discussão do empoderamento feminino no combate à

violência, na ampliação do respeito aos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres.

Sobre esse viés, gostaria de mencionar algumas características. Mesmo tão distanciados do tempo que estamos de 1995, os desafios que as mulheres ainda enfrentam no mundo todo são grandes. As mulheres são 2/3 dos analfabetos do mundo; são 2/3 dos miseráveis do mundo e detêm apenas 8% da titularidade de toda a riqueza do planeta. Nós que somos a metade do planeta detemos apenas 8% das riquezas, a outra metade detém 92% das riquezas do mundo todo.

Portanto, pensar política pública voltada ao fortalecimento das mulheres não é apenas uma política Marisa, de mulher para mulher, como diz a propaganda, ao contrário, é de pensar em alternativas, em estratégias para superarmos as desigualdades entre homens e mulheres, para construirmos um futuro mais justo e mais fraterno.

Não tenho dúvida de que esses sentimentos que são tidos como tipicamente femininos, e que por isso foram relegados a um segundo plano, como a compaixão, a solidariedade, a empatia, a capacidade de olhar para o outro de forma fraternal e afetuosa, como se fosse um filho, esses valores não de fundar uma nova sociedade que se preocupe com todos os filhos e filhas e que um filho fora da creche seja tão importante quanto qualquer filho fora da creche; que um filho com fome seja tão importante quanto qualquer filho com fome e não apenas aqueles que trazemos ao mundo.

As mulheres precisam adquirir mais protagonismo político para disputar os orçamentos. E disputando os espaços públicos de poder, as mulheres poderão disputar o poder efetivo, o poder real.

Vejam os senhores que, não por acaso, Santa Catarina é o estado que tem a pior representação política de mulheres em nosso país, mas, com tanto orgulho, ostentamos o título de um estado com qualidade de vida, temos IDHs extraordinários em relação ao Brasil, mas mesmo assim, para as mulheres temos uma situação excepcional em relação ao resto do país. Vivemos num lugar onde as mulheres têm a maior desigualdade salarial em relação aos homens, particularmente as mulheres negras, que vivem ainda mais confrontos no seu dia a dia com o preconceito. As mulheres negras chegam a receber 60% a menos do que recebem os homens brancos aqui no nosso estado, e não é um dado menor o fato de aqui em Santa Catarina as mulheres terem pouca participação política.

O Brasil é o terceiro pior país do mundo na participação política de mulheres. Portanto, vivemos num dos lugares do planeta onde as mulheres estão mais fora do poder político, não por acaso como aqui a capital dos catarinenses como exemplo, porque em quase 300 anos de existência da Câmara de Vereadores fui a 7ª mulher vereadora da história de Florianópolis e, para minha tristeza, depois de mim nenhuma outra foi eleita vereadora. E quando iniciei na Câmara de Vereadores não havia na legislatura anterior nenhuma mulher de tal forma que, não existia nem banheiro às mulheres, porque era um ambiente obsoleto.

Esse empoderamento feminino, necessário, absolutamente urgente que precisamos vivenciar, tem no Brasil agora um reflexo muito positivo que é a liderança da presidente Dilma Rousseff, que reuniu no seu ministério nada mais, nada menos, que dez mulheres, e não se trata de ministérios de

segunda linha, mas de grande protagonismo, como a Mirian Belchior, no Planejamento; a Gleisi Hoffmann, da Casa Civil; e a própria Ideli Salvatti, na secretaria de Relações Institucionais.

Esse papel que a presidenta capitaneia, mas que é formado por muitas outras mulheres dentro do governo, torna este momento muito especial para as mulheres, para avançarmos em participação política com a possibilidade de intervir na construção de políticas públicas e construirmos um lugar melhor para o nosso Brasil, para o nosso estado, municípios e, por que não, para o mundo inteiro.

Mas mesmo nos dias de hoje em que vivemos este grande momento no Brasil, as mulheres continuam sendo vítimas de violência apenas porque são mulheres. O nosso Brasil ainda ostenta índices alarmantes e inaceitáveis no que se refere a pessoas que são vítimas de violência apenas porque são mulheres. Alguns consideram a mulher uma possibilidade menor de ser humano e apenas por isso as agridem, violentam-nas, espancam-nas e até as matam.

Construir políticas públicas não significa apenas olhar às mulheres, mas para o nosso futuro, temos, por exemplo, que pensar nas creches, que não é um problema das mulheres, é um problema da sociedade, mas elas sentem com mais crueldade nas suas vidas a privação desses serviços.

Por isso, como servidora pública, compreendo que é o servidor público que realiza as políticas públicas, e quero fazer menção à Conferência de Beijing e à necessidade, ainda, das mulheres de implementar políticas públicas para o nosso empoderamento, mas, principalmente, pela possibilidade de construir um futuro mais justo e mais fraterno.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero trazer a esta tribuna nesta tarde um assunto que para nós é de grande importância, que é a agregação de valor, o grande movimento no nosso estado de pequenas agroindústrias familiares que contribuem muito com o desenvolvimento do nosso estado, oferecendo à sociedade catarinense um alimento, acima de tudo, saudável, diferenciado e que tem uma forte raiz cultural nas nossas famílias, inclusive, para as gerações passadas que vêm da Europa, agregando valor, produzindo um alimento diferenciado, com alta qualidade de vida e também de renda, gerando empregos e mantendo os nossos agricultores, os nossos jovens no meio rural catarinense. Nós vimos há meses tratando desse tema e trabalhando para a realização de uma audiência pública. Conseguimos fazê-la na segunda-feira passada, dia 27. Deputado José Milton Scheffer, quero agradecer à comissão pelo apoio recebido.

Foi uma audiência pública que lotou totalmente a Câmara de Vereadores de Chapecó, o que demonstrou o grande interesse que os nossos agricultores e as nossas pequenas agroindústrias têm nesse tema.

Está aqui o professor Gilmar e estamos trabalhando para ter um laboratório completo de análise de alimentos e de produção de novos alimentos na cidade de Pinhalzinho, no curso de Engenharia de Alimentos.

Temos uma possibilidade extraordinária no nosso estado, porque é muito grande

o potencial e o conhecimento histórico e cultural das nossas famílias de agricultores e agricultoras de agregar valor a algum produto, seja no açúcar mascavo, um produto extremamente saudável e que é importante as pessoas consumirem. Há também a questão de embutidos, seja de carnes e outros produtos. E agora estão surgindo inúmeras experiências de agregação de valor de produtos hortifrutigranjeiros, e assim por diante.

Então, essa audiência pública produziu um grande debate e no final foi encaminhado um grupo de trabalho que agora, sim, vai reunir permanentemente, deputado José Milton Scheffer, as diversas organizações dos agricultores. Estavam lá presentes as universidades federal e estadual, as universidades comunitárias, a UnoChapecó e outras, e a Epagri. Infelizmente, a secretaria da Agricultura e a Cidasc não estavam presentes, mas estavam lá a Epagri e a secretaria da Fazenda do estado representada e debatendo esse tema.

Na ocasião estavam em debate basicamente dois grandes temas. Um deles é a questão dos impostos que essas agroindústrias pagam e que em muitos casos chega a 17% do ICMS. Temos, por exemplo, um programa do Prodec e outros programas para grandes empresas, mas não temos um programa estadual de incentivo a essa nossa pequena agroindústria familiar.

Outro tema, lamentavelmente, é a questão das taxas cobradas agora com a terceirização do serviço da Cidasc. Ao invés de o estado apoiar essas iniciativas e ter a Cidasc a disposição, porque essas entidades geram desenvolvimento para os municípios, em especial os pequenos municípios que não têm perspectiva de trazer uma grande indústria, e poderia ter dezenas de pequenas indústrias...

É uma questão contraditória, deputado Manoel Mota, porque o programa SC Rural incentiva a agregação de valor, deputado Nilson Gonçalves. E por outro lado o estado precisa criar mecanismos para depois dar condições de essas pequenas agroindústrias sobreviverem, porque senão muitas delas nascem, são constituídas e em pouco tempo acabam morrendo porque não têm condições de competir com grandes grupos econômicos. Primeiro porque têm um produto diferenciado e, segundo, porque trabalham mais com o mercado local e regional nesses produtos.

Então, o debate foi muito positivo e a expectativa é criar uma perspectiva de um grande debate sobre isso, continuar essa discussão e nós termos uma política séria e coerente de incentivo às nossas pequenas unidades de agregação de valor.

Se em Santa Catarina há três ou quatro mil, hoje, com certeza poderemos chegar a ter oito ou dez mil pequenas unidades de agregação de valor logo, logo. E não queremos um produto clandestino que não esteja dentro da legalidade. Hoje, infelizmente, a cada instante são apreendidos produtos, e "em tese", entre aspas, fala-se em produto clandestino porque o agricultor acaba não conseguindo legalizar o processo, que é muito duro, muito difícil e muito custoso, dentro das regras que estão colocadas.

Então, ou se cria uma política de incentivo, de apoio como política, ou vamos continuar vendo agricultores que têm um sonho de ter uma unidade de agregação de valores para sua família ter um espaço de trabalho, seus filhos poder continuar lá ajudando o município a gerar renda, acabam decepcionando-se e muitos deles depois abandonando o meio rural e indo para a cidade

trabalhar de empregado, porque o negócio acaba não dando certo.

Então, foi muito positivo esse debate, e a Assembleia Legislativa, através da nossa comissão de Economia, vai acompanhar. Logo, vamos discutir a representação da comissão nesse grupo de trabalho que vai se reunir permanentemente agora para elaborar propostas. E é claro, quero pedir o apoio dos demais deputados para podermos aprovar projetos que diz respeito à agregação de valores.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Concedo um aparte ao nosso presidente da comissão, que esteve dando apoio ao nosso trabalho, a essa comissão e à audiência pública realizada em Chapecó.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Deputado Dirceu Dresch, sempre atuante também na defesa da agricultura, quero cumprimentar v.exa. pelo trabalho, pela audiência, pelo seu pronunciamento e somar aqui ao seu pronunciamento esse desabafo sobre a questão da agricultura e dos nossos pequenos agricultores que a cada momento são penalizados com mais obrigações, com taxas, com mais dificuldades, quando o momento que a sociedade, que a agricultura exige é de apoio à agricultura familiar, no sentido de fortalecê-la para se enquadrar nessa economia que está em fase de adequação.

O meio rural está perdendo gente a cada ano, e as dificuldades surgem cada vez mais. São as questões de legislação ambiental que o agricultor tem que dar a volta, são as questões financeiras, são dificuldades, enfim, não encontram parceria no poder público suficiente que os incentivem.

Por isso, há necessidade de esta Casa, de os governos estaduais, municipais e federais terem uma política pública diferenciada para a agregação de valor no meio rural, para o apoio aos pequenos empreendedores, no sentido de se criar oportunidades de melhorar a renda no campo, senão, sairá todo mundo da agricultura e virão criar problemas nas cidades.

Por isso, cumprimento v.exa. pela iniciativa, pelo seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Quero terminar o meu pronunciamento dizendo ao secretário João Rodrigues, ao governador Raimundo Colombo, que o SC Rural só terá sentido se vier junto uma política de incentivo, depois que a pequena agroindústria está criada. E não tenho dúvidas disso; senão, estamos fazendo discurso e jogando dinheiro fora, porque não adianta fazer um investimento numa pequena agroindústria, se depois a Cidasc não prestar o serviço adequado e gratuito às famílias principalmente nos primeiros anos. Podemos discutir um período que esse serviço vai ser prestado, mas ele precisa ser feito. Além disso, é preciso discutir a redução da carga tributária, dos impostos, principalmente estaduais, pois o grosso do imposto é a questão do ICMS.

Então, era isso que eu queria deixar registrado nesta tarde.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Inscrito o sr. deputado Manoel Mota, a quem concedo a palavra por até dez minutos. Ele que acaba de assinar um requerimento para a criação da frente parlamentar da saúde catarinense.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados,

telespectadores da TVAL e da Rádio Alesc Digital, visitantes que prestigiam na tarde de hoje o Parlamento catarinense, estudantes que com certeza estão ali prestando muito atenção, porque serão eles que estarão aqui no nosso lugar daqui a pouco, e aguardaremos com certeza por isso, quero aqui falar sobre algumas questões que entendo fundamentais.

Deputado Dirceu Dresch, estive em Brasília e acho que tomaram uma medida impensada, fazendo com que quem planta fumo não possa ter financiamento para a agricultura familiar.

Isso é um pecado, é um erro, é uma estupidez, é uma falta de entendimento. É não conhecer o que é produto, trabalho e luta daqueles que produzem a riqueza deste país.

Vejam bem, um hectare de feijão produz em torno de R\$ 2,5 mil por mês. Um hectare de milho é mais ou menos isso aí. Um hectare de fumo produz R\$ 14 mil. Então, o agricultor não vai deixar de complementar a sua renda familiar porque tem que ser ou plantar aquilo que o governo entende que é o que se quer.

Acho que nós vivemos num regime democrático e precisamos dar condições.

Não fumo, mas defendo o fumicultor que está produzindo com quatro, cinco hectares de terra, que está plantando fumo para ter alternativas como colocar o seu filho para estudar, ter a sua casa, ter o seu carrinho, enfim, sobreviver. E se ele não plantar, parar de agregar esse valor de R\$ 14 mil, vai vender o terreno, vai para a cidade, com uma mão de obra não qualificada, e aí? Quem é o responsável? Então, é preciso olhar essa questão muito seriamente.

Estivemos o pessoal do Rio Grande do Sul, e eu, com o presidente da comissão de Agricultura, e bati muito forte. O vice-presidente Michel Temmer assumiu o compromisso de poder reverter essa questão, e acredito que vamos conseguir, sim, e que a agricultura familiar possa ser financiada também para aqueles que plantam fumo no Brasil.

Na mesma viagem estivemos no Ibama. Temos uma obra, que é a serra do Faxinal. Todo mundo conhece, são oito quilômetros já realizados, pavimentados, e faltam sete, pois uma promotora pública federal entrou com uma ação contra a obra porque tinha ali dois casais de perereca, e isso seria problema.

Acontece que hoje descobrimos que tem milhões de pererecas naquela região, e a obra está há quatro anos parada. O dinheiro do BID está depositado. E quem é que perde? É a população.

Essa obra liga Canela, Gramado, Caxias do Sul. É uma obra fundamental para o turismo da região; é Santa Catarina tendo acesso mais fácil àquela região, e é o norte do estado também acessando mais facilmente Santa Catarina.

Estivemos no Ibama para tratar a questão da 285, que liga Araranguá, sobe a serra da Rocinha, passa por São José dos Ausentes, Bom Jesus e vai até a divisa da Argentina. Só faltam 25 quilômetros que estão ali na nossa divisa, para ligar Uruguai, Paraguai e Argentina, chegando em Santa Catarina. Então, toda soja do Rio Grande do Sul vai para o porto de Imbituba. Agora, é preciso que o Ibama resolva, pois já faz cinco anos, tem o recurso alocado, está no PAC, está tudo resolvido. O que é que falta? Falta a licença ambiental.

Há 29 anos que este que voz fala vem trabalhando seriamente, com muita luta, muito trabalho, muita garra, muita lealdade,

pelo povo e pela região sul do estado. Agora temos o dinheiro para realizar e não temos a licença ambiental.

Assumiu um novo presidente do Ibama, que disse que em torno de 30 dias a serra do Faxinal, que é a Cidade dos Cânions, Praia Grande, teria a licença, e falou que em 45 dias daria a licença da 285.

Então, realmente nos enche de esperança, pois são 29 anos de trabalho. E é em cima disso que se trabalha, ou seja, manter a esperança para as coisas acontecerem. Parece-me que agora isso irá acontecer. E se não fosse somente isso, Araranguá, o sul de Santa Catarina, ganhou R\$ 28 milhões por duas vezes do governo federal para fazer a fixação da barra do rio Araranguá. E por que não está acontecendo? Novamente por motivo da licença ambiental.

A prefeitura já fazia uns meses que não ia a Brasília, até o Ibama. Então, aproveitei esse trabalho e também fiz uma visita com esse mesmo sentido. E o presidente do Ibama disse que irá trabalhar em duas audiências públicas agora em setembro. Evidentemente que perguntei a ele que se a audiência pública tiver que mudar a posição da barra do Ibama concorda. "Não", ele respondeu, "nós não concordamos, terá que ser feito ali onde tem o projeto de engenharia, o projeto técnico." Já fizeram uma audiência pública. Mas se não irão mudar, para que fazê-la? Então executa a licença para que possam iniciar os trabalhos de licitação da barra do rio Araranguá.

Assim, é dentro dessa linha que vimos trabalhando, buscando resultados que são fundamentais, fazendo com que o sul de Santa Catarina, que é a segunda região mais pobre, passe a ter crescimento e desenvolvimento.

Hoje, lutamos e lutamos. Temos aí uma BR-101 quase concluída; no mês de setembro teremos o aeroporto de Jaguaruna; lutamos e vamos ter o porto de Imbituba. Então, esse tripé é o do desenvolvimento.

Eu espero que este Parlamento seja o grande parceiro para conseguirmos recursos suficientes para a Interpraia, ligando a Estrada do Mar, no Rio Grande do Sul, até Laguna, como primeira etapa, com o resgate dessa cidade histórica.

Penso que é preciso trabalhar muito, se juntar toda uma frente parlamentar. Eu criei uma frente parlamentar em defesa da Interpraia, da qual fazem parte todos os partidos, para que possamos colher uma decisão em defesa do sul do estado, daquela população que espera muito deste Parlamento. Até porque o povo elege um político não é porque é bonito, feio, porque tem bastante cabelo ou pouco; o povo elege um político para buscar resultados, e quando isso não acontece é mais um que passou em branco e não deixou história.

Tenho a honra de ter 30 anos de vida pública, são seis mandatos nesta Casa, com trabalho, dedicação, responsabilidade e lealdade ao povo e à região. É esse espírito que norteia a minha vida, o meu dia a dia: buscar resultados para desenvolver o estado, gerar emprego e renda para melhorar a qualidade de vida do povo, que é o grande compromisso que temos com Santa Catarina.

Por isso, sr. presidente, esperamos que se possam colher grandes resultados não somente para o sul do estado, mas para toda Santa Catarina que espera de nós muito trabalho e responsabilidade.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Este foi o deputado Manoel Mota que irá fazer 24 anos de trabalho nesta Casa, no seu sexto mandato, e mais seis anos como prefeito, totalizando 30 anos de vida pública. Parabéns, deputado!

Antes de encerrarmos a presente sessão, agradecemos a presença dos alunos do Programa Educação para a Cidadania, da Escola do Legislativo. Um grande abraço a todos vocês e muito obrigado pela presença aqui.

Queremos agradecer também ao pessoal que deu assessoria à Mesa Diretora para que pudéssemos desenvolver as atividades do dia de hoje, ao pessoal da Polícia Militar que nos deu a devida segurança, ao pessoal que trabalhou no plenário, ao pessoal da imprensa que todo o dia está aqui acompanhando também os trabalhos da Assembleia, aos nossos queridos Moacir Pereira e Paulo Alceu, ao pessoal da TVAL e a você telespectador que acompanhou os trabalhos da Casa.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 19h, em homenagem aos 40 anos de fundação da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 024ª SESSÃO ESPECIAL

## DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 04 DE SETEMBRO DE 2012, ÀS 19H

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

#### HOMENAGEM À FEDERAÇÃO DAS CÂMARAS DE DIRIGENTES

#### LOJISTAS DE SANTA CATARINA PELA PASSAGEM DOS SEUS 40 ANOS

#### DE FUNDAÇÃO

#### SOLICITAÇÃO DO DEPUTADO DARCI DE MATOS

#### SUMÁRIO

**DEPUTADO DARCI DE MATOS** - Lembra dos serviços prestados pela FCDL e do quanto a entidade contribui para a qualidade de vida dos catarinenses.

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** - Exalta a importância da FCDL no contexto econômico e social do estado.

**ROQUE PELIZZARO JÚNIOR** - Afirma que o atual modelo varejista assegura o crescimento do Produto Interno Bruto do país.

**SÉRGIO ALEXANDRE MEDEIROS** - Ressalta o reconhecimento da Assembleia Legislativa ao comércio varejista e louva a parceria das duas instituições.

**DEPUTADO JAILSON LIMA** - Destaca a representatividade da FCDL na busca do crescimento econômico catarinense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido os srs. deputados Silvio Dreveck e Jorge Teixeira para acompanharem as autoridades que irão compor a mesa e que serão nominadas a seguir:

Excelentíssimo senhor deputado Darcy de Matos;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor Fernando Driessen, consultor-geral da Casa Civil de Santa Catarina, neste ato representando o governador João Raimundo Colombo;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor Sérgio Alexandre Medeiros, presidente da Federação das Câmaras dos Dirigentes Lojistas do Estado de Santa Catarina, conterrâneo da querida cidade de Rio do Sul;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor Roque Pelizzaro Júnior, presidente da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor Atanázio dos Santos Netto, presidente da Associação Catarinense dos Supermercados, neste ato representando o presidente da Fecomércio, senhor Bruno Breithaupt;

(Palmas)

Excelentíssimas autoridades, sras. e srs. deputados.

A presente sessão foi convocada pela Mesa Diretora, por solicitação do deputado Darcy de Matos, aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares, em homenagem à Federação das Câmaras dos Dirigentes Lojistas de Santa Catarina, na passagem dos seus 40 anos.

Neste momento teremos a interpretação do Hino Nacional pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

Queremos, neste momento, registrar e agradecer as seguintes presenças:

Senhor ex-deputado estadual Udo Wagner;

Senhor jornalista Moacir Pereira, que orgulha a imprensa catarinense;

Senhor presidente do Conselho Deliberativo do SPC, Itamar José da Silva;

Senhor presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Florianópolis, Pedro Paulo de Abreu;

Coronel Fernando Rodrigues de Menezes, secretário-adjunto da Segurança Pública, neste ato representando o secretário César Grubba;

Senhor Glaucemir Luiz Grendene, secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo do município de Concórdia;

Senhor Gilberto Badalotti, presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Chapecó;

Senhor Leocécio Sartori, presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Concórdia;

Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Criciúma, senhor Zalmir Casagrande;

Senhor José Carlos Benini, conselheiro do Serviço de Proteção ao Crédito;

Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Jaraguá do Sul, senhor Neivor José Bussolaro;

Senhor Marco Aurélio Dias, presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Biguaçu;

Senhor João Batista Lohn, vice-presidente da Associação Brasileira de Supermercados, neste ato representando o presidente, senhor Sussumo Honda;

Senhor Lucas Ferreira, neste ato representando a deputada estadual Angela Albino;

Senhor Miguel Gobbi, presidente da Adjori.

Neste momento teremos a apresentação de um vídeo institucional.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

(Palmas)

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, proponente desta homenagem.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Desejo com alegria e com respeito fazer a minha saudação efusiva, especial, ao primeiro-secretário da Assembleia Legislativa, deputado Jailson Lima, que preside esta sessão e representando o presidente Gelson Merisio.

Faço a minha saudação especial ao deputado Sílvio Dreveck, que representa o PP e é membro da Frente Parlamentar do Varejo.

Minha saudação ao deputado Jorge Teixeira, também membro da Frente Parlamentar do Varejo.

Quero fazer uma saudação especial ao dr. Sérgio Medeiros, presidente da FCDL de Santa Catarina, e em seu nome estendo-a a todos os membros das CDLs que se fazem presentes em grande número nesta sessão.

Minha saudação ao dr. Roque Pelizzaro, que preside a Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas.

A minha saudação ao meu amigo particular, presidente da Acats, que representa a Fecomércio, dr. Atanázio dos Santos Netto.

E com a permissão de todos, faço a minha saudação à imprensa, aos telespectadores da TVAL, aos ouvintes da Rádio Alesc Digital, ao pessoal de Joinville, Carlos Grandene da CDL e Udo Wagner da CDL

de Jaraguá do Sul, que foi deputado por dois mandatos e deu, portanto, uma grande contribuição para o estado de Santa Catarina.

Eu desejo, sr. presidente, rápida e objetivamente, justificar a proposição da realização desta sessão em homenagem aos 40 anos da entidade. E início dizendo que esta sessão é pertinente, é justa porque a FCDL tem uma folha de serviços prestados em favor da qualidade de vida do povo catarinense.

Portanto, quando falamos na FCDL, falamos do varejo, dr. Sérgio, sendo que eu presido a Frente Parlamentar do Varejo. Estamos falando de 40 anos de serviços prestados, de uma entidade que atua em, aproximadamente, 200 municípios, comandante Nazareno; em Santa Catarina, estamos falando de um segmento que representa 60% da arrecadação e estamos falando de uma entidade que emprega cerca de meio milhão de pessoas no estado.

Há 184 CDLs no estado de Santa Catarina e 34 mil empreendimentos. Isso quer dizer que é um segmento que merece o nosso apoio, o nosso reconhecimento e as nossas homenagens.

Quero também afirmar, deputado Jailson Lima e dr. Sérgio, que a CDL representa a essência do estado de Santa Catarina, ou seja, é uma entidade organizada, comprometida com o segmento econômico e com a qualidade de vida dos catarinenses, pois além de defender de forma intransigente o varejo do nosso estado, tem um viés muito fortemente voltado para a cidadania, para o social, para qualidade de vida da nossa gente. E aí podemos destacar alguns programas e campanhas aos quais vocês aderiram em parceria com a Assembleia Legislativa: o programa da adoção, o Recicla CDL e tantas outros.

Para concluir, quero dizer que a FCDL, presidente Jailson Lima, que as CDLs preocupam-se, evidentemente, com o consumidor, mas preocupam-se também em prestar um serviço de excelência, preocupam-se em qualificar os trabalhadores do varejo em Santa Catarina.

E encerro fazendo uma observação: muitas vezes o poder público preocupa-se somente com o grande. Os grandes são importantes, mas precisamos voltar as nossas energias, a nossa atenção também para os pequenos. No ano passado nós avançamos muito nessa área, quando a presidente Dilma Rousseff promoveu o reenquadramento da tabela ampliando o valor do faturamento das micro e pequenas empresas, dando-lhes condições de parcelamento dos débitos.

Contudo, em nosso entendimento, há dois grandes projetos que ainda estão pendentes. Um deles é o Pró-Comércio, com o qual temos que nos comprometer, debater e sensibilizar o governo. Há muitos programas de incentivo à indústria, mas não existe nenhum programa de incentivo ao comércio ao varejista de Santa Catarina.

Em nível federal, tive o prazer de ser delegado do ministério do Trabalho em Santa Catarina por quatro anos e temos debatido na Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa a necessidade de conquistarmos o Simples Trabalhista, pois não é possível que uma multinacional com dez mil empregados e uma microempresa com três, quatro ou cinco empregos tenham o mesmo tratamento no que diz respeito aos encargos.

Entendo que são projetos que deveremos debater para encaminhar uma solução e, com certeza, a médio ou longo prazo conseguiremos o nosso intento.

Portanto, Sérgio, parabéns! Vocês merecem estar aqui, vocês merecem o nosso respeito, vocês merecem o nosso apoio, vocês merecem o nosso trabalho, vocês merecem o nosso reconhecimento por tudo que fizeram e que continuarão a fazer pelo bem de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Obrigado, deputado Darci de Matos, pelo brilhante pronunciamento, fazendo uma reflexão acerca do trabalho dessa importante entidade.

Registramos a presença das seguintes personalidades:

Senhora Maria de Lourdes da Rosa, presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Palhoça;

Senhor Sílvio Buss, presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Bombinhas - Costa Esmeralda;

Senhor Odílio Guarezzi, presidente da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina; e

Coronel Nazareno Marcineiro, comandante-geral da Polícia Militar.

Convido para fazer uso da palavra o sr. deputado Sílvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SÍLVIO DREVECK - Sr. deputado Jailson Lima, neste ato presidindo esta sessão, sr. Fernando Driessen, neste ato representando nosso governador Raimundo Colombo, colega Darci de Matos, sr. Sérgio Alexandre Medeiros, presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado de Santa Catarina, sr. Roque Pelizzaro Júnior, presidente da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas, sr. Atanázio dos Santos Netto, presidente da Associação Catarinense de Supermercados, neste ato representando o presidente da Fecomércio, deputado Jorge Teixeira, ex-deputado Udo Wagner, imprensa, senhores e senhoras.

Eu vou ser bastante breve, pois entendo que o deputado Darci de Matos propôs uma homenagem justa e meritória, por se tratar de uma entidade que contribui para os seus associados, contribui para os catarinenses, em especial para aqueles que estão lá na ponta, ou seja, os consumidores.

Quero registrar com satisfação e alegria, presidente Sérgio, a relação muito profícua que temos neste Parlamento. Inúmeras audiências públicas foram realizadas por esta Casa para tratar de projetos relevantes para Santa Catarina, tanto para os empreendedores, como para os consumidores. Com essa relação profícua conseguimos aperfeiçoar a legislação e até reduzir alguns impostos.

O Brasil passa por um período em que está-se adaptando ao cenário econômico mundial. O Brasil tem um potencial econômico extraordinário como poucos países têm. No entanto, o país precisa ser mais competitivo e para isso é preciso reduzir o custo Brasil.

No que se refere ao cenário brasileiro, penso que estamos dando um passo à frente em função da iniciativa da presidente Dilma Rousseff de reduzir, deputado Jailson Lima, o custo Brasil.

Portanto, penso que há um grande trabalho, presidente Sérgio Alexandre Medeiros, a ser feito juntamente com os parlamentares catarinenses, tanto da Assembleia Legislativa quanto do Congresso Nacional. E isso é possível com organização.

Quero destacar que a FCDL tem dado uma grande contribuição em todos os aspectos, em projetos de lei, em uma visão futura da entidade, mas também dos seus associados e dos catarinenses.

Por isso quero, de um modo muito especial, registrar em nome do Parlamento, em nome do nosso colega Darci de Matos, que foi o proponente desta homenagem, que é justa e meritória, que as portas do Parlamento estarão sempre abertas para continuarmos dialogando, crescendo e evoluindo.

Obrigado e parabéns pelos 40 anos!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Obrigado, deputado Silvio Dreveck.

Queremos registrar a presença do engenheiro Leonel Ferreira Júnior, neste ato representando o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de Santa Catarina.

Convidamos o jornalista Valter Souza para proceder à nominata dos homenageados.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Valter Souza) - Senhoras e senhores, muito boa-noite.

Neste momento, o Poder Legislativo catarinense presta homenagem à Federação das Câmaras dos Dirigentes Lojistas de Santa Catarina pela passagem dos seus 40 anos, buscando congregar, representar e defender seus interesses, propiciar o crescimento e aproveitar o associativismo para a geração e garantia do valor agregado, através da oferta de produtos e serviços em constante aperfeiçoamento, e ser reconhecida pelas CDLs do estado de Santa Catarina e pelas demais entidades que representam o Brasil como modelo de entidade de associativismo.

Convido o deputado Darci de Matos para fazer a entrega da homenagem ao sr. Sérgio Alexandre Medeiros, neste ato representando a FCDL.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o deputado Jorge Teixeira para, acompanhado do deputado Darci de Matos, fazer a entrega das próximas homenagens.

Convido para receber a homenagem o sr. Osmar Silveira, neste ato representando o sr. Mário da Rocha Meyer, presidente no período de 1972 a 1973.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Olair Klentz, neste ato representando o sr. Samuel Shubert, *in memoriam*, presidente nos anos de 1982 a 1983.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Lotar Maas, presidente de 1984 a 1987.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço ao deputado Jorge Teixeira e chamo à frente para proceder à entrega das próximas homenagens o sr. deputado Silvio Dreveck.

Convido para receber a homenagem das mãos dos deputados Silvio Dreveck e Darci de Matos, o sr. Udo Wagner, presidente de 1988 a 1989.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Carlos Antônio Grendene, neste ato representando o sr. Henrique de Oliveira Weber, presidente de 1991 a 1992.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido agora para receber a homenagem o sr. Mauro Finco, neste ato representando o sr. Carlos José Stüpp, presidente de 1993 a 1995.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço a presença do deputado Silvio Dreveck e chamo à frente o deputado Jailson Lima para proceder à entrega das próximas homenagens.

Convido para receber a homenagem o sr. Sido Gessner Júnior, presidente de 2001 a 2003 e de 2003 a 2005.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Roque Pelizzaro Júnior, presidente de 2005 a 2007 e de 2007 a 2008.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Sérgio Alexandre Medeiros, atual presidente.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A Federação Catarinense dos Dirigentes Lojistas lembra ainda o nome de ex-presidentes que prestaram um trabalho impar à frente da entidade, como Moacir Pereira Oliveira, o seu primeiro presidente, já falecido, na gestão de 1972; José Dias, presidente de 1974 a 1981; Ayrton Müller, presidente de 1990 a 1991, e Antônio Carlos Amorim, presidente de 1999 a 2001.

Neste momento teremos a execução do Hino da Nação Lojistas.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Convido para fazer uso da palavra, em nome dos homenageados, o sr. Roque Pelizzaro Júnior, presidente da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas.

O SR. ROQUE PELIZZARO JÚNIOR - Saúdo o deputado estadual Jailson Lima, que preside esta sessão; o deputado estadual Darci de Matos, responsável por esta sessão e também coordenador da Frente Parlamentar do Comércio Varejista do Estado de Santa Catarina; o consultor-geral da Casa Civil, sr. Fernando Driessen, neste ato representando o governador Catarina, Raimundo Colombo; o meu amigo presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina, Sérgio Alexandre Medeiros; o presidente da Associação Catarinense de Supermercados, Atanázio dos Santos Netto, que neste ato representa o presidente da Fecomércio, Bruno Breithaupt; o deputado estadual Jorge Teixeira, que compõe a mesa de autoridades nesta noite de gala para o comércio catarinense.

Disseram-me que teria dois espaços para falar: como presidente da confederação e

ex-presidente da FCDL. Então, tenho bastante tempo e dá para citar todos.

Mas talvez falar como presidente da confederação seja mais fácil do que falar em nome desses 13 ex-presidentes que tanto fizeram pelo associativismo, pelas Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina, pela representação que a nossa FCDL tem no estado de hoje. E desses, estão aqui presentes: Lotar Dieter Maas, Udo Wagner e Sido Gessner.

Também gostaria de saudar, em especial, um catarinense presente nesta sessão, o sr. Itamar José da Silva, que ocupa o cargo de presidente do Conselho Nacional do Serviço de Proteção ao Crédito, tão importante para as entidades e para a sociedade brasileira.

Senhoras e senhores, são 40 anos e acho importante entendermos o porquê dessa homenagem e o porquê da relevância que a FCDL tem nos dias de hoje.

Há 40 anos o comércio representava pouco mais de 8% do PIB brasileiro. Hoje 60,1% do PIB brasileiro são compostos pelo consumo das famílias brasileiras. Por outro lado, o crédito no Brasil há 40 anos representava algo em torno de 3% do PIB nacional e hoje se aproxima dos 50% a relação entre crédito e PIB no Brasil. Somente sob a ótica desses dois números já vemos como a sociedade brasileira mudou e como a necessidade do comércio como atividade econômica tem mudado.

Nós temos grandes desafios a serem vencidos. Cada um dos presidentes que passaram pelo cargo da nossa federação construiu um degrau numa maravilhosa escada, nenhum menos importante que o outro, pois sem aquele ter sido construído o posterior não teria sequer existido.

Chegamos hoje representando - como o próprio vídeo mostrou - mais de 34 mil empresas afiliadas no estado e mais de 800 mil empresas no Brasil. Esses números tão fortes exigem também um relacionamento diferente com a sociedade e com os poderes constituídos.

Eu fico muito feliz ao ver a Casa do Povo catarinense, a Assembleia Legislativa, reconhecer na FCDL o seu trabalho e a sua representatividade. Eu escutava o deputado Darci de Matos dizer que muito precisa ser feito, uma vez que as micro e pequenas empresas representam muito dentro do contexto do comércio varejista.

Nós fizemos, em parceria com o SPC Brasil, uma pesquisa, srs. deputados, recentemente, há 20 ou 30 dias, em todo o Brasil. E por qualquer ótica que se olhe, seja por faturamento, seja por número de funcionários, seja por ponto de venda, seja se uma empresa tem ou não filiais, vemos que entre 74% e 86% das empresas varejistas no Brasil - e Santa Catarina não difere disso - são micro e pequenas empresas. Assim, políticas públicas que analisem e observem esse cenário são de extrema relevância.

Nós temos lutado Brasil afora, e aqui vai o reconhecimento como presidente da confederação ao excepcional trabalho que o movimento lojista realiza em cada um dos 184 municípios onde temos uma CDL sob coordenação da nossa federação. É um trabalho político e não político-partidário, no sentido de se relacionar com a sociedade civil organizada como um todo - os poderes públicos e os poderes civis -, no sentido da melhoria desse contexto.

A Frente Parlamentar do Comércio Varejista, desta Casa, sob a coordenação do deputado Darci de Matos, tem dado exemplos

de como uma agenda positiva pode e deve ser construída.

Nós temos a realidade da substituição tributária e agora, lá no Congresso Nacional, estamos lutando para seja inserido dentro da Lei Geral o exemplo que foi gerado em Santa Catarina. Temos também enormes exemplos gerados a partir do nosso estado, mas a situação de ser protagonista também nos leva a deveres e responsabilidades cada vez maiores.

Muito ainda precisa ser feito, somos um estado diferente, a nossa capital não é a maior cidade, as distâncias e os tamanhos das nossas cidades são diferentes, o que nos proporciona uma divisão de renda muito diferente do resto do Brasil. Para que isso se mantenha, um modelo de varejo daquele setor que hoje representa a maior parte do PIB nacional precisa ser mantido. E ações de governo como o Pró-Comércio são necessárias para que avancemos de forma positiva e não quebreemos uma estrutura de divisão e de fixação de renda nas nossas cidades.

Isso, e eu tenho dito Brasil afora, é fruto de um trabalho e de um relacionamento muito bom entre as entidades nos municípios com a nossa federação e da federação com a Casa do Povo, com o governo e com o Judiciário.

Existem projetos dentro desta Casa que precisam ser discutidos. E aí lembro que o maior desafio da sociedade brasileira talvez seja ver no comércio não uma atividade especulativa, mas uma atividade produtiva. Por anos se teve a atividade comercial como uma atividade meramente especulativa. Talvez a quebra desse enorme paradigma traga avanços cada vez maiores para a sociedade como um todo.

Faço aqui um agradecimento a cada uma das nossas CDLS aqui presentes em nome de todos os ex-presidentes, desde a maior, até a menor, da mais antiga a mais nova, de leste a oeste, de norte a sul. Também um agradecimento aos colaboradores da nossa federação, aos atuais, em nome do Ademir, e aos que passaram. Vocês fazem a diferença no movimento lojista catarinense e é uma deferência eu estar no cargo em que estou dentro da confederação e o Itamar estar na presidência do conselho do SPC.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Queremos cumprimentá-lo pelo conteúdo do seu pronunciamento sobre a importância da ação executada pelas entidades.

Nesse momento convidamos para fazer uso da palavra, em nome da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina, o conterrâneo Sérgio Alexandre Medeiros.

O SR. SÉRGIO ALEXANDRE MEDEIROS - Quero com muita honra cumprimentar o deputado Jailson Lima, que preside esta sessão. Cumprimento o dr. Fernando Driessen, que neste ato representa o nosso governador; cumprimento o nosso querido deputado Darci de Matos, grande parceiro, presidente de Frente Parlamentar de Apoio ao Comércio Varejista, assim como o deputado Sílvio Dreveck, também parceiro da frente; cumprimento o deputado Jorge Teixeira e o amigo Atanázio, presidente da Acats.

Quero cumprimentar ainda o grande parceiro da FCDL, coronel Nazareno Marcineiro, com quem fizemos um belo trabalho.

Cumprimento os ex-presidentes e peço licença para puxar a brasa para o nosso lado, cumprimentando o riosulense Lotar Maas, grande personalidade do movimento lojista, que fez um excelente trabalho juntamente com os demais ex-presidentes.

Também cumprimento os diretores da FCDL, os presidentes dos CDLS, as esposas aqui presentes, os membros das diretorias das CDLS, os nossos colaboradores da FCDL e a imprensa.

(Passa a ler.)

“É uma honra e um privilégio estar neste evento que homenageia a Federação das CDLS de Santa Catarina, representando dezenas de milhares de lojistas do estado.

O reconhecimento da Assembleia Legislativa é de extrema importância. Afinal, a democracia é o império da lei e as leis são elaboradas nesta Casa, cuja missão maior é representar os interesses e aspirações do povo.

Nosso relacionamento com o Poder Legislativo é da melhor qualidade, pautado pelo respeito e por tudo aquilo que possa melhorar a economia catarinense e, em última instância, a qualidade de vida dos cidadãos catarinenses.

A homenagem que recebemos nesta noite e que tanto nos honra é motivada pelos 40 anos de fundação da Federação das CDLS de Santa Catarina, porém o grande homenageado é o movimento lojista.

Quando falamos em movimento lojista, referimo-nos às 184 CDLS do estado (corrigindo o nosso vídeo que está um pouco desatualizado, não acompanhou a velocidade do crescimento), aos muitos dirigentes que trabalham voluntariamente no dia a dia das entidades e também àqueles que representam as 34 mil empresas associadas nessas CDLS.

Estamos presentes em mais de 60% dos municípios de Santa Catarina. Nosso movimento lojista é referência em nível nacional! Temos um catarinense no cargo máximo da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas, justamente o presidente a quem sucedi na federação, nosso amigo empresário Roque Pelizzaro Júnior, aqui presente.

Nosso servido de proteção ao crédito é um modelo de eficiência em gestão e tecnologia.

As CDLS, na base, têm profundo e sólido relacionamento com as prefeituras e Câmaras de Vereadores, participando ativamente das atividades que movimentam suas comunidades e sua economia. Várias dessas CDLS já ultrapassaram 50 anos de atividades, caso da entidade de Florianópolis, onde nasceu o movimento lojista no estado.

Nosso trabalho tem ampla repercussão na imprensa, assimilamos e multiplicamos as práticas de responsabilidade social, em iniciativas como os programas Recicla CDL e Recicla CDL na Escola, ou o Pedágio do Brinquedo, projeto de segurança com a Polícia Militar, entre outras. Também geramos emprego, renda e oportunidades de trabalho: temos uma equipe profissionalizada, com dezenas de colaboradores de excelente nível técnico, além de outras dezenas de terceirizados.

Esse vasto espaço e o respeito a que me refiro, entretanto, não vieram por acaso. São frutos do trabalho de milhares de lojistas, ex-dirigentes de CDLS e da nossa federação. Cada cidadão, anônimo ou ilustre, que deu sua contribuição à causa lojista merece nossa reverência na noite de hoje.

Quando Moacyr Pereira Oliveira reuniu os primeiros lojistas de Florianópolis, em 1960, para fundar o Clube de Diretores Lojistas da capital, não tinha ideia do quanto cresceria a semente que estava plantando.

Quando as primeiras CDLS do estado se agregaram e fundaram a federação que aqui represento, não havia recursos financeiros, tampouco apoio técnico para exercer a missão que lhes cabia na época. Trabalharam com abnegação e amor à causa, apenas!

A gratidão, srs. deputados e convidados desta noite, é a mais bela das virtudes humanas! A direção da federação se obriga, portanto, a render uma homenagem àqueles que, com muito esforço e convicção, viabilizaram este momento.

Peço uma salva de palmas.

(Palmas)

Nós também estamos escrevendo a história. Nos últimos 12 anos a federação promoveu uma transformação radical em sua gestão, ingressando em um caminho sem volta. O impacto desse trabalho pode ser mensurado pela auto-estima dos lojistas, pela força de cada CDL nos municípios de qualquer porte do estado, pela presença na mídia.

Mas temos um orgulho muito especial do relacionamento estabelecido com os amigos da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina e o reconhecimento que dela recebemos. A formação da Frente Parlamentar de Apoio ao Comércio Varejista e sua atuação, o trânsito e o acolhimento dos projetos que envolvem o comércio lojista e as parcerias entre as instituições representam o exercício do mais alto nível da democracia.

Por isso, nada mais que justo que essa frente seja homenageada também com a maior honraria do movimento lojista catarinense, a Comenda Samuel Schubert, sendo que, ao final do meu pronunciamento, gostaria de entregar ao presidente da Frente Parlamentar, deputado Darci de Matos, o convite para que, no dia 19 de outubro próximo, receba essa justa homenagem em evento que reunirá os líderes lojistas do nosso estado, em nosso 14º Encontro Catarinense de Líderes Lojistas em Florianópolis.

Queremos, em nome da nossa diretoria, estender esse convite a todos os parlamentares desta Casa, pois será uma honra recebê-los em nosso encontro.

Espero que a homenagem que recebemos nesta noite possa ressoar em cada ponto de venda do estado com a mesma dimensão que tem em mim e nos meus parceiros de diretoria, presidentes de CDLS e outros dirigentes lojistas aqui presentes.

Meu especial agradecimento ao deputado Jailson Lima que está presidindo esta sessão e um boa-noite a todos.”

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Quero parabenizar o Sérgio pelo pronunciamento e também o deputado Darci de Matos pela homenagem que receberá e que deixa este Parlamento lisonjeado, tendo em vista o brilhante trabalho que executa.

Gostaria de, neste momento, refletir sobre o fato de ver tantos catarinenses à frente desse movimento, representando o nosso estado no Brasil, o que demonstra claramente a força política e o aspecto organizacional dessa entidade.

Não se constrói cidadania sem organização pública, não se constrói

transparência e controle de corrupção se não houver mobilização dos cidadãos e do estado.

Ao observarmos o movimento e a forma de organização da FDCL, esses 40 anos mostramos claramente por que tantos espaços foram ocupados nacionalmente. Ao mesmo tempo, vemos que a ferramenta da inovação tecnológica faz este estado e este país andarem a passos largos e vocês representam isso na construção deste movimento tão importante.

Fizemos um cálculo rápido e concluímos que o comércio varejista deve repre-

sentar em torno de 500 mil empregos diretos no estado de Santa Catarina, algo em torno de 9% da população do estado.

Por isso, cabe-nos, como deputado desta Casa, parabenizá-los pelos 40 anos e quiçá possamos estar com o deputado Darci de Matos na homenagem dos 100 anos dessa instituição.

Que Deus abençoe todos!

A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa e a todos que nos honraram com seu comparecimento.

Teremos agora a interpretação do Hino de Santa Catarina pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, conforme calendário especial.

Está encerrada a sessão.

## ATOS DA MESA

### ATO DA MESA DL

#### ATO DA MESA Nº 039-DL, de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Joares Ponticelli para ausentar-se do País, no período de 8 a 16 de setembro do corrente

ano, a fim de participar, como Presidente da UNALE, da Conferência CIFCA 2012 - China Friendship International Cities Association, em Chengdu - China.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 5 de setembro de 2012

Deputado Gelson Merisio - Presidente

Deputado Antônio Aguiar - 3º Secretário

Deputada Ana Paula Lima - 4º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

#### ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO DA 2ª SESSÃO DA 17ª LEGISLATURA

Às onze horas do dia quatro de setembro do ano de dois mil e doze, reuniram-se na sala de reuniões das Comissões, sob a Presidência do Senhor Deputado Valmir Comin, amparado no § 1º do art.123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da Quarta Reunião Ordinária da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, referente à Segunda Sessão Legislativa da Décima Sétima Legislatura. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados: Valmir Comin, Manoel Mota, Mauro de Nadal e Pe. Pedro Baldissera. Em seguida passou à discussão e votação dos PLs nº 0142.3/2012, Relatora Deputada Ângela Albino; e o PL./0167.1/2012, Relator Deputado Pe. Pedro Baldissera, todos com pareceres pela aprovação - aprovados por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião da qual, eu, Clarice Rosa Kuhl, Chefe de Comissão, lavei a presente ATA, que após ser lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e posteriormente será publicada no Diário desta Assembleia.

Sala das Comissões, 04 de setembro de 2012.

Deputado Valmir Comin

Presidente da Comissão

\*\*\* X X X \*\*\*

### AVISO DE RESULTADO

#### AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria nº 2137/2012, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 027/2012, obteve o seguinte resultado:

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ESCOLA DO LEGISLATIVO.**

**Lote Único -**

Vencedora: GM INDUSTRIA E COMERCIO VAREJISTA DE MOVEIS LTDA ME

Valor do Último Lance: R\$ 79.816,00

Florianópolis, 05 de setembro de 2012

VALTER EUCLIDES DAMASCO

PREGOEIRO

\*\*\* X X X \*\*\*

### EMENDAS CONSTITUCIONAIS

#### EMENDA CONSTITUCIONAL N. 63, de 5 de setembro de 2012

Acrescenta os §§ 3º e 4º ao art. 107 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

**A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, nos termos do art. 49, § 3º, da Constituição do Estado de Santa Catarina e do art. 61, inciso I, do Regimento Interno, promulga a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Ficam acrescidos os §§ 3º e 4º ao art. 107 da Constituição do Estado de Santa Catarina, com a seguinte redação:

“Art. 107. ....

.....

§ 3º O cargo de Oficial da Polícia Militar, pertencente ao Quadro de Oficiais Policiais Militares (QOPM), organizados em carreira que dependa de aprovação em concurso público e diploma de Bacharel em Direito, exerce função essencial à justiça e à defesa da ordem jurídica, vedada a vinculação a quaisquer espécies remuneratórias às demais carreiras jurídicas do Estado.

§ 4º Aos Oficiais da Polícia Militar é assegurada independência funcional pela livre convicção nos atos de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública.” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 5 de setembro de 2012

Deputado Gelson Merisio

**Presidente**

Deputado Moacir Sopelsa

1º Vice-Presidente

Deputado Jailson Lima

1º Secretário

Deputado Antonio Aguiar

3º Secretário

Deputado Nilson Gonçalves

2º Vice-Presidente

Deputado Reno Caramori

2º Secretário

Deputada Ana Paula Lima

4ª Secretária

\*\*\* X X X \*\*\*

#### EMENDA CONSTITUCIONAL N. 64, de 5 de setembro de 2012

Revoga o parágrafo único do art. 70 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

**A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, nos termos do art. 49, § 3º, da Constituição do Estado de Santa Catarina e do art. 61, inciso I, do Regimento Interno, promulga a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Fica revogado o parágrafo único do art. 70 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado Gelson Merisio

**Presidente**

Deputado Moacir Sopelsa	Deputado Nilson Gonçalves
1º Vice-Presidente	2º Vice-Presidente
Deputado Jailson Lima	Deputado Reno Caramori
1º Secretário	2º Secretário
Deputado Antonio Aguiar	Deputada Ana Paula Lima
3º Secretário	4ª Secretária

\*\*\* X X X \*\*\*

## OFÍCIOS

### OFÍCIO Nº 620/12

Blumenau, 18 de junho de 2012

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **ABLUDEF - Associação Blumenauense de Deficientes Físicos**, de Blumenau, referente ao exercício de 2011.

Maria Helena Mabba

Presidente

*Lido no Expediente*

*Sessão de 05/09/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO Nº 621/12

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **ABADA - Associação Blumenauense de Amigos dos Deficientes Auditivos**, de Blumenau, referente ao exercício de 2011.

José Silvio Peres

Presidente

*Lido no Expediente*

*Sessão de 05/09/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO Nº 622/12

Ofício nº 019/2012 Barra Velha, 20 de agosto de 2012

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **ASAPREV BV - Associação de Aposentados e Pensionistas de Barra Velha**, referente ao exercício de 2011.

Jaime Roberto Machado

Presidente

*Lido no Expediente*

*Sessão de 05/09/19*

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO Nº 623/12

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas de Blumenau**, referente ao exercício de 2011.

Paulo César Lopes

Presidente

*Lido no Expediente*

*Sessão de 05/09/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO Nº 624/12

Ofício nº 29/2012 Joinville, 20 de agosto de 2012

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Centro Educacional Conde Modesto Leal**, de Joinville, referente ao exercício de 2011.

Bernardo Kuerten

Presidente

*Lido no Expediente*

*Sessão de 05/09/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO Nº 625/12

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação dos Fissurados do Vale do Itajaí - AFISVALE** de Blumenau, referente ao exercício de 2011.

*Lido no Expediente*

*Sessão de 05/09/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO Nº 626/12

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação de Pais de Portadores de Mielomenigocele e Neoplasia**, de Blumenau, referente ao exercício de 2011.

Adriana Kreibich Costa

Presidente

*Lido no Expediente*

*Sessão de 05/09/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO Nº 627/12

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Fundação Blumenauense de Estudos Textéis**, de Blumenau, referente ao exercício de 2011.

Marcio Montibeler

Presidente

*Lido no Expediente*

*Sessão de 05/09/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

## PORTARIAS

### PORTARIA Nº 2235, de 05 de setembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** a servidora **PAULINA COELHO HARLE**, matrícula nº 6890, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de setembro de 2012 (Gab Dep Jose Nei Alberton Ascari).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 2236, de 05 de setembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** o servidor **JOSE FERREIRA GRAMAGOL NETO**, matrícula nº 6726, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-77, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 5 de setembro de 2012 (Gab Dep Ismael dos Santos).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 2237, de 05 de setembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR ELIZABETE RODRIGUES FERREIRA GRAMAGOL** para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-77, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ismael dos Santos - Blumenau).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 2238, de 05 de setembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** a servidora **MICHELE MAGALHÃES DOS SANTOS MORAES**, matrícula nº 6838, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-39, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 5 de setembro de 2012 (Liderança do PC do B).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 2239, de 05 de setembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR MICHELE MAGALHÃES DOS SANTOS MORAES**, matrícula nº 6838, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-54, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 5 de setembro de 2012 (Liderança do PC do B).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2240, de 05 de setembro de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**LOTAR** os servidores abaixo relacionados, no Gabinete do Deputado Edison Andrino, a contar de 03 de setembro de 2012:

Matrícula	Nome do Servidor
1451	BERNADETE REBELO DE SOUZA
9145	DÉCIO FLÁVIO BORTOLUZZI
1678	IVENS ANTONIO SCHERER
1360	MARIA NEUZA MARCELINO
1544	ROSE MERI BENEDET

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2241, de 05 de setembro de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

**PUBLICAR** que o servidor abaixo relacionado exerce

**Atividade Administrativa Interna** a contar de 01 de setembro de 2012.

**Gab. Dep. Edison Andrino**

Matrícula	Nome do Servidor
4675	JOSE ALEXANDRE MACHADO

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2242, de 05 de setembro de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

**PUBLICAR** que os servidores abaixo relacionados exercem **Atividade Parlamentar Externa** a contar de 03 de setembro de 2012.

**Gab. Dep. Darci de Matos**

Matrícula	Nome	Cidade
6470	ANDREIA MARCIA DE MELO BERNARDI	ITAJAÍ
6549	CRISTIANE DO NASCIMENTO	JOINVILLE
5191	CRISTINA SCHIRLEY DA SILVA NEVES	JOINVILLE
6733	DOMINGOS DE ABREU MIRANDA	JOINVILLE
5174	EDERSON GIOVANI GAVA	JOINVILLE
6031	ELIZABETH ROCHA	ITAPEMA
6630	ELIZANGELA DA SILVA	JOINVILLE
6925	HUGO GUILHERME LUTZ NASCIMENTO GOMES	JOINVILLE
5186	ISRAEL ERBS	JOINVILLE
5176	JOAO BATISTA RODRIGUES	JOINVILLE
3704	LUCIMAR BISONI	JOINVILLE

6629	MARINES KEPLER NUNES	ITAPEMA
7077	MARINS DE FRANCA SCHON	JOINVILLE
5565	MOISES DE FARIA	JOINVILLE
5578	NYREE VAN SONNESEN	JOINVILLE
6277	OSWALDO CIDRAL	JOINVILLE
6551	PAULO LOPES DA SILVA	JOINVILLE
6982	VALDEMAR DE SOUZA	JOINVILLE

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2243, de 05 de setembro de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

**PUBLICAR** que os servidores abaixo relacionados exercem **Atividade Parlamentar Externa** a contar de 03 de setembro de 2012.

**Gab. Dep. Edison Andrino**

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
6020	EDSON DOS SANTOS FAGUNDES	BLUMENAU
6053	EDUARDO RINNERT SCHULZE	RIO DO SUL
5207	JOSE SELESIO ORLANDI	PRESIDENTE GETÚLIO
6965	PAULO RICARDO PEREIRA	BLUMENAU
5588	RAULINO SCHUTZE	TIMBÓ
6885	SANDRA DA CONCEIÇÃO BOSSA	BRUSQUE
7100	SANDRO VIEIRA	SÃO JOSÉ
5632	VALTER DOS SANTOS	BOMBINHAS
9144	VILSON EICHSTADT	MASSARANDUBA

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2244, de 05 de setembro de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

**PUBLICAR** que os servidores abaixo relacionados exercem **Atividade Parlamentar Externa** a contar de 05 de setembro de 2012.

**Gab. Dep. Angela Albino**

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
6603	IVAN CARLOS DUARTE	SÃO JOSÉ

**Gab. Dep. Dirce Aparecida Heiderscheidt**

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
7145	ADARIO RAFAEL KLETTENBERG	PALHOÇA
7124	HERBET JOSE GOULART MARTINS	PALHOÇA

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2245, de 05 de setembro de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

**INCLUIR** na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
IVO PAULO HARTMANN	6003	3%	3%	08/08/12	2339/2012
VERINES ZUCHI BAMPI	6178	3%	3%	19/08/12	2340/2012
VANI JOSÉ MIGUEL FERREIRA	5763	3%	3%	24/08/12	2341/2012
CLEO FÁTIMA MANFRINI	1876	3%	36%	22/08/12	2345/2012
ARILSON MACHADO	4908	3%	6%	22/08/12	2248/2012

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2246, de 05 de setembro de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

**CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO** aos servidores abaixo

discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo		Processo nº
		Quinquênio		
1605	OLIVIO ARMANDO DOS SANTOS	03/08/07	02/08/12	2352/2012
1609	NADIA MAKHOUL NEVES	18/08/07	17/08/12	2361/2012
2023	SINESIO CARLOS KOERICH	18/08/07	17/08/12	2358/2012
2016	CARLOS HENRIQUE MONGUILHOTT	19/08/07	18/08/12	2359/2012
1638	KATIA LOTTIN	15/08/07	14/08/12	2360/2012

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2247, de 05 de setembro de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

**CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO** aos servidores abaixo

discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo		Processo nº
		Quinquênio		
1502	CRISTIANI LUCHI SILVEIRA	03/08/07	02/08/12	2240/2012
1562	GERVÁSIO PAULI	03/08/07	02/08/12	2243/2012
1558	BERNARDETE CARLESSI	03/08/07	02/08/12	2246/2012
1758	ANGELA MARIA DE OLIVEIRA PEDERNEIRAS	11/08/07	10/08/12	2347/2012
1473	MESSIAS MARCIANO DE SOUZA NETO	18/08/07	17/08/12	2249/2012
1552	ALEXANDRE ALDO CIPRIANI	04/08/07	03/08/12	2350/2012
1459	GILBERTO SIMÕES DE BONA	04/08/07	03/08/12	2351/2012

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2248, de 05 de setembro de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

**CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO** aos servidores abaixo

discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo		Processo nº
		Quinquênio		
1533	MIRIAM CRISTINA VALLE DALBOSCO	03/08/07	02/08/12	2205/2012
1481	ROSVITE INEZ MACHRY	03/08/07	02/08/12	2206/2012
1497	ANNE LEONOR VIEIRA	03/08/07	02/08/12	2207/2012
1517	JOACIR MONTAGNA	03/08/07	02/08/12	2233/2012
1591	JACQUELINE DE O. VICENTE BITTENCOURT	03/08/07	02/08/12	2234/2012
1593	MAURECI VIEIRA	03/08/07	02/08/12	2235/2012
1582	SILMARA QUINTÃO DA SILVEIRA	03/08/07	02/08/12	2236/2012

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 004/12**

Approva nomes para exercerem os cargos de Defensor Público-Geral, Subdefensor Público-Geral e Corregedor-Geral da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Ficam aprovados os nomes dos Senhores Ivan Cesar Ranzolin, Sadi Lima e George Dias Zaccarão para exercerem, respectivamente, os cargos de Defensor Público-Geral, Subdefensor Público-Geral e Corregedor-Geral da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 05/09/12

Deputado Antônio Aguiar - Relator  
Deputado Dado Chereim  
Deputado Sandro Silva  
Deputado José Nei Alberton Ascari  
Deputado Neodi Saretta  
Deputado Mauro de Nadal  
Deputado Joares Ponticelli

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETOS DE LEI**

**PROJETO DE LEI Nº 295/12**

Dispõe sobre medidas protetivas para as pessoas portadoras de dependência química.

Art. 1º A pessoa com dependência química tem direito às seguintes medidas protetivas:

I - atendimento e avaliação por médico psiquiatra;

II - internação voluntária, às custas do Estado, em Clínicas, Centros de Reabilitação ou Comunidades Terapêuticas que ofereçam tratamento específico para dependência química;

III - internação involuntária para desintoxicação, às custas do Estado, em Clínicas Psiquiátricas, pelo prazo máximo de noventa dias, prorrogável por igual período, à critério médico, quando se identifique risco à sua vida ou de terceiros;

IV - internação compulsória, às custas do Estado, em Clínicas, Centros de Reabilitação ou Comunidades Terapêuticas que ofereçam tratamento específico para dependência química, à critério médico, quando se identifique risco à sua vida ou de terceiros.

§1º O atendimento e a avaliação por médico psiquiatra de que trata o art. 1º desta Lei deverá ocorrer nos Centros de Atenção Psicossocial - CAPSad.

§2º Nos municípios em que não tenham sido implantados os Centros de Atenção Psicossocial - CAPSad, o atendimento e a avaliação psiquiátricos ocorrerão nos postos de saúde da rede pública, não podendo ultrapassar trinta dias entre o pedido de agendamento e a consulta médica.

§3º Os municípios que não dispõem de médicos psiquiatras para atendimento pela rede pública de saúde deverão encaminhar o paciente, às custas do erário público municipal, ao posto de saúde mais próximo que disponha de atendimento por médico psiquiatra credenciado ao Sistema Único de Saúde.

§4º As Clínicas, Centros de Reabilitação ou Comunidades Terapêuticas de que tratam os incisos II, III e IV deverão ter sede no Estado de Santa Catarina.

§5º A internação voluntária ou involuntária somente será autorizada por médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina - CRM do Estado onde se localize o estabelecimento.

§6º A solicitação de internação voluntária será feita diretamente ao psiquiatra responsável pelo atendimento e avaliação, nos Centros de Atendimento Psicossocial - CAPSad ou nos postos de saúde da rede pública, devendo o dependente químico ser encaminhado para tratamento em Clínicas, Centros de Reabilitação ou Unidades Terapêuticas que disponham de vaga.

§7º Os assistentes sociais que integram os Centros de Atendimento Psicossocial - CAPSad e os postos de saúde da rede pública deverão averiguar os estabelecimentos que dispõem de vagas para as internações voluntárias, involuntárias e compulsórias de que trata esta Lei.

Art. 2º As internações de que tratam os incisos II, III e IV do art. 1º regem-se pelo disposto na Lei Federal n. 10.216/2001 e prescindem de avaliação do dependente químico pelo médico psiquiatra, o qual fornecerá atestado e laudo médicos em que conste a espécie de substância, o grau de dependência química e o tratamento adequado.

Art. 3º Poderão requerer a internação involuntária:

I - o cônjuge ou companheiro, não separado judicialmente ou de fato; e

II - na falta do cônjuge ou companheiro o pai ou a mãe; na falta destes, o descendente que se demonstrar mais apto.

Parágrafo único. Na falta das pessoas mencionadas neste artigo, compete ao juiz a escolha de um curador.

Art. 4º Na internação compulsória figurarão no pólo ativo da ação judicial as pessoas elencadas na legislação civil.

Art. 5º A Defensoria Pública Estadual atuará efetivamente na defesa dos direitos da pessoa do dependente químico que não tiver condições de arcar com o pagamento de honorários advocatícios sem prejuízo do seu sustento e de sua família.

Parágrafo único. O atestado e laudo médicos de que trata o art. 2º deverão ser entregues ao Defensor Público integrante da Defensoria Pública Estadual, por intermédio do qual será deflagrada a ação de internação compulsória em face do dependente químico.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Dado Chereim

Lido no Expediente

Sessão de 05/09/12

#### JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem por objetivo assegurar medidas protetivas como direitos dos dependentes químicos, viciados em drogas lícitas ou ilícitas.

A Organização Mundial de Saúde reconhece a dependência química como doença. Estudos revelam que existe uma predisposição física e emocional para a dependência, que é própria do indivíduo, bem como que consiste numa doença com múltiplas causas e repercussões, progressiva, familiar, crônica e incurável, que se revela um problema de saúde pública que afeta gravemente o dependente, sua família e toda a sociedade. Todavia, é uma doença tratável.

A dependência química decorre do uso descontrolado de substâncias psicoativas, ou seja, substâncias que agem no cérebro modificando seu funcionamento, provocando mudanças no comportamento, assim como alterações no estado de consciência, no humor, nas percepções e no pensamento.

Importante mencionar que, sendo uma doença incurável, sem tratamento adequado o problema de saúde física e mental se agravam e com eles também se agravam as repercussões, que consistem no desajustamento da vida familiar e social. Não bastasse, muitas das substâncias psicoativas são ilícitas e o seu uso desencadeia o aumento da violência e da criminalidade, hoje comandadas por organizações criminosas que se alimentam da dependência química e financiam o desajustamento social, num processo que desintegra famílias, enfraquece a sociedade, gera perdas econômicas dado as inúmeras despesas com a saúde e segurança pública, além de gerar corrupção, subverter os processos governamentais e a estabilidade política e econômica.

O uso de drogas, além de provocar nas pessoas a dependência, e levá-las muitas vezes até à morte, nos casos de overdose, pode ainda causar problemas maiores de saúde pública, como ocorre nas infecções pelo vírus HIV e hepatite, pois quase sempre há o compartilhamento de seringas pelos usuários.

Outra questão grave causada pelas drogas é o envolvimento dos usuários com a violência, pois quando passam a dependentes, necessitam cada vez mais destas substâncias, e muitas vezes cometem crimes como furtos e roubos para susterm seu vício. E quando não conseguem pagar pelo que foi consumido acabam sendo mortos por traficantes na cobrança da dívida, como forma de retaliação.

De outro norte, quando a dependência química é tratada o paciente pode viver muito bem sem o uso de substâncias psicoativas.

O tratamento compreende uma série de ações integradas que visam à reinserção sócio-familiar. Estudos revelam que dependentes químicos em estágio avançado de drogadição são mais resistentes e relutantes ao tratamento, possivelmente porque o grau de dependência os lança para um abismo muitas vezes sem volta, quando o organismo já está doente e dependente de determinadas substâncias psicoativas sem as quais, muitas vezes, o doente se revela violento para consigo e para com os outros. Dependendo do estágio em que se encontre o paciente, a dependência estará caracterizada em seu mais alto grau, circunstância que, geralmente, inviabiliza o tratamento voluntário, sendo necessário que os responsáveis legais pelo paciente tomem a decisão de interná-lo involuntária ou compulsoriamente, para fins de tratamento.

Embora a autonomia seja um dos pilares da atuação ética na assistência à saúde, há casos em que a capacidade de decidir do indivíduo está prejudicada. Em tais circunstâncias a Lei Federal n. 10.216/2001 e a Portaria GM/816, de 30/04/2002 definem parâmetros legais para internações involuntárias no Brasil. A referida portaria define serviços e ações de atenção a usuários de drogas e álcool e implementa no Sistema Único de Saúde o Programa Nacional de Atenção Comunitária Integrada a Usuários de Álcool e Drogas, regulamentando as normas e diretrizes para a organização dos CAPS - Centro de Atenção Psicossocial, incluindo os CAPS voltados exclusivamente para usuários de álcool e drogas, os CAPSad.

O CAPSad é destinado a pacientes cujo principal problema é o uso prejudicial de álcool e outras drogas. O atendimento a esses usuários é diário e permite a construção de um plano terapêutico dentro de uma perspectiva individualizada e continuada. As atividades desenvolvidas pelos CPASad englobam atendimentos individuais (medicamentoso, psicoterapia, orientação, entre outros), atendimento de grupo, oficinas terapêuticas e visitas domiciliares. Esse tipo de CAPS pode também contar com leitos de repouso com a finalidade exclusiva de tratamento para a desintoxicação.

O Mistério da Saúde oferece aos dependentes de drogas e álcool, além do CAPSad, os seguintes serviços:

Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASFs) - grupo de profissionais de saúde de várias especialidades que auxiliam as equipes de Saúde da Família no atendimento aos dependentes de álcool e drogas;

Consultórios de Rua - equipes móveis multiprofissionais (assistentes sociais, auxiliares de enfermagem, profissionais de saúde mental) que atuam onde usuários de drogas se reúnem;

Casas de Acolhimento Transitório (CATs) - são os espaços transitórios que acolhem o dependente durante o processo de estabilização clínica, com atividades pedagógicas.

Embora o Ministério da Saúde ofereça as casas de acolhimento transitório (CATs), local em que podem ficar internados os dependentes, o Estado de Santa Catarina conta com apenas uma unidade, na cidade de Joinville e que oferece tratamento apenas para os dependentes do sexo masculino. Ademais, a internação a que se refere o CATs é somente para desintoxicação, sendo necessário tratamento contínuo por longos meses, à critério do médico psiquiatra.

Tem-se conhecimento de que algumas comunidades terapêuticas têm firmado convênio com municípios para tratamento de dependentes químicos, como ocorre em Florianópolis. Ocorre que referidos convênios não são suficientes para atender a demanda, sendo necessário que o Estado e os Municípios arquem, solidariamente, com as despesas que decorrem da real demanda de internações, as quais não chegam a se concretizar por falta de vagas.

Os dependentes químicos que se encontram em estágio avançado da doença encontram barreiras intransponíveis para salvar suas vidas, especialmente, as famílias de baixa renda que, quando se trata de internação compulsória, não dispõe de condições financeiras para arcar com as despesas relativas aos honorários advocatícios e, quiçá, as despesas referentes ao custeio do tratamento em Clínicas Particulares, uma vez que o Sistema Único de Saúde dispõe de apenas uma Casa de Acolhimento Transitório em Santa Catarina, a qual dispõe de poucos leitos e oferece internação apenas para os masculinos desintoxicarem. Estima-se que um Centro de Atendimento Psicossocial atende em média 20 dependentes em apenas um turno, uma estimativa que dispensa maiores comentários frente a precariedade do acesso à internações, especialmente porque desintoxicar não basta, é necessário tratamento que possibilite a reinserção sócio-familiar.

Por meio da presente proposição o dependente químico terá acesso à saúde e a reinserção familiar e social, por meio da concretização do direito ao tratamento integral, que terá início com uma consulta e avaliação por médico psiquiatra, o qual encaminhará o paciente para internação quando este assim desejar ou, em caso deste negar-se ao tratamento, o médico atestará a necessidade de tratamento involuntário ou compulsório, a pedido da família ou de quem o represente legalmente.

O primeiro passo consiste no encaminhamento do usuário de substâncias psicoativas ao médico psiquiatra integrante do Centro de Atendimento Psicossocial - CAPSad. Após a avaliação o usuário de substâncias psicoativas poderá optar pela internação voluntária, circunstância em que a equipe de referência do CAPSad o encaminhará a uma clínica para fins de tratamento, conforme critério médico e às custas do Estado.

Em caso de o médico atestar que o usuário de substâncias psicoativas necessita de tratamento e este, por sua vez recusar-se a fazê-lo, poderá ser internado involuntariamente para fins de desintoxicação, desde que haja autorização da família ou de quem o represente legalmente. Neste caso, o encaminhamento também ocorrerá por intermédio da equipe de referência do CAPSad.

Findo o prazo de 90 dias de internação involuntária, poderá ocorrer a internação compulsória, a critério da família do usuário de substâncias psicoativas ou de quem o represente legalmente. Nesses casos, o médico psiquiatra entregará laudo e atestado médico ao responsável pelo usuário de substâncias psicoativas e aquele o entregará aos advogados integrantes da defensoria dativa estadual para fins de deflagração de ação compulsória, de modo que juiz competente poderá determinar a internação que deverá ser integralmente custeada pelo Estado.

Nos municípios onde não haja o CAPSad o acolhimento do usuário de substâncias psicoativas ocorrerá nos posto de saúde da rede pública, de modo que os assistentes sociais, após a avaliação por médico psiquiatra, ficarão encarregados pelo encaminhamento do paciente à Clínica, Centro de Recuperação ou Unidade Terapêutica.

Já os municípios que não dispõem de atendimento por médico psiquiatra deverão encaminhar o usuário de substâncias psicoativas para avaliação médica na cidade mais próxima que dispunha do referido atendimento pela rede pública de saúde. Nesses casos, o município deverá, por meio de Assistentes Sociais, agendar a consulta médica e arcar com as despesas relativas ao transporte, incluído o transporte do usuário de substâncias psicoativas e de um familiar ou responsável legal.

Todas as internações previstas na presente proposição regem-se pelo disposto na Lei Federal n. 10.216/2001.

**Ressalta-se que para a presente proposição há previsão na Lei Orçamentária Anual (LOA) n. 15.723/2012 e PPA, no Programa n. 520 - Cidadania e Diversidade - Ação n. 520.0377 - Atendimento Sócio Terapêutico e Subação n. 520.0377.011117 - Atendimento Sócio - Terapêutico a Dependentes Químicos - Fundo Social.**

**Ademais, não fosse assim entendido, os Tribunais pátrios tem decidido que é desnecessária a previsão orçamentária nos casos em que se decide sobre o direito ao tratamento para drogadição, de modo que a decisão favorável ao tratamento sem previsão no orçamento não viola o Princípio da Independência dos Poderes, *in verbis*:**

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA. TRATAMENTO PARA DROGADIÇÃO. CUSTEIO DA INTERNAÇÃO EM ENTIDADE PRIVADA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES PÚBLICOS. DIREITO À SAÚDE ASSEGURADO CONSTITUCIONALMENTE. DESNECESSIDADE DE PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INDEPENDÊNCIA DOS PODERES. 1) O custeio de tratamento em entidade privada para menor dependente químico constitui-se em dever e, por tanto, responsabilidade do Estado in abstracto (CF, art. 23, II), considerando-se a importância dos interesses protegidos, quais sejam, a vida e a saúde (art. 196, CF). Desta forma, tem-se a competência comum dos entes federativos, seja o Estado ou o Município, para assegurar tal direito. 2) Comprovada, cabalmente, a necessidade de recebimento de assistência médico-hospitalar a portador de dependência química, e que seus responsáveis não apresentam condições financeiras de custeio, é devido o fornecimento pelo Município de Novo Hamburgo, visto que a assistência à saúde é responsabilidade decorrente do art. 196 da Constituição Federal. 3) Não há falar em violação ao princípio da separação dos poderes, porquanto ao Judiciário compete fazer cumprir as leis. 4) Tratando-se, a saúde, de um direito social que figura entre os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, impende cumpri-la independentemente de previsão orçamentária específica. RECURSO DESPROVIDO. (Agravo de Instrumento Nº 70021804620, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: José Ataídes Siqueira Trindade, Julgado em 29/11/2007).

Considerando que a dependência química é uma doença que justifica a internação involuntária em casos de agressividade, intoxicação com risco de morte e não adesão ao tratamento e, considerando que a doença é um grave problema de saúde pública, entende-se como dever do Estado o custeio do tratamento que garanta à saúde e a dignidade do dependente químico.

Em que pese não esteja o direito à saúde previsto expressamente entre os Direitos e Garantias Fundamentais, o certo é que o *caput* do artigo 5º da Constituição da República garante o direito à vida. Óbvio que o direito ali previsto refere-se a uma vida digna e saudável, e engloba, via de consequência, o direito à saúde.

O dever dos entes estatais de disponibilizar adequado tratamento de saúde vem expresso no artigo 23 da Constituição Federal, e é compartilhado pela União, pelos Estados e pelos Municípios, sendo todos solidariamente responsáveis. Vejamos o texto legal:

“Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência; (...).”

Em relação aos Municípios, ainda, há previsão expressa na Constituição da República de atribuição e responsabilidade a prestação do atendimento à saúde. Diz o artigo 30, inciso VII, que “*Compete aos Municípios: (...) prestar, em cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população*” (CF, art. 30, VII).

O direito à saúde, em discussão na presente proposição, é daqueles que integram o mínimo existencial garantidor da

dignidade da pessoa humana, um dos fundamentos da República (artigo 1º, III, da Constituição da República), e previsto em diversos outros dispositivos:

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes [...]”.

“Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

“Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

A Constituição de Santa Catarina também reconhece a saúde como direito de todos e obrigação do Estado, nos seguintes termos:

“Art. 153. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Parágrafo único. O direito à saúde implica os seguintes princípios fundamentais:

I - trabalho digno, educação, alimentação, saneamento, moradia, meio ambiente saudável, transporte e lazer;

II - informação sobre o risco de doença e morte, bem como a promoção e recuperação da saúde.”

E além de todos estes preceitos constitucionais e legais invocados, constantes em nosso ordenamento jurídico, é de se ressaltar também a previsão do direito à saúde na esfera internacional, em tratado internacional sobre Direitos Humanos incorporado ao direito pátrio.

Com efeito, o Protocolo Adicional à Convenção Americana Sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais - Protocolo de San Salvador, adotado em São Salvador, El Salvador, em 17 de novembro de 1988, ratificado pela República Federativa do Brasil em 21 de agosto de 1996, dispõe em seu artigo 10 sobre o Direito à Saúde, destacando o seguinte:

Toda pessoa tem direito à saúde, entendida como o gozo do mais alto bem-estar físico, mental e social.

Assim sendo, o descumprimento do dever estatal em propiciar ao dependente químico condições adequadas ao exercício do direito à saúde constitui infração a disposição de direito internacional contida em Tratado de Direitos Humanos.

Além disso, o dispositivo invocado é claro ao expor que direito à saúde constitui direito ao gozo de bem estar físico, mental e social.

Atualmente os Tribunais pátrios têm determinado que o Estado arque com o custeio do tratamento de dependentes químicos que não têm condições de pagar pelo tratamento sem prejuízo do seu sustento ou de sua família, *in verbis*:

**INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA DROGADITO. CABIMENTO. E CABIVEL PEDIDO DE INTERNAÇÃO DE ALCOOLISTA, QUE SE REVELA VIOLENTO, DEVIDAMENTE ATESTADO POR MEDICO, QUANDO A FAMILIA SEJA IMPOTENTE PARA FAZE-LO. APELO PROVIDO. (APELAÇÃO CÍVEL Nº 70000301093, SÉTIMA CÂMARA CÍVEL, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RS, RELATOR: JOSÉ CARLOS TEIXEIRA GIORGIS, JULGADO EM 01/12/1999) TIPO DE PROCESSO: APELAÇÃO CÍVEL NÚMERO: 70000301093 RELATOR: JOSÉ CARLOS TEIXEIRA GIORGIS TRIBUNAL: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RS DATA DE JULGAMENTO: 01/12/1999 ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL COMARCA DE ORIGEM: SAPUCAIA DO SUL SEÇÃO: CIVEL REVISTA DE JURISPRUDÊNCIA: SEGREDO DE JUSTICA**

**AGRAVO. internação compulsória para tratamento contra drogadição requerida pela companheira do dependente. município. legitimidade passiva.**

1. Em casos como o dos autos, em que o dependente químico encontra-se em surto psicótico, é responsabilidade do Município assegurar-lhe o direito à vida e à saúde, providenciando a internação compulsória em Hospital Psiquiátrico para tratamento contra drogadição. (Agravado de Instrumento nº 70020624540, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luiz Felipe Brasil Santos, Julgado em 04/09/2007).

**FAMÍLIA. INTERNAÇÃO HOSPITALAR COMPULSÓRIA. TRATAMENTO DE INDIVÍDUO MAIOR, DEPENDENTE QUÍMICO. AÇÃO MANEJADA PELO PAI. INDEFERIMENTO DA INICIAL. ORDEM JUDICIAL IMPRESCINDÍVEL PARA A OBTENÇÃO DO TRATAMENTO, POR SE TRATAR DE PESSOA MAIOR E NECESSITADA. DIREITO À SAÚDE, GARANTIA DE TODOS E DEVER DO ESTADO. RESPONSABILIDADE PARTILHADA DA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS. OBRIGAÇÃO QUE DECORRE DA PRÓPRIA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NÃO PODENDO A RESPONSABILIDADE PELA SAÚDE PÚBLICA SER VISTA DE MANEIRA FRACIONADA, CABENDO A QUALQUER DOS ENTES FEDERADOS. EXEGESE DO ART. 23, II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SENTENÇA DESCONSTITUÍDA. APELAÇÃO PROVIDA. (APELAÇÃO CÍVEL Nº 70020394284, OITAVA CÂMARA CÍVEL, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RS, RELATOR: LUIZ ARI AZAMBUJA RAMOS, JULGADO EM 29/11/2007).**

Veja-se que os Tribunais Pátrios têm, inclusive, concedido a antecipação de tutela nos casos de que trata a presente proposição, *in verbis*:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. INTERNAÇÃO HOSPITALAR. DEPENDÊNCIA QUÍMICA. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. Presentes os requisitos autorizadores para a concessão da antecipação de tutela, deve ser reformada a decisão que indeferiu o pedido de internação em hospital especializado para dependentes químicos. RECURSO PROVIDO. UNÂNIME. (Agravado de Instrumento Nº 70011541109, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Roque Joaquim Volkweiss, Julgado em 06/07/2005).

Importante ressaltar que a Jurisprudência vem se solidificando no sentido de que é perfeitamente possível o bloqueio judicial de valores para custeio de tratamento por parte do Estado, quando da inércia do ente estatal na disponibilização do tratamento, por ser este o meio mais eficaz de realização e efetivação do direito do cidadão à saúde. Vejamos:

AGRAVO. DIREITO À SAÚDE. PEDIDO DE AVALIAÇÃO E ENCAMINHAMENTO A TRATAMENTO CONTRA DROGADIÇÃO SOB PENA DE BLOQUEIO DE VALORES NAS CONTAS DO MUNICÍPIO. 1. Consagrando o direito à saúde, de matriz constitucional, não somente é admissível como é recomendável a antecipação de tutela, diante da omissão de poder público em providenciar avaliação e - se necessário - tratamento adequado a drogadito na rede conveniada ao SUS ou, na falta desta, em nosocômio particular. 2. O bloqueio de valores é medida legalmente prevista que visa a assegurar a tutela específica da obrigação quando o obrigado permanece inerte diante da determinação judicial. NEGARAM PROVIMENTO. UNÂNIME. (SEGREGO DE JUSTIÇA) (Agravado de Instrumento Nº 70014040356, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luiz Felipe Brasil Santos, Julgado em 12/04/2006).

PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO - TUTELA ANTECIPADA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA - SERVIÇO ÚNICO DE SAÚDE - SISTEMÁTICA DE ATENDIMENTO (LEI 8.080/90) 1. A jurisprudência do STJ caminha no sentido de admitir, em casos excepcionais como, por exemplo, na defesa dos direitos fundamentais, dentro do critério da razoabilidade, a outorga de tutela antecipada contra o Poder Público, afastando a incidência do óbice constante no art. 1º da Lei 9.494/97.

2. Paciente tetraplégico, com possibilidade de bem sucedido tratamento em hospitais da rede do SUS, fora do seu domicílio, tem direito à realização por conta do Estado.

3. A CF, no art. 196, e a Lei 8.080/90 estabelecem um sistema integrado entre todas as pessoas jurídicas de Direito Público Interno, União, Estados e Municípios, responsabilizando-os em solidariedade pelos serviços de saúde, o chamado SUS. A divisão de atribuições não pode ser argüida em desfavor do cidadão, pois só tem validade internamente entre eles.

4. Recurso especial improvido.

(REsp 661.821/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 12.05.2005, DJ 13.06.2005 p. 258).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. FORNECIMENTO DE TRATAMENTO MÉDICO INTERNAÇÃO EMESTABELECIMENTO TERAPÊUTICO ESPECIALIZADO NA RECUPERAÇÃO DA SAÚDE DE PACIENTES QUE SOFREM DE DEPENDÊNCIA TOXICOLÓGICA. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA JURISDICIONAL .CHAMAMENTO DA UNIÃO AO PROCESSO E CONSEQUENTE DESLOCAMENTO DA COMPETÊNCIA PARA A JUSTIÇA FEDERAL . MATÉRIA AINDA NÃO APRECIADA PELO JUÍZO "A QUO". PRELIMINAR AFASTADA .REQUISITOS DO ART. 273, DO CPC DEMONSTRADOS. IRREVERSIBILIDADE DOS EFEITOS DA MEDIDA . DIREITO À SAÚDE. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE. PREVALÊNCIA SOBRE O DIREITO PATRIMONIAL DO ESTADO E DO MUNICÍPIO.

Todos os entes federativos (União, Distrito Federal, Estados membros e Municípios) possuem competência comum para cuidar da saúde e da assistência pública, sendo, portanto, solidariamente responsáveis pela realização do tratamento médico adequado à saúde de paciente, facultando-se ao agravado buscar o cumprimento dessa obrigação de um ou de todos os entes governamentais.

Havendo prova inequívoca capaz de convencer este Órgão julgador da verossimilhança das alegações e fundado o receio de dano irreparável ou de difícil reparação (art. 273, do CPC) decorrente da demora na entrega da prestação jurisdicional definitiva, mostra-se escorreita a antecipação de tutela obrigando o Estado e o Município a fornecerem o tratamento de que necessita o paciente para manutenção de sua saúde.

"Entre proteger a inviolabilidade do direito à vida, que se qualifica como direito subjetivo inalienável assegurado pela própria Constituição da República (art. 5º, caput), ou fazer prevalecer, contra essa prerrogativa fundamental, um interesse financeiro e secundário do Estado, entendo - uma vez configurado esse dilema - que razões de ordem ético - jurídica impõem ao julgador uma só e possível opção: o respeito indeclinável à vida" (Min. Celso de Melo). Agravo de Instrumento n. 2009.051174-4, de Joinville. Relator: Des. Jaime Ramos, j. em 24/03/2010)

PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. SÚMULA N. 182/STJ. CUSTEIO DE MEDICAMENTO. DIREITO À VIDA E À SAÚDE. BLOQUEIO DE VALORES EM CONTAS PÚBLICAS. POSSIBILIDADE.ART. 461, § 5º, DO CPC.

1. "É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada" (Súmula n. 182 do STJ).

2. A Constituição Federal excepcionou da exigência do precatório os créditos de natureza alimentícia, entre os quais incluem-se aqueles relacionados à garantia da manutenção da vida, como os decorrentes do fornecimento de medicamentos pelo Estado.

3. É lícito ao magistrado determinar o bloqueio de valores em contas públicas para garantir o custeio de tratamento médico indispensável, como meio de concretizar o princípio da dignidade da pessoa humana e do direito à vida e à saúde. Nessas situações, a norma contida no art. 461, § 5º, do Código de Processo Civil deve ser interpretada de acordo com esses princípios e normas constitucionais, sendo permitida, inclusive, a mitigação da impenhorabilidade dos bens públicos.

4 - Agravo regimental não-provido.(AgRg no REsp 795.921/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA TURMA, julgado em 14.03.2006, DJ 03.05.2006 p. 189).

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. BLOQUEIO DE VALORES EM CONTA ESTATAL. CABIMENTO E ADEQUAÇÃO. 1. O fornecimento gratuito de realização do exame postulado constitui responsabilidade do Estado. 2. O bloqueio de valores faz-se necessário quando permanece a inadimplência do Estado. O objetivo é garantir o celeré cumprimento da obrigação de fazer diante da imperiosa necessidade de imediato atendimento da decisão judicial. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento Nº 70012032967, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves, Julgado em 28/09/2005).

Pelo exposto, contamos com o apoio dos nobres parlamentares desta Casa para a aprovação do presente projeto de lei.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 296/12

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ibirama.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ibirama, com sede naquele município.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob a pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Romildo Titon

Lido no Expediente

Sessão de 05/09/12

#### JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração dos nobres Pares o presente projeto de lei que visa declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ibirama.

A entidade tem como finalidade específica promover e articular ações de defesa de direitos, prevenção, orientações, prestações de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência e à instrução de uma sociedade justa e solidária.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados o presente projeto de lei.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 297/12

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tunápolis.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tunápolis, com sede naquele município.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob a pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Romildo Titon

Lido no Expediente

Sessão de 05/09/12

#### JUSTIFICATIVA

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tunápolis é uma entidade civil, beneficente, com atuação nas áreas de assistência social, educação, saúde, prevenção, trabalho, profissionalização, defesa e garantia de direitos, esporte, cultura, lazer,

estudo, pesquisa e outros, sem fins lucrativos ou não econômicos, o que pode ser observado por meio do estatuto social que acompanha o presente projeto de lei.

Diante do exposto, espero contar com o apoio dos nobres colegas para a aprovação da presente proposição, por entendê-la relevante para a promoção e capacitação da comunidade.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 298/12**

Altera a Lei nº 11.140, de 08 de julho de 1999, que declara de utilidade pública o Corpo de Bombeiros Voluntários de Guaramirim.

Art. 1º A Lei nº 11.140, de 08 de julho de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Declara de utilidade pública a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Guaramirim.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Guaramirim, com sede no município de Guaramirim.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob a pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de

Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Nilson Gonçalves

*Lido no Expediente*

*Sessão de 05/09/12*

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que visa alterar a Lei nº 11.140, de 08 de julho de 1999, em razão da mudança da denominação, demonstrada nos documentos anexos.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 299/12**

Declara de utilidade pública da Associação Casa de Recuperação e Reintegração Família Ágape, com sede no município de São Francisco do Sul.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a Associação Casa de Recuperação e Reintegração Família Ágape, com sede no município de São Francisco do Sul.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob a pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de

Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Nilson Gonçalves

*Lido no Expediente*

*Sessão de 05/09/12*

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que objetiva declarar de utilidade pública estadual da Associação Casa de Recuperação e Reintegração Família Ágape, com sede no município de São Francisco do Sul.

Trata-se de entidade não governamental, sem fins lucrativos e sem intuito político, de caráter filantrópico e social, de fins assistenciais, que tem por finalidade colaborar com a sociedade na solução de reabilitar homens e mulheres da dependência química e na sua reinserção social, sem distinção de raça, condição social, sexo, nacionalidade, credo religioso ou político, usando todos os meios possíveis para tal, tendo como escopo às verdades cristãs contida na Bíblia Sagrada; propõe ainda um início à promoção social do ingressante. Propiciar, em seu âmbito de ação, e dentro de suas possibilidades e disponibilidades, assistência ao tratamento voluntário e garantindo o direito de ir e vir, dentro das normas estabelecidas pela

instituição. Desenvolver programas filantrópicos de auto-ajuda, visando o resgate da auto-estima para a inclusão ao meio social; difundir e programar princípios morais, cívicos, éticos e de saúde; promover ações e programas de desenvolvimento comunitário.

Assim, para dar continuidade a essas dignas ações de interesse público, faz-se necessário que a referida entidade seja beneficiada com a declaração de utilidade pública estadual.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 300/12**

Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas de Telemarketing, Contact Center, Call Center e Centrais de Atendimento que atuam no Estado de Santa Catarina, propiciarem atendimento psicológico aos operadores de telemarketing.

Art. 1º - As empresas de Telemarketing, Contact Center, Call Center e Centrais de Atendimento que atuam no Estado de Santa Catarina, ficam obrigadas a contratar e disponibilizar, gratuitamente, acompanhamento e tratamento psicológico aos seus funcionários, operadores de telemarketing, sempre que estes ou suas associações sindicais solicitarem, por escrito e em razão do estresse laboral.

Art. 2º - As empresas poderão prestar o atendimento através de profissional habilitado do seu próprio quadro de funcionários ou através de planos de saúde, convênios com profissionais autônomos ou consultórios particulares.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Angela Albino

*Lido no Expediente*

*Sessão de 05/09/12*

JUSTIFICATIVA

É fato que, hoje, a porta de entrada para diversos jovens ao mercado de trabalho é o telemarketing. A primeira oportunidade de emprego de um grande número de jovens brasileiros tem sido dada por esta atividade.

Além disso, a sociedade brasileira que rotula pela imagem, não vê com quem está falando, o que deu aos menos favorecidos, deficientes, travestis e outras pessoas discriminadas, margem para que pudessem trabalhar sem sofrer o preconceito da imagem.

Este importante mercado de trabalho, com milhares de trabalhadores pode ser conceituado como o diálogo em tempo real à distância, de forma padronizada e sistemática, com o intuito de estreitar relacionamentos e realizar negócios. O telemarketing, via de regra, é confundido com a venda por telefone. Embora vendas sejam a sua principal aplicação, seu campo de atuação é bastante amplo.

Segundo os estudiosos da área, as empresas trabalham com as seguintes principais áreas do telemarketing: Venda ativa e receptiva; Promoções; Atendimento a reclamações; Apoio a vendas externas; Orientação e informação ao consumidor; Cobrança; Veiculação; Assistência pós venda; Compras; Autorização de crédito e Pesquisa.

Esta insensibilidade de tipos de trabalho gera, em sua maioria, o contato com um público nem sempre satisfeito em ouvir o operador e na sua imensa maioria se utilizam do operador para reclamar de um produto ou um serviço, ou ainda, para lhe resolver um problema.

O trabalho sistemático, falando sempre as mesmas coisas, apresentando as mesmas soluções, serviços ou produtos ou ainda, ouvindo uma série de dissabores por algo que não foi ele quem fez ou produziu é algo que afeta sem dúvida nenhuma o psicológico de qualquer pessoa.

No elenco das conseqüências do estresse laboral está o decréscimo da produtividade, deterioração da memória, alteração da velocidade de resposta, diminuição da qualidade devido ao aumento de falhas, comprometimento da organização e planejamento, distúrbios do pensamento, prejuízo na capacidade de decisão, diminuição das restrições morais e emocionais, depressão, sensação de desamparo, diminuição da auto-estima, diminuição do interesse e motivação para o trabalho, diminuição da energia, problemas sexuais, diminuição da atenção, alteração do sono e transtornos psicossomáticos.

Hoje, não há uma política para que as empresas se forcem a fornecer um atendimento psicológico a estes trabalhadores, para que possam enfrentar os malefícios advindos de tantos problemas e xingamentos que lhes são atribuídos.

As empresas comerciais que lucram ou se abstem de atender diretamente seus consumidores, bem como as empresas que fornecem este tipo de serviço, lucram com os trabalhadores, sem lhes retribuir condições ou tratamento para que estejam preparados a lidar com a “irritabilidade” do público, sem que esta interfira no seu bem estar.

Nestes termos, apresento o presente projeto de lei, ao tempo que espero e conto com o apoio de meus Nobres Pares.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 301/12**

Dispõe sobre a adoção obrigatória de giz antialérgico, no âmbito da Rede Pública Estadual de Ensino, e dá outras providências.

Artigo 1º - Fica estabelecida a adoção obrigatória de giz antialérgico nas salas de aula das escolas integrantes da Rede Pública Estadual de Ensino.

Parágrafo único. Fica estabelecido prazo de 60 (sessenta) dias para a adoção do disposto nesta lei, sendo que a partir de então passa a ser proibido o emprego de giz de gesso nas escolas de que trata o "caput" desta lei.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Artigo 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no que couber, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua publicação.

Artigo 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Angela Albino

Lido no Expediente

Sessão de 05/09/12

**JUSTIFICATIVA**

O presente projeto de lei visa tornar obrigatória a substituição, em sala de aula, do giz de gesso pelo giz antialérgico nas escolas integrantes da Rede Pública Estadual de Ensino.

Antes de qualquer coisa, a mudança proposta pretende enfrentar uma questão de saúde pública. O giz de gesso, sabidamente, tem causado o afastamento de professores e alunos das salas de aula por causa de alergia. Esse giz convencional é a causa de muitos processos alérgicos, especialmente rinites e dermatites, fato que muito prejudica o desempenho escolar.

Já o giz antialérgico não espalha pó, não suja as mãos, não quebra com facilidade e rende, motivos que justificam plenamente sua adoção obrigatória.

Sob um cálculo utilitário de custo e benefício, o giz antialérgico leva imensa vantagem sobre o giz convencional, razão pela qual apresentamos o presente projeto de lei na certeza de que ele receberá o beneplácito de meus Nobres Pares.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 302/12**

Dispõe sobre a inclusão no Teste de Guthrie (Teste do Pezinho) do grupo sanguíneo e fator RH do recém-nascido.

Art. 1º As maternidades públicas, privadas e estabelecimentos hospitalares afins do Estado de Santa Catarina incluirão o Fator RH e o Grupo Sanguíneo do recém-nascido por ocasião do Teste do Pezinho.

Art. 2º O recém-nascido será submetido, logo após ao Teste do Pezinho, à retirada de sangue, na ponta do dedo anular, para o reconhecimento do Fator RH e Grupo Sanguíneo.

Art. 3º As maternidades e os estabelecimentos referidos no art. 1º terão o prazo de cento e vinte dias para se adequarem ao disposto nesta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Padre Pedro Baldissera

Lido no Expediente

Sessão de 05/09/12

**JUSTIFICATIVA**

A presente matéria visa incluir no Teste de Guthrie, hoje obrigatório e gratuito no Brasil, o grupo sanguíneo e o fator RH do recém-nascido, em todas as maternidades, públicas e privadas, e hospitais congêneres do Estado de Santa Catarina.

Por ocasião, do Teste do Pezinho, junto a ele, serão incluídos o seu fator RH e o grupo sanguíneo, para que o pediatra tenha um histórico mais completo do bebê, o que será de grande importância durante o desenvolvimento da criança. Além do mais, o bebê já identificado através do tipo sanguíneo na própria sala de parto evitará, até mesmo, possíveis trocas na maternidade. Há de se destacar que muitas crianças crescem e tornam-se adultas sem saber qual o seu tipo sanguíneo, podendo até trazer consequências danosas em casos de acidentes graves e tratamentos de urgência que tenham que ser submetidos à transfusão de sangue.

O Teste de Guthrie, popularmente conhecido como Teste do Pezinho, é um exame laboratorial bastante simples, que consiste na coleta de sangue através de uma picada no calcanhar do recém nascido, entre três e sete dias de vida. O objetivo é o diagnóstico precoce de doenças metabólicas, genéticas e ou infecciosas. Assim, o presente Projeto de Lei apenas incluirá novo procedimento, do qual identificamos informalmente como o "Teste do Dedinho", que consistirá em uma picada do dedo anular do recém nascido, com o objetivo de obter o fator RH e o grupo sanguíneo.

Apenas para conhecimento, acrescento que desde 1992, em todo o território nacional, o Teste de Guthrie é realizado obrigatoriamente em

todos os recém-nascidos vivos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Em Santa Catarina, seis anos antes, o mesmo procedimento já era obrigatório e gratuito, conforme a Lei nº 6762/86, que dispõe sobre o diagnóstico precoce da fenilcetonúria (FNC) e do hipotireoidismo congênito (HC). O programa desenvolvido em Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde (SES), oferece sete exames e é considerado um dos mais avançados do País. Desde a sua implantação, quase um milhão e meio de recém-nascidos já fizeram o teste no Estado. Agora, com a presente proposta, o "Teste do Dedinho", em que pese a sua magnâmica importância para a vida, será realizado na sequência do Teste do Pezinho, e não exigirá nenhum procedimento logístico complexo e nem tampouco causará impacto financeiro.

Diante do exposto, conto com o apoio de Vossas Excelências para a aprovação deste Projeto de Lei, por entender que a proposição trará benefícios, tanto para os pais quanto para os bebês, pois trata da proteção do maior bem da humanidade: a vida.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE RESOLUÇÃO****PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 009/12**

Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de sacos de lixo biodegradáveis pela Assembleia Legislativa e dá providências correlatas.

Art. 1º - A Assembleia Legislativa somente utilizará sacos de lixo produzidos com material não-poluente e biodegradáveis.

Art. 2º - A Assembleia Legislativa divulgará em seu sítio na rede mundial de computadores e pela TV Assembleia, periodicamente, informações ao público sobre as vantagens do uso de sacos, embalagens e recipientes elaborados com plástico não-poluente e de característica biodegradável.

Parágrafo único - Para o fim do que dispõe este artigo, a Assembleia poderá celebrar convênios e parcerias com órgãos públicos, universidades, institutos de pesquisas, setores da iniciativa privada, organizações não governamentais, especialistas e entidades dedicadas à proteção do meio ambiente.

Artigo 3º - A Mesa Diretora regulamentará esta Resolução, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da execução desta Resolução correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessário.

Artigo 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir da data a ser estabelecida na sua regulamentação.

Deputada Angela Albino

Lido no Expediente

Sessão de 05/09/12

**JUSTIFICATIVA**

Estudos realizados dão conta de que, no Brasil, os sacos plásticos respondem por cerca de 10% do lixo total, fazendo com que os especialistas alertem para os sérios problemas decorrentes, já que os plásticos não degradáveis podem levar mais de 400 anos para se decompor.

Atualmente, em nosso país, um numero incalculável de sacos plásticos não degradáveis usados em embalagens e no acondicionamento de lixos é lançado diariamente na natureza, poluindo cursos d'água, bueiros, terrenos baldios e prejudicando os aterros sanitários, onde se misturam com o lixo orgânico. Muito embora, já existam tecnologia e produção de sacos plásticos biodegradáveis para o uso diário. Os biodegradáveis podem ser reciclados e, se retornados, não prejudicam o fluxo de detritos plásticos pós-consumo, além de serem aprovados para contato com alimentos.

Como se vê, o problema do uso de sacos plásticos não-degradáveis é sério e está a exigir urgentes providências do Poder Público e a devida conscientização da população em geral, motivo pelo qual estamos apresentando à apreciação das Senhoras Deputadas e Senhores Deputados o presente projeto de resolução.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina pode e deve dar o seu exemplo, passando a se utilizar somente de sacos de lixo produzidos com plástico não-poluente e de característica biodegradável.

Temos a convicção de que o bom exemplo do Poder Legislativo Estadual haverá de frutificar, gerando outras políticas públicas similares. Além do que, a pretendida divulgação e o debate sobre os benefícios do uso de sacos, embalagens e recipientes produzidos com material não-poluente e biodegradáveis, com a devida participação dos setores interessados, ajudará no esclarecimento e conscientização da população em geral sobre a importância e a necessidade da proteção e preservação do meio ambiente.

Em face do exposto, e do relevante interesse público de que se reveste a matéria, contamos com o apoio e voto favorável dos Nobres Pares visando à aprovação da presente proposição.

\*\*\* X X X \*\*\*